ISSN – 1807 - 2674

11

REVISTA de ECONOMIA POLÍTICA e HISTÓRIA ECONÔMICA

Ano 04 – Número 11 – Janeiro de 2008

Índice

05
História Econômica: considerações sobre um campo disciplinar

José D'Assunção Barros

52
Modernização Conservadora e os Diferentes Sistemas Agrários: Propriedade de terra e relações de produção na transição para o capitalismo na "Velha Província" (1850-1888)

Daniel de Pinho Barreiros

109
Aspectos do crescimento recente dos Estados Unidos

Vitor Eduardo Schincariol

133
Zizek y Althusser. Vida ou morte da leitura sintomática

Mariana Cecilia de Gainza

154
Resenha:
PAOLERA, G. e TAYLOR, A (eds.). *A New Economic History of Argentina.*

http://rephe01.googlepages.com

Expediente

REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA E HISTÓRIA ECONÔMICA
Número 11, Ano 04, Janeiro de 2008
Uma publicação semestral do NEPHE – Núcleo de Economia Política e História Econômica
Rua Luciano Gualberto, 52 – Cidade Universitária – São Paulo – SP – CEP 005000-000
http://rephe01.googlepages.com
e-mail: rephe01@hotmail.com

Conselho Editorial: Júlio Gomes da Silva Neto, Lincoln Secco, Marcos Cordeiro Pires, Marina Gusmão de Mendonça, Osvaldo Luis Angel Coggiola, Paulo Queiroz Marques, Romyr Conde Garcia, Rubens Toledo Arakaki, Wilson do Nascimento Barbosa, Wilson Gomes de Almeida.

Edição: Luiz Eduardo Simões de Souza, Felipe Pereira Loureiro, Vitor Eduardo Schincariol.
Revisão: Maria de Fátima Previdelli

Autor Corporativo: NEPHE – Núcleo de Economia Política e História Econômica

A REPHE – Revista de Economia Política e História Econômica – constitui mais um periódico acadêmico que visa promover a exposição, o debate e a circulação de idéias referentes às áreas de história econômica e economia política. Pretende-se que a periodicidade da REPHE seja semestral.

Editorial

Iniciamos este décimo-primeiro número da REPHE, com as considerações metodológicas de José D'Assunção Barros sobre o campo disciplinar da História Econômica. Daniel de Pinho Barreiros apresenta suas observações sobre as metamorfoses agrárias no Brasil novecentista.

Vitor Eduardo Schincariol aborda as transformações da economia estadunidense nas últimas décadas do século XX, buscando integrar o setor externo ao setor interno. Mariana Cecília de Gainza realiza um estudo hermenêutico de Slavoj Zizek e Louis Althusser. Por fim, Luiz Eduardo Simões de Souza comenta uma obra conjunta organizada sobre a recente história econômica da Argentina.

O leitor que vem nos acompanhando desde o início notou que a nova série decimal da REPHE inicia-se antes de cinco anos. A proficuidade do debate em História Econômica e Economia Política, a generosidade dos autores em expressar suas opiniões e a laboriosidade da equipe de produção da REPHE são os grandes responsáveis pelo fato de uma revista originalmente semestral consolidar o lançamento de dois números por semestre.

A mudança do sítio na internet para http://rephe01.googlepages.com deu-se por uma maior funcionalidade do site da google para a introdução de ferramentas úteis aos visitantes, como um blog da revista (http://rephe01.blogspot.com) e uma primeira organização da base de mais de 40 textos que a REPHE já integra. Novas iniciativas virão.

Os Editores

Ficha Catalográfica

Revista de Economia Política e História Econômica / São Paulo, Núcleo de Economia Política e História Econômica -Número 11, Ano 04, Janeiro de 2008 – São Paulo, NEPHE, 2000 -

Semestral

1. História Econômica. 1.Economia Política

História Econômica: considerações sobre um campo disciplinar

José D'Assunção Barros[1]

1.História Econômica: atualidade de um campo histórico

A historiografia tem passado, nas décadas recentes, por uma sistemática revisão de seus pressupostos, e ao mesmo tempo por uma expansão de seus objetos, de suas abordagens, de seus aportes teóricos, de seus diálogos interdisciplinares. Dentro da História, enquanto campo de conhecimento mais amplo, várias das mais antigas modalidades historiográficas têm passado por esta redefinição de seus fazeres e fronteiras. Tem sido assim com a História Política, com a História Social, ou com a História Econômica. O presente artigo pretende discutir este último campo historiográfico, os seus deslocamentos temáticos, a revisão dos seus fazeres e de seus modos de examinar a dimensão econômica das sociedades historicamente localizadas. Aborda-se a questão de dentro da perspectiva da própria historiografia, e não da Economia, que, destarte, é a disciplina fundamental com a qual dialoga esta modalidade historiográfica.

De modo bastante evidente, as últimas décadas historiográficas assistiram a um claro crescimento da rejeição à idéia de que a vida social e cultural seja direta e

---

[1] Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Professor Visitante da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Professor titular da Universidade Severino Sombra (USS) de Vassouras, nos Cursos de Mestrado e Graduação em História, onde leciona disciplinas ligadas ao campo da Teoria e Metodologia da História. Entre suas publicações mais recentes, destacam-se os livros *O Campo da História* (Petrópolis: Vozes, 2004), *O Projeto de Pesquisa em História* (Petrópolis: Vozes, 2005) e *Cidade e História* (Petrópolis: Vozes, 2007).

linearmente determinada pelas dimensões da Economia e da vida material – uma crítica que se estabelece inclusive no interior de algumas das correntes do próprio marxismo, a partir daí admitindo que processos culturais podem ser igualmente determinantes, inclusive agindo ou reagindo sobre a dimensão econômica de uma Sociedade[2]. Ao mesmo tempo, é patente também que os modelos quantitativos de levantamento e análise de dados também têm sido criticados significativamente nos últimos anos, o que reforça o fato de que vem se enunciando já há algumas décadas a tendência à rejeição de 'uma certa História Econômica' – linear, redutora – e também a proposta de novos métodos para além das técnicas quantitativas, que já não são compreendidas necessariamente como a única base de legitimidade de uma história científica, ou mesmo garantia desta última.

Posto isto, consideraremos que, de todo modo, a História Econômica já se constitui efetivamente em um campo histórico bastante antigo – "antigo", porém, muito longe da possibilidade de ser taxado de "inatual". Esta combinação de "antiguidade" com "atualidade" tem a sua história. À parte as trilhas epistemológicas que possuem um traçado anterior ao próprio âmbito da Economia Histórica tal como a entendemos hoje – isto é, à parte aqueles caminhos que já desde o século XIX vinham sendo percorridos pelos Economistas que se interessaram pela História como meio para solucionar alguns problemas do seu próprio campo disciplinar[3] – datam pelo

---

[2] Sobre isto, ver os posicionamentos de E. P. Thompson relativos a uma rejeição do determinismo de via única (THOMPSON, E. P. *Tradición, revuelta y consciência de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad pre-industrial*. Barcelona : Editorial Critica, 1979, p.64.

[3] Sobre esta questão, é bastante oportuno o seguinte trecho escrito por Witold Kula no primeiro capítulo de seu livro *Problemas e Métodos da História Econômica*: "En cambio, desde su nacimiento la economía política buscó las leyes y las vinculaciones constantes, llegando hasta sobreestiomar em principio esa

menos da terceira década do século XX os investimentos mais decisivos dos historiadores em constituir a História Econômica como um campo historiográfico específico, ou como uma disciplina já bem constituída no interior de uma História de novo tipo[4]. Neste empreendimento, que em diversos focos diferenciados da Europa e das Américas começam a ter explicitadas as suas primeiras realizações em torno de 1930, freqüentemente se misturaram economistas e historiadores em uma empresa mista. Mais ainda, freqüentemente economistas se fizeram historiadores, e historiadores se fizeram economistas.

Diante deste domínio historiográfico em comum, no qual se encontram em incessante diálogo tanto os economistas por formação como os historiadores que se apropriaram de um conhecimento significativo pertinente às ciências econômicas, é forçoso admitir que a História Econômica é um daqueles setores intradisciplinares da História que exige dos seus praticantes certos conhecimentos e técnicas bastante específicas, possivelmente mais do que qualquer outro campo histórico. Além disto, convém lembrar que, se a História Econômica é já uma das modalidades historiográficas mais antigas em atual vigência, isto se dá porque – conjuntamente

---

constancia. Ello fue causa de que la naciente ciencia económica no le bastara la observación de un corto lapso de tiempo, denominado 'presente'. Para ampliar su campo de observación, para asegurarse de que la relación comprobada era una vinculación constante, debía explorar el pasado. De esta manera abrió por otra parte un camino a la historia económica. En este aspecto la piedra miliaria es la aparición de La Riqueza de las Naciones de Adam Smith (1776)" (KULA, Witold. *Problemas y Métodos de la Historia Económica*. Barcelona: Ediciones Península, 1973).

[4] Na verdade, tal como ressalta Witold Kula, já desde a primeira metade do século XIX – sobretudo na Inglaterra e Alemanha – a história econômica já se apresenta como uma clara esfera de interesse, ainda que distante de estar plenamente conformada como uma disciplina independente (KULA, Witold. *op.cit*. p.14). Os temas de interesse e motivações nesta época são bastante específicos: Na Inglaterra, os 'direitos dos pobres' e a 'liberdade de comércio'; na Alemanha, a política aduaneira. Quanto a métodos, estamos aqui, obviamente, ainda muito distanciados das possibilidades de leituras seriais de grandes massas documentais que se desenvolveriam posteriormente na segunda metade do século XX.

com a História Social – ela foi das primeiras que na primeira metade do século XX começaram a ser empunhadas como bandeiras a se agitarem contra a velha História Política que até então se fazia bem de acordo com o modelo do século XIX, esta história essencialmente preocupada com fatos políticos relacionados aos grandes Estados-Nacionais, e que quase sempre se apresentava como uma história essencialmente factual, narrativa no mau sentido, pouco problematizada.

É contra este padrão historiográfico extremamente antigo – este sim francamente inatual – que se insurgiu a seu tempo a moderna História Econômica conjuntamente com a História Social – seja através das realizações inauguradas pela *Escola dos Annales*, seja através das primeiras obras mais propriamente historiográficas desenvolvidas no âmbito do Materialismo Histórico, filosofia da História que havia sido fundada ainda no século XIX por Marx e Engels mas que só então, no século XX, começava a render realmente seus primeiros frutos em forma de historiografia[5].

O nosso objetivo em seguida será refletir sobre a História Econômica como campo intradisciplinar da História – examinar seu estatuto epistemológico, seus aportes teóricos e possibilidades técnicas, seus objetos preferenciais.

---

[5] "Ante todo es preciso hacer notar que en la época inicial, tanto Engels como Kautsky y toda una serie de marxistas no se solían ocupar de la problemática histórico-económica. Sus principales afanes investigadores y propagandísticos iban por otro camino, es decir, tendían a demostrar el condicionamiento clasista de los fenómenos ideológicos y políticos. Es verdad que al investigar el condicionamiento clasista de cualquier fenómeno tuvieron que reflexionar respecto a la estructura de clases de una época determinada y al mismo tiempo sobre el carácter de la economía de una sociedad concreta. Sin embargo, esto no altera el hecho de que éstos no fueron los fenómenos que constituyeron el objeto preciso de sus exploraciones" (KULA, Witold. *op.cit*. p.18). Já seria praticamente na virada do século que surgiriam as primeiras duas obras marxistas que tematizariam diretamente dois processos históricos específicos: *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, de Lênin (1899), e *O Desenvolvimento Industrial da Polônia*, de Rosa Luxemburgo (1899) [id.ibid., p.19].

Eventualmente, falaremos de algumas correntes específicas – tanto as inseridas no seio das Ciências Econômicas como as originadas no próprio seio da Historiografia – que atravessaram ou têm atravessado esse campo intradisciplinar que passaremos a chamar de História Econômica. Mas não estaremos nos utilizando da expressão "História Econômica" para remontar a correntes historiográficas ou economicistas específicas, a não ser entre aspas, e nos casos específicos em que a designação for de uso de grupos que empregam a palavra como uma auto-referência (por exemplo, o grupo da *New Economic History*, nos Estados Unidos a partir dos anos 1960). Via de regra, História Econômica estará sendo abordada aqui como um campo histórico definido que abriga muitas correntes, que acumulou certo repertório de discussões conceituais e potencialidades metodológicas, que se volta para determinados objetos específicos que adquirem sentido no entrecruzamento das questões econômicas e das questões históricas.

Um ponto de partida será discutir algumas noções fundamentais que fundam esta modalidade historiográfica desde suas origens, e outras noções que se desenvolveram posteriormente no seio dos estudos de História Econômica como noções e conceitos importantes. A primeira destas noções, no caso uma noção fundacional, é a própria noção de "sistema econômico" – já que freqüentemente os historiadores e economistas que se irmanam em torno do interesse pelos objetos mais habituais da História Econômica estão interessados em desvendar conjuntos coerentes que são referidos como "sistemas econômicos" de uma época ou outra, de uma determinada espacialidade social. Ou seja, como estes historiadores e economistas estão interessados em

examinar um sistema integrado no interior do qual os diversos fatos econômicos adquirem algum sentido relativamente a uma determinada sociedade historicamente localizada, o conceito clama aqui por uma reflexão atenta acerca de suas principais implicações.

2. Algumas noções fundamentais da História Econômica

Considerando que o primeiro conceito a ser oportunizado pela História Econômica é o de "Sistema Econômico", tomaremos de empréstimo a definição proposta por Witold Kula – um historiador polonês que é já um clássico tanto entre historiadores como entre economistas historicistas:

> "Um sistema econômico é, pois, um conjunto de dependências econômicas reciprocamente ligadas que, pelo fato de estarem vinculadas, surgem mais ou menos ao mesmo tempo e se desfazem, também, aproximadamente no mesmo momento. Datar empiricamente a sua aparição e desaparição é fixar os limites cronológicos de um dado sistema econômico. E elaborar a teoria econômica de um sistema econômico dado é determinar (e ainda empiricamente) a lista mais completa possível das relações de dependência que o mesmo admite e determinar as vinculações recíprocas que fazem deste conjunto de relações um sistema único"[6]

Em primeiro lugar, Kula admite falar em um "Sistema Econômico" como um conjunto maior que integra de maneira coerente certos fatos econômicos que de outra maneira estariam dispersos, ressaltando que este sistema possui uma historicidade definida – esta definida por um conjunto de relações recíprocas que os fatos econômicos de determinado tipo estabelecem entre si. Assim surgem em uma determinada

[6] KULA, Witold. *Théorie économique du systéme féodal*. Paris : Mouton, 1970.

sociedade historicamente localizada estas interações específicas de fatos econômicos, relacionadas a um certo padrão que pode ser identificado e decifrado por historiadores e economistas, estas relações se desfazem a certa altura. Vale dizer, um sistema econômico não é uma realidade nem estática e eterna – ele de um lado tem uma dinamicidade própria e uma tendência a se transformar, e de outro lado as transformações podem conduzi-lo, a certa altura, a adquirir uma outra identidade que já pouco tem a ver com a situação inicial do sistema. Em uma palavra, um "sistema econômico" possui uma historicidade.

Os alertas e conselhos implícitos na definição proposta por Kula são bem evidentes: o historiador só deve elaborar a teoria geral que lhe permitirá examinar determinada realidade econômico-social depois de estudados os casos concretos, e não o contrário. Sobretudo, mostra-se aqui fundamental a idéia de que é preciso construir a "teoria" dos diversos sistemas econômicos a serem analisados – porque não há um só, como de resto propõem algumas correntes da História Econômica que buscam transplantar uma determinada racionalidade econômica que é típica do Capitalismo mesmo para sociedades pré-industriais.

É contra este tipo de anacronismo muito específico, por vezes pouco percebido por economistas de algumas correntes específicas que se dispuseram a estudar a História Econômica, que Maurice Godelier, num alerta bastante similar ao de Kula, pretende contrapor a idéia de que cada sociedade produz a sua própria racionalidade econômica, não sendo esta diretamente aplicável ou mesmo válida em relação a uma outra sociedade no tempo e no espaço. Godelier nos traz um exemplo muito esclarecedor ao dar a

perceber que a motivação de "maximizar a produção e minimizar os custos" somente tem algum sentido no âmbito de uma *"hierarquia de necessidades e valores que se impõem aos indivíduos no seio de determinada sociedade e que têm seu fundamento na natureza das estruturas desta sociedade"*[7]. Ou seja, a racionalidade típica da economia capitalista não é de modo nenhum transplantável para as sociedades pré-industriais, ou mesmo para outras espacialidades já no período moderno porém mais afastadas do capitalismo europeu.

Para já mencionarmos um exemplo relacionado à História Econômica Brasileira, há um interessante aspecto examinado por João Fragoso e Manolo Florentino com relação a um movimento aparentemente paradoxal que se dá no Rio de Janeiro da passagem do século XVIII para o século XIX[8]. Após duas gerações de contínua acumulação no mercado, os dois historiadores brasileiros verificaram uma mudança de atividade econômica em uma parcela bastante significativa das famílias que haviam constituído a elite empresarial mercantil. Estas abandonavam seus negócios e passavam a se dedicar a atividades rurais e rentistas, que eram de modo geral muito menos lucrativas que suas antigas atividades mercantis.

Este paradoxo aparente só pode ser compreendido quando recolocamos no contexto histórico examinado uma adequada racionalidade econômica. Vive-se aqui em uma sociedade onde a ascensão social aparece diretamente

---

[7] GODELIER, M. *Racionalidad e irracionalidad em la Economia*. México: Siglo XXI, 1967. p.303.

[8] FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João. *Arcaísmo como Projeto*. Rio de Janeiro: Diadorin, 1993. p.104-105.

ligada à aquisição de terras e cativos, que neste caso são os bens que identificam o prestígio. Desta maneira, um aspecto relacionado à cultura e às relações de sociabilidade é que estaria comandando o deslocamento de atividades econômicas, que se mostraria incompreensível se o analisássemos a partir de uma racionalidade econômica alicerçada na obsessiva busca por lucros tão típica da mentalidade capitalista.

Kula dá-nos diversos exemplos como este para o caso da economia polonesa de períodos mais recuados. Assim, em uma de suas análises dos latifúndios poloneses nos séculos XVII e XVIII, procura demonstrar que o comportamento econômico dos proprietários de terras parecia ser o oposto do que preveria a economia clássica. Quando aumentava o preço de seu principal produto, o do centeio, produziam menos, e quando o preço abaixava, produziam mais. A explicação deste paradoxo também deveria ser encontrada no âmbito da cultura, ou das mentalidades. Os aristocratas poloneses, neste caso, não estavam interessados em lucros, mas em manter um estilo de vida, um *status quo*, da maneira a que estavam acostumados, e a sua forma de racionalidade econômica os levava a controlar as variações na produção como tentativas de manter uma renda padrão.

Neste como em outros exemplos, Kula mostra como as relações e comportamentos econômicos em sociedades diversas, que não podem ser assimiladas ao modelo capitalista previsto pela economia clássica, se acham atravessadas por fatores diversos que pertencem ao mundo da cultura – entre os quais os mecanismos formadores de identidade de classe, as relações de parentesco, os sistemas de dotes, as estratégias culturais de inclusão ou exclusão

social. Para além da indicação de que não há uma, mas sim diversas racionalidades econômicas, casos como estes também demonstram que o mundo econômico não pode ser explicado apenas através dos fatos econômicos, sendo esta uma questão igualmente importante à qual retornaremos oportunamente.

Além de oferecer inúmeros exemplos concretos que ajudam a compreender a singularidade das economias social e historicamente localizadas, Kula mostra não apenas que nos diversos períodos históricos as práticas são distintas, freqüentemente contrárias a uma prática e racionalidade capitalista que não pode ser tomada como modelo universal, como também dá a perceber a diversidade de sentidos e conotações que, nestas sociedades, adquirem expressões como "câmbio", "investimento", "consumo"[9]. Por outro lado, não se trata de cair no absoluto relativismo. Kula mostra que haveria algumas dimensões inerentes às diversas realidades econômicas que poderiam ser tomadas como aspectos irredutíveis, como por exemplo o fato de que nenhum grupo humano pode sobreviver consumindo mais do que produz ou do que consegue se apropriar de outras realidades produtivas. Uma sociedade que colhe menos que semeia, deve encontrar uma solução que re-equilibre a produção e o consumo sob o risco de sua própria sobrevivência. Esta é uma lei que paira acima da diversidade de racionalidades econômicas. Há, portanto, questões importantes a serem compreendidas pelos historiadores no confronto de certos imperativos associados às dimensões econômicas ou mesmo biológicas, com as múltiplas formas de racionalidade

[9] KULA. Witold."Da Tipologia dos Sistemas Econômicos" in FOURASTIÉ (org.). *Economia*. Rio de Janeiro: FGV, 1979. p.97.

econômica, conforme as várias sociedades historicamente localizadas.

A questão das "racionalidades econômicas" merece ser refletida com cuidado, pois não tem sido encarada de forma unânime entre economistas e historiadores no decurso da história da História Econômica. Teremos aqui duas questões interligadas: de um lado a indagação acerca da universalidade ou não de uma possível teoria sobre os desenvolvimentos econômicos; de outro, uma antiga questão a qual devem se preocupar todos os historiadores, sejam os associados à História econômica ou a outras modalidades historiográficas – a questão do 'anacronismo'.

Estes problemas básicos aparecem amiúde quando o historiador toma a si a tarefa de levantar e analisar economicamente os fatos relativos a uma sociedade cujos próprios critérios para constituição de uma massa de dados estão presos a uma especificidade temporal, diferindo particularmente dos critérios que presidem a própria realidade econômica do historiador. Em uma palavra, alguns problemas começam a surgir quando o historiador impõe a si a tarefa de fazer uma análise econômica retrospectiva.

O problema não é novo, pois ele tem tocado tanto os historiadores econômicos como, antes deles, os economistas históricos (isto é, aqueles que partem da formação de economistas para empreenderem uma análise econômica de períodos do passado). As atitudes básicas, de um lado ou de outro, oscilam neste caso entre duas posições extremas, admitindo inúmeras intermediações e posicionamentos teóricos-metodológicos. Em um extremo estariam os historiadores e economistas que partem de uma teoria econômica em seu estado atual, tomada aqui como universal

(isto é, aplicável a todas as sociedades e sistemas econômicos de modo absoluto). No outro extremo estaria esta posição que poderia configurar um relativismo radical: aquela que considera que cada sistema econômico tem suas leis próprias (ou, dito de outra forma, parte-se aqui do pressuposto de que os mecanismos econômicos são distintos em cada sistema). A primeira posição pode ser representada pelos economistas de Chicago da década de 1930, articulados em torno de Earl Jefferson Hamilton. A outra encontra sua representação mais amiúde entre os historiadores, ou entre os economistas que se fizeram historiadores em meio à torrente de estímulos por uma renovação historiográfica desde os anos 1930, sendo que dela pode ser dado como um nome bastante representativo o de Ernest Labrousse.

Hamilton queria aplicar ao estudo de todas as economias do passado a teoria econômica em seu estado atual, ou seja, produzida na e pela sociedade regida pela economia capitalista da sua época. Haveria, nesta maneira de ver, uma teoria econômica que em tese seria aplicável para sociedades tão diversificadas no espaço e no tempo como todas aquelas da Europa situadas entre o século XVI e o século XX, mesmo que de fato se relacionem a nuances distintas dentro do capitalismo, como o capitalismo comercial (patrimonial ou anônimo) ou como o capitalismo industrial (patrimonial, anônimo, financeiro, tecnocrático, apenas para citar algumas variantes). Já nem tocaremos na questão ainda mais delicada que concerne às economias da Antiguidade Clássica e dos períodos medievais.

Os historiadores, de modo geral, reagiram ou têm reagido mais enfaticamente a posições como esta que advoga a universalidade de uma moderna teoria econômica,

e estas críticas incluem nomes que vão desde Pierre Vilar[10] até Jean Meuvret[11] ou o próprio Labrousse[12]. Este último, por exemplo, em célebre estudo sobre as crises do Antigo Regime Econômico[13], apresentou como pedra de toque para uma aproximação verdadeiramente consciente do problema o fato de que, se as crises cíclicas do capitalismo industrial são crises de superprodução industrial, já as crises do Antigo Regime são sempre crises de subprodução agrícola (seu universo de análise, no caso, é a França da época).

Haveria também estádios intermédios entre as posições da 'teoria econômica de validade absoluta' e a 'teoria do relativismo econômico' de acordo com cada sociedade histórica. Pode-se, por exemplo, advogar que — embora não haja um sistema econômico ou uma teoria a ser exportada na sua integralidade para todos os períodos anteriores — existiriam certos mecanismos fundamentais que a princípio apareceriam para o caso de todas as sociedades, ou pelo menos para um grande número delas. Esta tendência também apareceu com os economistas de Chicago, mas a partir da década de 1950, tendo entre alguns de seus nomes mais remarcáveis os de Milton Friedman e Oskar Lange (o primeiro expôs suas idéias nos seus *Ensaios de Economia*

---

[10] VILLAR, Pierre. *Desenvolvimento econômico e análise histórica*. Lisboa: Editorial Presença, 1982. Para considerar um estudo econômico mais específico de Pierre Villar, ver *Ouro e Moeda na História* (São Paulo: Paz e Terra, 1980).

[11] MEUVRET, Jean. *La Production de Céréales et la Société Rurale*. 2vols. Paris: Ecole Des Hautes Études en Sciences Sociales, 1987.

[12] LABROUSSE, Ernst. *Histoire économique et sociale de la France*. Paris: Puf, 1979. Para considerar os estudos mais específicos de Labrousse, ver (1) LABROUSSE, Ernst, *La crise de l'économie française à la fin de l'ancien régime e au début de la Revolution*. Paris: 1944, e (2) LABROUSSE, Ernest. *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France du XVIII siècle*. 2 vol. Paris: 1932.

[13] LABROUSSE, Ernest. *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France du XVIII siècle*. 2 vol. Paris : 1932.

Positiva)[14]. A idéia matriz que anima esta posição intermediária é precisamente a de que existiriam certos mecanismos fundamentais concernentes a determinadas variáveis que deveriam ser o objeto de estudo do historiador econômico. Ainda que, em relação a sistemas mais complexos, estes mecanismos fundamentais sejam capazes de combinar-se em proporções variáveis e diversificadas, seria possível descobrir estes fundamentos, e nisto consistiria a tarefa do historiador econômico ou do economista historiador.

Discute-se, por exemplo, o fundamento da tendência pressupostamente presente na maior parte das sociedades de obter a chamada "vantagem máxima", o que consistiria em uma determinada atitude que se faz constante tanto em sociedades capitalistas desenvolvidas como subdesenvolvidas. Existiriam fundamentos que se relacionam com a tecnologia (a produção do ferro necessita de determinada quantidade de carvão), ou com as técnicas contábeis (os balanços da contabilidade clássica resistem ao tempo).

Poder-se-iam discutir fundamentos mais ou menos universais para modelos econômicos de um mesmo tipo (ou seja, fundamentos que se aplicassem a todas as sociedades submetidas ao padrão capitalista, por exemplo, independentemente do recorte espacial ou cronológico dentro do Capitalismo). Aqui se enquadraria, no caso, a atrás citada lei da procura do lucro máximo, que poderia ser validável para todas as sociedades capitalistas (embora não pudesse ser verificada para as sociedades medievais). É a possibilidade de discutir fundamentos mais ou menos perenes

[14] FRIEDMAN, Milton. *The Methodology of Positive Economics*. Chicago: University of Chicago Press, 1953.

como estes que habilitaria falar naquilo que François Perroux chamou de "ciência econômica generalizada"[15]. O importante para o historiador, naturalmente, seria trabalhar com a consciência dos limites de sua generalização (cada tipo de funda-mento pode implicar em uma aplicabilidade relativa a um âmbito ou universo menos ou mais extenso).

As posições atrás – referidas com relação à universalidade possível ou à relatividade radical de toda teoria econômica – apenas ilustram o terreno pantanoso que, ainda no campo das tomadas de posição conceituais, o historiador econômico precisa enfrentar[16]. Abordar os aspectos econômicos da História não pode significar apenas um trabalho de coleta quantitativista. Este tipo de trabalho, para não recair na coleta anacrônica de fatos econômicos do passado, deve estar vinculado a uma posição que é também filosófica, teórica, metodológica.

Outro âmbito de parâmetros basilares para a História Econômica refere-se ao tipo de modelos explicativos com os quais o historiador econômico trabalha. De um lado, mencionaremos o par que opõe as explicações endógenas em oposição às explicações exógenas. De outro lado, registraremos o par que opõe as explicações dedutivas em contraste com as explicações empíricas. Busquemos esclarecer estes parâmetros, ressaltando contudo o fato de que diversas das explicações que têm sido elaboradas para os desenvolvimentos históricos de economia, particularmente

---

[15] Acerca das generalizações possíveis de serem consideradas para as sociedades capitalistas, ver os desenvolvimentos propostos por François Perroux em *Capitalisme et communaute de travail*. (Paris: Librairie du Recueil Sirey, 1937). Relativamente a ao recorte do capitalismo mais avançado, ver PERROUX, François, *A economia do século XX* . Lisboa: Herder, 1967.

[16] Para um balanço mais detalhado das posições que atrás descrevemos ver Frédéric MAURO, *Nova História e Novo Mundo*, São Paulo: Perspectiva, 1969. p.44-51 [original: 1968].

as explicações mais plausíveis, procuram na verdade contrabalançar no seu processo de argumentação e demonstração fatores exógenos e endógenos, bem como elementos dedutíveis e empíricos.

Uma explicação exclusivamente exógena é aquela que propõe como fatores de esclarecimento para a História da Economia fatores exógenos – isto é, vindos de fora. Guerras, epidemias, fatores meteorológicos – eis aqui uma série de fatores, todos externos à economia, que as teorias exógenas evocam para explicar as flutuações econômicas. São estas excitações e motivações externas que acionariam o processo de transformação econômica, ou mesmo presidiriam seus ritmos e encaminhamentos. Um curioso exemplo de explicação exógena foi dado pelo economista inglês Jevons, que em alguns artigos escritos entre 1875 e 1878 chegou a deslocar para as alterações nas manchas solares o ponto de partida de sua explicação para a regularidade aproximada dos ciclos econômicos. De acordo com Jevons, os efeitos de intensidade decorrentes da atividade solar influenciariam as colheitas, e conseqüentemente ditariam o ritmo da economia com seus ciclos marcados por movimentos de expansão e contração[17]. Conforme podemos ver nesta explicação, a excitação externa e a influência continuada de fatores exteriores é francamente utilizada para explicar os desenvolvimentos econômicos.

---

[17] Os textos nos quais Williams Stanley Jevons desenvolve estas idéias são respectivamente *The Solar Period and the Prince of Corn* (1875); *The Periodicity of Commercial Crises and Its Physical Explanation* (1878), e, finalmente, "Commercial Crises and Sun-Spots" (Crises Comerciais e marcas solares), publicado na prestigiosa revista *Nature* em novembro de 1878. Este ultimo ensaio foi republicado pelo autor em seu livro *Investigations in Currency and Finance* (London: Macmillan, 1884). Mais tarde, o filho de W.S. Jevons – H. S. Jevons – ainda insistiria nas mesmas proposições em um artigo intitulado "Trade fluctuations and solar activities" (*Contemporary review*, August, 1909), terminando por escrever, no ano seguinte, um livro mais completo sobre a questão (JEVONS, H. S. *The Sun's heath and trade activity*. London: 1910).

Ainda com relação à possibilidade de considerar fatores exógenos em uma explicação econômica, pode-se evocar uma situação ainda mais sutil. Por vezes, a explicação opera-se dentro do âmbito da dimensão econômica (isto é, sem convocar fatores oriundos do plano político, cultural, demográfico). Contudo, o fator econômico que produz a transformação vem de fora da sociedade que está sendo examinada. Este é o caso, por exemplo, das explicações de Pirenne acerca da passagem do Mundo Carolíngio para a Idade Feudal, ou desta para a Modernidade, pois neste caso o Comércio externo é que funciona como uma espécie de excitação externa que produz as transformações[18]. Também se situa aí o cerne da célebre querela entre Dobb e Sweezy, pois este último também sustentou sua explicação sobre a passagem para a Modernidade evocando o comércio externo de longa distância como excitação transformadora, enquanto Dobb procurava sustentar sua argumentação evocando exclusivamente fatores internos à própria sociedade examinada, no caso atribuindo uma importância central à mudança das próprias necessidades das elites senhoriais[19].

---

[18] As teses de Henri Pirenne sobre a transição do Feudalismo para o Capitalismo foram enunciadas em 1922 na *Revue Belgue de Philologie et Histoire* e publicada na sua forma definitiva em 1935; mais tarde, foi incluída nos últimos capítulos da obra de Pirenne sobre a História da Europa (*Historia de Europa, desde las invasiones al siglo XVI*. México: Fondo de Cultura, 1981).

[19] Foi no final dos anos 40 e na primeira metade da década de 1950 que se estabeleceu esta interessante polêmica sobre o Feudalismo que ficaria registrada na história da historiografia econômica. Ela envolveu predominantemente autores marxistas da Inglaterra, mas também de outros países, que se ocuparam de discutir os aspectos teóricos daquilo a que se referiam como Modo de Produção Feudal, bem como os aspectos teóricos envolvidos na transição deste modo de produção para um outro, o Modo de Produção Capitalista. O ponto de partida da polêmica foi a obra elaborada por Maurice Dobb em 1946 com o título *Studies in the development of Capitalism* (1946), sendo que a partir de críticas vigorosas de Sweezy a polêmica tomou a forma de uma rede de "réplicas" e "comentários" publicados em forma de artigos em algumas revistas especializadas como a *Economic History Review* e a *Science and Society*. Os principais ensaios que constituem a aludida polêmica foram posteriormente reunidos em HILTON, Rodney

Contrastando com as explicações exógenas que evocam fatores de ordem externa para solucionar questões econômicas – freqüentemente ressaltando fatores políticos, culturais, climáticos ou demográficos como detonadores do processo de transformação – já uma explicação endógena, no primeiro sentido que vínhamos considerando, é aquela que procura esclarecer um certo desenvolvimento histórico relacionado à Economia exclusivamente no interior dos próprios fatores econômicos. Por exemplo, consideremos as explicações de História Econômica que costumavam ser desenvolvidas por Juglar – o famoso economista francês do século XIX que estabeleceu como unidade operacional para a identificação dos movimentos econômicos os ciclos decenais[20]. Juglar tendia a fornecer suas explicações exclusivamente através de fatores endógenos – como as variações de juros, as políticas dos bancos centrais e as modificações no estoque dos metais. Assim, é inteiramente baseada em fatores endógenos, notadamente na questão do monetarismo, a sua explicação para a História da Economia no século XVI – este século que no quadro de tendências seculares constitui sabidamente a um padrão de expansão econômica, aliás marcado por uma subida vertiginosa nos preços. Do mesmo modo as flutuações econômicas que se expressam através dos ciclos da economia capitalista, por ele estudados pela primeira vez de maneira sistemática – merecem uma explicação exclusivamente em termos

---

(org.). *A Transição do Feudalismo para o Capitalismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. Particularmente sobre as considerações de Sweezy acerca dos fatores exógenos envolvidos na passagem da economia européia para a Modernidade, ver "Uma Tréplica" (*Science and Society*. Londres: spring, 1953), que responde a um artigo anterior de Dobb ("Uma Réplica", *Science and Society*. Londres: spring, 1950).

[20] JUGLAR, C. *Des crises comerciales*. Paris: 1889. 2ª edição.

monetários, considerando como elementos centrais as modificações nos estoques de metais preciosos, a política dos bancos centrais e as variações de juros. Não entram elementos exógenos nesta explicação.

Consideremos, por exemplo, uma explicação que leve em conta para sua elaboração fatores exclusivamente econômicos que pudessem ser desdobrados uns dos outros (veremos logo que, além de ser uma "explicação endógena", aqui também teríamos um tipo de explicação exclusivamente "dedutiva", já que para ser produzida não leva em consideração dados empíricos recolhidos através de fontes diversas que são submetidos a análises estatísticas). A título de exemplificação, vejamos a seguinte cadeia argumentativa: uma população que revele a tendência a aumentar a sua poupança em determinado período produz como conseqüência uma redução do consumo; com isto, as vendas caem e aumentam os estoques. Com o aumento dos estoques há diminuição na fabricação dos produtos que já não apresentam a mesma demanda, o que ocasiona uma dispensa de mão-de-obra e uma diminuição nos lucros dos grandes capitalistas. Com a redução dos salários, o processo tenderá mais tarde a estabelecer um equilíbrio entre o consumo e os estoques acumulados. Nesta explicação[21], não entraram elementos externos, e na verdade o sistema dedutivo também operou por si mesmo sem necessitar da comprovação empírica, o que nos coloca diante da questão do segundo par de fatores a ser examinado nas questões

[21] O exemplo é proposto, a título de ilustração para uma análise endógena, por Ciro Flamarion Cardoso em *Os Métodos da História* (CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 1990, p.278-279).

econômicas: a dedução em oposição à indução através de dados empíricos.

Já uma 'explicação empírica' apóia-se ou deve se apoiar diretamente nos dados empíricos observáveis, procedendo por uma generalização a partir de casos concretos, normalmente à base de dados levantados e analisados criteriosamente através de métodos estatísticos. Um exemplo está nas obras de Claphan sobre a *História da Economia na Inglaterra Moderna*[22], ou nos trabalhos de Mitchell sobre os ciclos da economia financeira[23].

Outra dicotomia importante a ser considerada no jogo de parâmetros explicativos à disposição dos historiadores econômicos é a relação entre 'equilíbrio estático' e 'dinamicidade'. Até a década de 1930 predominaram os sistemas econômicos dirigidos para o equilíbrio estático, tendência que foi fortemente abalada pelo impacto da Grande Depressão e por um novo contexto que passa a estimular os economistas e historiadores econômicos a compreenderem melhor o dinamismo das transformações econômicas – em alguns casos visando inclusive a proposta de políticas anticíclicas. Desde então os problemas centrais da história econômica se deslocaram preferencialmente para indagações que levavam em conta sobretudo a transformação na temporalidade. A Cliometria, entre outros campos de possibilidades, surge já neste novo quadro de motivações. Mas também surge uma História Econômica-Social profundamente preocupada com a repercussão dos fatos econômicos da vida social. De uma História Econômica cujos objetos preferenciais relacionavam-se ao problema do

---

[22] CLAPHAM, J. H. *An Economic History of Modern Britain*. 3 vol. 1926-1938.

[23] MITCHELL, W. C. *Business Cycles. The Problem and its Setting*. 1927.

equilíbrio geral de um mercado de bens e serviços, passa-se a problemas como as relações entre os desenvolvimentos da economia monetária e o pleno emprego, o custo de vida, o empobrecimento populacional e outras questões mais.

A tendência da historiografia econômica, a partir da metade do século XX é tornar-se mais complexa e equilibrada com relação à consideração de uma série de fatores. Atribui-se importância tanto a fatores exógenos como a fatores endógenos, ao mesmo tempo em que as explicações tendem a entremear de forma equilibrada a dedução teórica e a demonstração empírica, com ampla utilização de metodologias estatísticas mas sem dispensar as análises qualitativas. Ao mesmo tempo, considera-se tanto o equilíbrio do sistema econômico como a sua dinamicidade, para além de se lançar problematizações que indagam mais profundamente pela interação entre economia e sociedade. Os próprios dados aparecem mais problematizados. Os historiadores econômicos não se contentam apenas em levantar criteriosamente os dados que estarão expressos em uma curva de preços e salários, mas procuram indagar que significado terão aqueles preços e salários para a sociedade sobre a qual eles incidem. Vão mais além, investigando as repercussões econômicas nos diversos grupos sociais. A História Econômica, assim, torna-se mais complexa.

Exemplo de tratamento complexo da História Econômica pode ser encontrado quando o analista compreende o próprio fato econômico como produto de uma complexidade que transcende a dimensão econômica propriamente dita. Rigorosamente, disto cada vez mais se acerca a moderna História Econômica, não existe o “fato econômico” propriamente dito, isolável de outros fatores, de

modo que cada vez mais os pensadores e estudiosos da Economia têm recolocado a questão de que os fatos econômicos freqüentemente acham-se imbricados com fatos políticos, sociais, culturais, institucionais, ou mesmo ligados às mentalidades.

A esse respeito, será oportuno registrar a contribuição da *Nova Economia Institucional* de Douglass North[24]. Aqui, no âmbito de uma leitura institucional da história econômica de cada sociedade, mostra-se precisamente ressaltada a importância dos aspectos institucionais e, mais ainda, políticos, na constituição dos processos econômicos. Assim, tal como observa North ao considerar os desenvolvimentos do Capitalismo, sobretudo nas suas últimas fases, os sistemas políticos trazem ou devem trazer eles mesmos uma contribuição fundamental para a constituição dos sistemas econômicos, e, de certo modo, pode-se dizer que em muitos casos quem institui as regras do jogo econômico é a Política. Recolocar nestes termos o papel dos sistemas políticos e das instituições para o desenvolvimento dos processos econômicos é examiná-los, na ótica da *Economia Institucional*, a partir de uma perspectiva mais rica, complexa, interdisciplinar.

As Instituições são aqui vistas também na sua dimensão de estruturas de incentivo, que interferem nos mercados, e não como estruturas que são meramente criadas para *ajustar*-se a certas funções deste mercado, tal como propunha o

[24] (1) NORTH, Douglass. *Empirical Studies in Institutional Change (Political Economy of Institutions and Decisions)*. New York: Lee J. Alston, 1996 e (2) *Institutions, Institutional Change and Economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. Antes destas obras, uma referência também fundamental é *Structure and Change in Economic History* (NORTH, 1981), na qual North já se propõe a analisar a história econômica, da pré-história à contemporaneidade, através de uma leitura das transformações institucionais. Vale ressaltar ainda, como integrantes importantes da corrente que ficou conhecida como *Nova Economia Institucional*, os nomes de Oliver Williamson e Ronald Coase.

institucionalismo funcionalista[25]. Recupera-se, assim, a perspectiva de uma dinâmica de reciprocidade entre Instituições e sistemas econômicos, de modo que as idéias de North orientam-se no sentido de perceber que há uma interrelação entre o crescimento econômico sustentado e o fortalecimento institucional. A solidez das instituições constituiria precisamente um estímulo à produtividade, ao investimento tecnológico, ao aprofundamento da inovação – e aqui seria preciso atentar tanto para as *instituições formais* (leis impostas pelo governo e instituições reguladoras) como para as instituições informais, que constituiriam normas e códigos de conduta formados pela própria sociedade[26]. Neste contexto, o Estado, ou o sistema político, também teria seu papel fundamental, no sentido de assegurar o ambiente de formação e manutenção das instituições formais.

Uma tal abordagem da História Econômica, atenta às transformações institucionais e políticas que se dão no seio das diversas sociedades, permitiria examinar e esclarecer as diferenças de desenvolvimento econômico que se expressam entre as histórias econômicas dos diversos países, notando-se que, ainda segundo North, seria possível explicar com base nas diferenças de desenvolvimento institucional a partir do século XIX os distintos níveis de desenvolvimento econômico alcançados pelos Estados Unidos em comparação com os

---

[25] É importante ressaltar que, para North, as instituições incluem uma legislação capaz de assegurar os direitos de propriedade e o cumprimento das obrigações contratuais, bem como um sistema judiciário eficaz e diversas outras agências destinadas à regulamentação em diversos níveis da vida social. Importante ressaltar que, para a questão econômica, as instituições desempenhariam um papel fundamental no sentido de atenuar a 'incerteza' – fator que afeta a possibilidade de transação econômica entre pessoas e que por isso geraria, concomitantemente, o que North denomina 'custos de transação'. Instituições fortes facilitariam a coordenação do sistema econômico ao reduzir os custos de transação e amenizar as incertezas (NORTH, 1990, p. 27).

[26] NORTH, *Institutions, Institutional Change and Economic performance*, p.36.

países da América Latina[27]. Para além disto, uma outra coordenada importante a ser aqui considerada refere-se às diferenças de recepção que cada sociedade historicamente localizada apresentou em relação à implantação e transformações de cada modelo institucional[28]. As explicações proporcionadas pela análise de North, por outro lado, vinculam-se às discussões e polêmicas que se dão em torno do pensamento econômico liberal contemporâneo. Eis aqui, de todo modo, questões que mereceriam certamente um desenvolvimento mais aprofundado em outro artigo.

Por fim, para além da complexidade dos processos econômicos como produtos de interações entre aspectos para além do "econômico" propriamente dito, há que se considerar a complexidade rítmica dos processos econômicos. Assim, outro aspecto fundamental sobre o qual deve refletir o historiador econômico que se lança a uma investigação refere-se ao questionamento acerca da sincronicidade de fatos econômicos relativamente a uma determinada unidade de observação. Deve-se considerar a possibilidade de que haja diferenças de ritmo entre distintos

---

[27] Para North, teria sido precisamente a fragilidade de suas instituições, desde os processos de Independência, o que teria bloqueado – para países com amplos recursos naturais como o Brasil, México e Argentina – a possibilidade de que estes viessem a se tornar nações ricas como os Estados Unidos da América, nação extraordinariamente fortalecida no aspecto institucional. Por outro lado, as diferenças de modelos institucionais implantados nas colônias remeteriam às heranças recebidas das próprias metrópoles, que já apresentavam profundos contrastes perceptíveis na comparação entre o modelo institucional inglês e o modelo institucional ibérico, este último caracterizado por instituições ineficientes. Estes contrastes remetem, concomitantemente, a aspectos políticos que no limite expressam-se na contraposição entre o poder absoluto dos reis ibéricos e o poder de mediação econômica exercido pelo Parlamento para o caso da Inglaterra. Em uma palavra, na Inglaterra as finanças públicas eram controladas por instituições fortes, e não por mera decisão régia.

[28] Vale lembrar ainda o diagnóstico de North para a história dos países da América Latina, que desde a época colonial teriam apresentado uma tendência da personalização das relações comerciais entre indivíduos, afastando estas sociedades da criação de mecanismos formais eficientes (isto é, do fortalecimento institucional).

setores econômicos de um mesmo país ou região, por exemplo, em contraste com a idéia de que na economia de uma determinada sociedade todos os seus elementos evoluem ou desenvolvem-se consoante ritmos idênticos.

De igual maneira, em se tratando de estudos nacionais, as diversas pesquisas realizadas por historiadores econômicos regionais têm mostrado que não é possível enquadrar os desenvolvimentos econômicos nas diversas regiões de um país no âmbito de um único perfil econômico. Os antigos modelos explicativos que buscavam dar conta da totalidade da economia ao nível nacional começaram, em muitos países, a serem confrontados pela realização de trabalhos empíricos realizados ao nível regional, que obrigaram a sérias revisões relativamente a modelos generalizantes que antes eram admitidos sem contestação.

Foi o que ocorreu no Brasil a partir dos anos 1980, e sobretudo, dos anos 1990, com uma série de trabalhos sobre a Sociedade Escravocrata no Brasil, onde foi confrontado o antigo modelo da Monocultura Agro-Exportadora voltada única ou preponderantemente para o mercado externo[29], e na qual o escravo desempenhava um papel específico de um tipo de unidade produtiva e de hierarquia que parecia dicotomizar as posições entre senhores e escravos[30]. As

---

[29] Em um artigo de 1985 no qual analisa a economia mineira da segunda metade do século XIX, Robert Slenes chama atenção para a diversificação econômica daquela região, para a produção de gêneros voltada para o mercado interno, e para o dinamismo da economia não-exportadora (SLENES, Robert. "Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX". *Cadernos ICHL/UNICAMP*, Campinas, n. 17, 1985). De igual maneira, no âmbito de pesquisas que evidenciam a diversificação da economia colonial, podemos citar, entre outros, o trabalho de Hebe Castro, que, ao analisar um município fluminense do século XIX, pôde perceber para os maiores produtores locais uma diversificação de produção especificamente voltada para o mercado local (CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao Sul da História*. São Paulo: Brasiliense, 1987).

[30] Assim, por exemplo, a tese de Mary Karasch sobre a vida dos escravos no Rio de Janeiro (1988) já chama atenção para a presença importante de pequenos senhores que, na sociedade escravocrata, possuíam apenas um ou dois escravos,

investigações ao nível regional permitiram que se verificassem inúmeros fatores importantes como a importância do mercado interno, a eventual diversificação de culturas, o papel dos homens livres pobres na economia e na sociedade escravocrata[31], as estratégias de negociação dos escravos no interior da sociedade que os oprimia e do sistema econômico que os incorporava como força de trabalho[32]. Para além disto, estas mesmas monografias também revelaram toda uma diversidade inter-regional que os grandes modelos econômicos explicativos nem sempre previam.

3. Fontes e Métodos

Relativamente às fontes e métodos disponíveis aos historiadores econômicos, destaca-se o notável advento da Quantificação e da Serialização como caminhos para o levantamento e análise das fontes e dados da História Econômica. A noção de "série" será aqui fundamental. Uma série é um determinado conjunto de fontes estabelecido pelo historiador com vistas à quantificação e serialização de dados, sendo estas fontes necessariamente assinaladas por

---

o que permitia confrontar o modelo dicotômico que aos escravos opunha apenas o grande latifundiário proprietário de inúmeros escravos, ignorando todo um contingente de pequenos senhores (KARASCH, Mary. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000). Pesquisas como esta, e também a de Stuart Schwartz para o Recôncavo Baiano, confrontavam a idéia de que a propriedade escrava apresentava-se radicalmente concentrada no nas mãos de grandes proprietários de terras (SCHWARTZ, Stuart. "Padrões de propriedades de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil", *Estudos Econômicos*, XIII, n°1, 1983, p.259-287).

[31] Uma referência já clássica para este aspecto é a obra de 1969 produzida por Maria Sylvia de Carvalho Franco sobre os *Homens Livres na Ordem Escravocrata* (São Paulo: UNESP, 1994), certamente um trabalho pioneiro que já chamava atenção para uma questão que seria cada vez mais abordada nas décadas seguintes.

[32] A esse respeito, tem-se um marco importante com o livro *Campos da violência* de Sílvia Lara (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988). Mais ainda, é fundamental a referência à obra conjunta de João José REIS e Eduardo SILVA intitulada. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista* (São Paulo: Companhia das Letras, 2005).

uma relação de 'continuidade' e, freqüentemente, abundantemente disponíveis para o historiador (pelo menos em modalidades como a História Econômica e a História Demográfica). Além deste requisito de que as fontes constitutivas da série conservem uma relação de continuidade (isto é, sem lacunas que afetem a constituição da série), estas devem ser ainda 'homogêneas' – isto é, de uma mesma natureza.

No caso em que a "série" será utilizada com vistas a uma quantificação de dados, como ocorrerá habitualmente com a História Econômica, teremos um encontro fortuito entre a História Serial e a História Quantitativa. Estas expressões não são sinônimas, embora possam estar relacionadas, particularmente quando estabelecem uma conexão com a História Econômica. A História Serial refere-se ao uso de séries; a História Quantitativa remete a um levantamento e análise de dados. Esta, inclusive, freqüentemente se valerá das abordagens estatísticas, pois através delas o historiador buscará compreender uma grande quantidade de dados que se coloca à sua disposição de forma globalizada, identificando tendências.

O tratamento quantitativo em história, no que se refere a uma exposição de suas técnicas e recursos operacionais, já conta com algumas obras específicas que procuram disponibilizar metodologias quantitativas para historiadores. Tal é o objetivo, por exemplo, da obra de Roderick Floud intitulada "Uma Introdução aos Métodos Quantitativos para Historiadores"[33]. Já em um âmbito mais específico de crítica

[33] FLOUD, Roderick. *An Introduction to Quantitative Methods for Historians*. Londres : Methuen, 1973. Ver também CARMAGNANI, Marcello. *La Historia Económica en America Latina. I : Situación y métodos*. México: Sep/Setentas, 1972. p.253-264.

historiográfica, textos teórico-metodológicos importantes sobre História Serial e História Quantitativa seriam elaborados em meados do século XX por François Furet[34] e Pierre Chaunu[35], sendo que este foi autor de uma das teses mais impressionantes sobre o Comércio Atlântico, ao ter lançado mão de uma quantidade monumental de fontes e dados que foram expostos em um trabalho que ocupa nada menos que onze volumes. Mas antes de chegarmos à monumental obra de História Econômica e Serial de Pierre Chaunu, produzida nos anos 1950, será preciso pontuar o princípio de tudo: as realizações de historiadores econômicos como Labrousse, Simiand e Hamilton em torno dos anos 1930.

Através destes autores, a aplicação da Quantificação à História Econômica faz a sua entrada na historiografia através do estudo da História dos Preços. Os grandes historiadores econômicos da primeira metade do século XX mostraram que o historiador podia dispor, neste caso, de dois tipos de fontes basicamente fundamentais: de um lado as estatísticas oficiais de preços de um determinado período – fontes conhecidas como "mercuriais" para períodos anteriores – e de outro lado os "livros contábeis" referentes aos registros administrativos de instituições, hospitais, mosteiros, casas nobiliárquicas, fazendas. Para dar dois exemplos já clássicos de usos destes dois tipos de fontes em um trabalho de História econômica de natureza Quantitativa-Serial, Labrousse fez amplo uso das mercuriais em seu estudo sobre o movimento de preços na França do século

---

[34] FURET, Pierre. "O Quantitativo em História" in *História – novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

[35] (1) CHAUNU, Pierre. « Histoire quantitative et histoire sérielle » in *Cahiers Vilfredo Pareto*. Genebra: Droz, 1964. n°3. p.165-175. / (2) CHAUNU, Pierre. « L'Histoire Sérielle » in *Revue Historique*. Paris : PUF, 1970. abril-jun.

XVIII[36]. Earl Hamilton valeu-se de registros contábeis de vários tipos em seu estudo sobre Moeda e Preços em Valença, Aragão e Navarra[37]. Entre estes dois tipos de fontes fundamentais – as estatísticas oficiais e os registros contábeis ao nível das unidades produtivas ou de circulação – há ainda que considerar uma série de outras fontes disponíveis à História dos Preços, como documentos aduaneiros, jornais que apresentem em algum momento cotações de determinados produtos, registros cartoriais que permitam apurar preços de bens de raiz, testamentos, séries de documentos de compra e venda, e assim por diante.

Nos anos 1950, para além da já mencionada contribuição de Chaunu com sua obra sobre *Sevilha e o Atlântico*, surge na América do Norte uma corrente que se denominou a si própria como "História Quantitativa" a partir dos trabalhos de Kuznets e, já na França a partir dos anos 1960, com os trabalhos de Jean Marczewski[38]. Tratava-se de uma História Econômica preocupada em classificar ano a ano, para diversos períodos históricos, os fluxos – aqui incluindo tanto as produções como os intercâmbios – e os estoques, intencionando resumir a atividade econômica em seu conjunto. Por outro lado, o enfoque concentrava-se em aspectos como a demanda de bens e serviços, a produção interna, a receita total familiar de uma sociedade, e outros fatores que muitas vezes pareciam excluir a presença mais efetiva dos homens e das forças econômicas de base, de acordo com algumas críticas que partiram de setores

---

[36] LABROUSSE, Ernest. *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France du XVIII siècle*. 2 vol. Paris : 1932.

[37] HAMILTON, Earl. *Money, Prices and Wages in Valencia, Aragon and Navarra*, 1351-1650. Cambridge: 1936.

[38] MARCZEWSKI, Jean. "Buts et méthods de l'histoire quantitative" in *Cahiers Vilfredo Pareto*. Genebra : Droz, 1964. n°3. p.125-164.

historiográficos contra esta História Econômica que era habitualmente realizada por economistas, mais do que por historiadores.

Em 1957 constitui-se também a "New Economic History", uma corrente que compartilhava entre seus membros certas práticas e concepções acerca do que deveria ser a História Econômica. Esta Escola, desenvolvendo o que passou a se chamar Econometria, trouxe a novidade de trabalhar com contrafactuais – simulações históricas para verificar a importância de determinados elementos no desenvolvimento de uma dada Economia abstraindo-os do processo e projetando como seria o desenvolvimento econômico sem tais elementos. Um exemplo pode ser visto com as obras de Fogel[39] e Fishlow[40], que para verificar a importância da construção de ferrovias na história econômica dos Estados Unidos produziram simulações de uma história americana que não tivesse contado com a construção destas ferrovias.

De qualquer modo, considerando todas estas correntes inseridas no interior da História Econômica que tem utilizado francamente a quantificação, podemos concluir que a serialização e a quantificação incorporaram-se definitivamente como aspectos importantes do *metier* do historiador econômico nos dias de hoje. Poucas vezes é possível explorar adequadamente esta área sem algum domínio destas possibilidades. Em seguida, examinaremos os vários riscos, limites e aspectos a serem contornados ou evitados em um trabalho de História Econômica.

---

[39] FOGEL, R. W. *Railroads and American Economic Growth: Essays in Econometric History*. Baltimore: 1964.

[40] FISHLOW, A. *American Railroads and the Transformation of the Ante-Bellum Economy*, *Harvard Economic Studies*. Vol.127. Cambridge, Mass: 1965.

4. Limites, riscos e objetos privilegiados da História Econômica

Já mencionamos alguns dos riscos mais graves contra os quais devem se prevenir os historiadores econômicos. O primeiro deles é aquele que ronda o trabalho de todos os historiadores, nas diversas modalidades da História: o anacronismo. Em História Econômica, o principal tipo de anacronismo – fundador de todos os outros – é o de importar indevidamente para uma determinada sociedade historicamente localizada um sistema ou uma racionalidade econômica que são os de nosso tempo. A racionalidade econômica típica do mundo Capitalista, enquanto modelo de comportamento para os fatos econômicos a serem examinados, pode não ter nenhuma congruência em relação ao mundo histórico que o historiador está examinando. Assim, nada implica em que a 'obsessão pela busca do lucro' seja um fator que vá ditar as normas em todas as sociedades ou situações históricas.

Também já mencionamos a 'ilusão da sincronicidade' – ou seja, a idéia de que em uma determinada economia nacional, por exemplo, todos os fatores progridem ou regridem juntos. Os fatores integrados em um determinado sistema econômico podem ter cada qual o seu ritmo próprio. De maneira análoga, as diversas regiões ou sub-unidades espaciais de um mesmo país podem não se comportar da mesma maneira em uma determinada realidade histórica: a economia das pequenas unidades pode apontar, eventualmente, para especializações econômicas e desenvolvimentos diferenciados. O historiador, aqui, deve estar pronto para se afastar da 'ilusão do modelo globalizador

único', da generalização que busca submeter indevidamente todas as regiões e práticas inseridas em uma determinada sociedade, como ocorreu na historiografia brasileira de certa época, por exemplo, com a generalização de um Modo de Produção escravista-Colonial baseado quase que totalmente em uma monocultura exportadora, sem considerar seja as especificidades de cada região, seja os mercados internos ou as interações entre os elementos internos da economia colonial da América Portuguesa. Neste caso, a louvável tentativa de entender a história econômica brasileira como uma totalidade – típica de uma historiografia que vai desde Caio Prado Júnior nos anos 1930 até Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender em tempos mais recentes[41] – terminou por se confrontar com limites que só seriam contornados pelas teses de pós-graduação brasileiras que começam a surgir nas últimas décadas do século XX, voltadas para as realidades locais dos períodos colonial e imperial.

Estes, enfim, são os riscos teóricos da História Econômica: totalização sem apoio empírico, reducionismos vários. Por outro lado, agora que já discutimos algumas técnicas presentes no trabalho de História Econômica, particularmente a Quantificação, poderemos discutir outros riscos. O primeiro deles é o que poderia ser chamado de "fetiche da quantificação', a saber, a quantificação por ela mesma, não como meio mas como fim. Uma História Econômica que se limite descritivamente a enunciar informações quantificadas seria análoga, na história narrativa, à mera factualidade. Uma curva de preços não pode ter valor por si mesma. Ao contrário, seu valor estaria em servir para uma interpretação histórica que a considerasse como material de análise, e não

[41] Ver nota n° 42.

como finalidade a ser atingida. Ernst Labrousse, um dos pioneiros da quantificação na História, postulava que a quantificação, destinada a desvelar uma determinada realidade conjuntural, deveria contribuir para a realização de uma História Total que esclarecesse a dinâmica das estruturas, das crises sociais e institucionais, e assim por diante. Quando ele elaborava uma curva de preços, tinha em vista compreender uma realidade sócio-econômica mais complexa, para cuja compreensão a curva de preços funcionaria como um sinalizador privilegiado.

Esta postura, de fundar toda uma explicação histórica complexa apenas no trabalho quantitativo – ou, mais ainda, em um único aspecto quantificado – pode eventualmente conduzir a um problema diverso: o da 'supervalorização da quantificação'. Acreditar por exemplo que uma curva de preços pode dar conta da explicação de todo um desenvolvimento histórico-social, sem o concurso de outros fatores e recursos historiográficos, pode produzir resultados tão questionáveis quanto a mera descrição quantitativa.

Com relação aos objetos de estudo privilegiados pela História Econômica, dificilmente pode haver maiores dúvidas. Estuda-se qualquer um dos três aspectos envolvidos pelas atividades econômicas: a Produção, a Circulação ou o Consumo. O campo da Produção foi objeto de interesse primordial da historiografia marxista. Neste sentido, aqui encontra o seu espaço o conceito de "modo de produção", que procura dar conta de toda a produção da vida material de uma sociedade a partir da apropriação do trabalho humano e da utilização dos meios de produção (matérias primas, instrumentos). Fora da teoria marxista, pode-se falar em "sistemas de produção", o que é apenas uma outra

maneira de se referir a este âmbito produtivo que constitui o ponto de partida da vida econômica de uma sociedade.

Naturalmente que, notadamente com a historiografia marxista e outras preocupadas com a dimensão social da História, considera-se que o sistema de produção está em inseparável interface com a organização social e política de uma sociedade. Daí que, para este tipo de história econômica, é imprescindível caminhar conjuntamente com a História Social e com a História Política. Qualquer grupo social ocupa uma posição – central ou periférica, ativa ou parasitária, consciente ou alienada – no sistema de produção de uma sociedade, e todos estabelecem entre si relações que, além de sociais, são relações políticas. Para o materialismo histórico, por exemplo, a História é a história dos modos de produção e também a história das lutas de classe. Uma coisa está sobre-posta à outra, pois se os modos de produção vão se desenvolvendo e derivando em outros no decurso de uma duração mais longa, a luta de classes aflora cotidiana e conjunturalmente sobre estas grandes estruturas em mutação. Percebe-se assim que, nesta linha de perspectivas, a História Econômica está em permanente interface com uma História Política e uma História Social.

Por outro lado, o enfoque do historiador econômico também pode se dirigir para a esfera da Circulação (ou da distribuição). Serão estudados aqui os ciclos econômicos, os preços, as trocas, o sistema financeiro. O interesse no estudo dos ciclos econômicos, por exemplo, tornou-se muito marcante a partir da década de 1930, com historiadores da economia associados à Escola dos Annales (mas neste caso também ao marxismo) como Ernst Labrousse. Destaca-se uma interface evidente da nova História Econômica com os

diversos desenvolvimentos na ciência social da Economia. Na verdade, o estudo dos ciclos, das conjunturas, da flutuação de preços e salários (e tantos outros aspectos) tornou-se possível a partir do diálogo com a Estatística. Estes novos campos da História Econômica tornam-se precisamente possíveis com a quantificação — com aquela abordagem que logo passaria a ser chamada de História Quantitativa.

Fechando o circuito de interesses da História Econômica aparece a esfera do Consumo, com objetos que podem ir desde os aspectos relativos aos salários (poder de compra) até os hábitos de consumo dos vários grupos sociais. Estudar o consumo é estudar os modos como a riqueza é apropriada pelos vários grupos e forças sociais que se encontram em interação no interior de uma determinada sociedade. As tensões sociais, enfim, também se expressam nas relações de consumo, nas ostentações, nas carências, nos contrastes que dão a revelar a riqueza apropriada e que a colocam em contraposição à riqueza produzida. Esta ponta do triângulo econômico, portanto, estabelece uma interface com a História Social.

Por outro lado, é também da História Econômica estudar os modos ou estruturas de produção nas suas linhas gerais, no âmbito de temporalidades diversificadas como a Economia Antiga, a Economia Medieval ou a Economia Capitalista. Neste campo, o interesse do historiador desloca-se das especificidades quantitativas para os aspectos relacionados à interação entre Economia e Sociedade, surgindo aqui as célebres e polêmicas questões concernentes ao tipo de interação que nesta interface se produz (determinação linear e direta, determinação em última instância, reciprocidade, relativa autonomia?).

5. A História Econômica no Brasil

No Brasil, a História Econômica tem sido desde os anos 1930 um campo bem freqüentado pelos historiadores. Os objetos e interesses de estudo se diversificam. Entre 1930, mencionaremos, ao lado de outras temáticas, as tentativas de elaborar modelos econômicos globais, que dessem conta de entender a história econômica brasileira como uma totalidade. Surgiram então grandes modelos explicativos para a realidade colonial, para a sociedade escravista-colonial, para a economia no Estado Novo ou do período desenvolvimentista, através de autores que vão de Caio Prado Júnior, um pioneiro na área, até historiadores, economistas ou sociólogos como Fernando Novais, Celso Furtado, Ciro Flamarion Cardoso, Jacob Gorender[42]. As últimas décadas do século XX assistem à eclosão de trabalhos mais monográficos, interessados em perceber através de investigações locais – muitas vezes com o apoio da História Serial – precisamente aquelas especificidades e complexidades que os grandes modelos explicativos deixavam escapar, por vezes em fórmulas ou modelos reducionistas.

Desta lavra, e das décadas seguintes, são alguns dos mais importantes trabalhos sobre a economia brasileira nos seus períodos históricos. Há desde as investigações regionais ou mais localizadas sobre o período escravocrata, como a

---

[42] (1) PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1977. (2) NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Hucitec, 1983, 2ª ed. (3) FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. (4) CARDOSO, Ciro Flamarion. "Observações sobre o dossier preparatório da discussão sobre o modo de produção colonial" in PARAIN, C (org). *Sobre o Feudalismo*. Lisboa: Estampa, 1973, p. 71-ss. (5) GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1978, 2ª ed.

obra de Kátia Matoso intitulada "Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX" (1978)[43], ou a obra de Douglas Libby sobre a "Transformação e Trabalho em uma economia escravista – Minas no século XIX" (1988)[44], até as investigações de recorte mais extenso sobre o processo de industrialização brasileiro, como a pesquisa de Wilson Cano sobre as "Raízes da Concentração Industrial" (1981)[45] ou a obra de Geraldo Beauclair sobre as "Raízes da Indústria no Brasil"[46]. No âmbito dos estudos sobre a Escravidão ou ambientados na Economia Colonial, a massa crítica de trabalhos regionais e a possibilidade mais concreta de lançar mão da História Serial passou a permitir também novas visões de conjunto, mais fundamentadas e sem os reducionismos das generalizações anteriores aos anos 1970. Aparecem aqui obras importantes como o estudo de João Fragoso e Manolo Florentino intitulado "Arcaísmo como Projeto" [47], e posteriormente o estudo de João Fragoso sobre a economia local do Rio de Janeiro que, conforme veremos adiante, avança pela trilha que começara a ser percorrida por autores como Kátia Mattoso nos anos 1970 e 1980.

A título de exemplo, examinaremos alguns desenvolvimentos historiográficos em torno da temática da economia colonial, mostrando como foi precisamente um olhar mais atento para a realidade local, alicerçado em sistemáticas pesquisas empíricas, o que permitiu uma

---

[43] MATTOSO, Kátia de Queiroz. *Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1978.

[44] LIBBY, Douglas. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista – Minas no século XIX* . São Paulo: Brasiliense, 1988.

[45] CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

[46] BEAUCLAIR, Geraldo. *Raízes da Indústria no Brasil*. Rio de Janeiro: Studio F & S Editora, 1992.

[47] FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João. *Arcaísmo como Projeto*. Rio de Janeiro: Diadorin, 1993.

verdadeira revisão dos modelos generalizantes que, antes dos anos 1970, vinham sendo elaborados para a compreensão da economia brasileira no período colonial. Ao lado do já mencionado trabalho de Kátia Mattoso sobre a Bahia, traremos o exemplo de uma obra que representa certamente um marco para a historiografia econômica brasileira mais recente: o estudo de João Fragoso intitulado "Homens de Grossa Aventura – acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)"[48]. Esta obra, como a de Kátia Mattoso e outras, permitiu precisamente à nova historiografia econômica brasileira examinar os ritmos internos da economia colonial, suas assincronias em relação ao mercado internacional, suas diversidades regionais, suas complexidades irredutíveis ao desgastado e generalizador modelo que retratava a economia colonial como um sistema exclusivamente escravista-agro-exportador, diretamente dependente dos centros europeus.

Objetivando examinar as formas de acumulação que perpassam a economia colonial brasileira em fins do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, Fragoso elege como lócus privilegiado de observação o funcionamento do mercado do Rio de Janeiro e suas formas de produção. Mas, sobretudo, o que aqui se empreende é mais uma contribuição à vigorosa crítica em relação aos antigos modelos explicativos da economia colonial brasileira, alcançada através da exposição de uma série de novas complexidades que se tornam bastante claras a partir de uma bem fundamentada

[48] FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Aventura – acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

pesquisa empírica amparada em análises seriais de uma vasta documentação.

A primeira complexidade a ser examinada é a de que a economia colonial brasileira apresenta através dos números levantados um complexo jogo de ajuste e desajuste em relação ao ciclo econômico internacional. Ao invés de uma economia inteiramente atrelada ao ritmo internacional, o autor vem mostrar que – ainda que esta sintonia se expresse em algumas oportunidades – a economia colonial brasileira também tem seus ritmos próprios. A consciência de que os ritmos coloniais não se ajustam inteiramente e em todos os momentos às tendências internacionais já vinha sendo expressa através das pesquisas de Kátia Mattoso, que examinara através de uma sistemática metodologia quantitativa os preços na Bahia do mesmo período, demonstrando seu comportamento de acordo com ritmos próprios[49]. Assim, enquanto os preços europeus haviam sofrido uma inflexão geral "para cima" entre 1810 e 1815, até atingir neste ano a crise mundial que inaugura uma fase depressiva, esta inflexão só ocorreria na Bahia a partir de 1822.

O objetivo de Fragoso é seguir nesta mesma trilha: demonstrar que também o Rio de Janeiro tinha seus ritmos próprios. O recorte da pesquisa situa-se no enquadramento de um ciclo de Kondratieff que tem uma "fase A" positiva entre 1792 e 1815, e uma fase negativa (B) entre 1815 e 1850. Contudo, se por um lado verifica-se a sintonia entre uma expansão econômica brasileira e a ampliação do comércio no plano internacional, já para o período seguinte (a fase B) esta sintonia não se verifica. Entre 1815 e 1817, ocorre uma

[49] MATTOSO, Kátia de Queiroz. "Os preços na Bahia de 1750 a 1930" in *L'Histoire quantitative du Brésil de 1800 a 1930*, CIVRS 1973, p.167-182.

crise mundial que se expressaria sob a forma de uma depressão econômica até 1850, afetando diretamente os preços do açúcar e do algodão. Conforme a interpretação clássica, a montagem da economia cafeeira apresenta-se como uma resposta ao declínio destes produtos e à conjuntura econômica internacional desfavorável.

O modelo confrontado e criticado pelo autor (e mais especificamente considerando o contexto específico das transformações que se dão na passagem do século XVIII para o século XIX) é o da economia colonial exclusivamente fundada na monocultura exportadora, destinada a fornecer excedentes para as economias centrais européias. Segundo este modelo, não haveria lugar na colônia para um mercado interno suprido por produções locais, nem para possibilidades de acumulações endógenas, e tampouco para ritmos econômicos próprios, desvinculados das economias que dominavam o mercado internacional[50]. Contudo, são precisamente estes aspectos que Fragoso verifica, mostrando por exemplo que o comportamento da economia colonial não pode ser medido apenas pelo desempenho do setor exportador. Assim, contra uma queda de preços de produtos ligados ao setor exportador, como o açúcar branco, Fragoso demonstra uma realidade diferente relativa aos produtos coloniais de abastecimento que desembarcam no porto do Rio de Janeiro[51]. Sintetizando a questão, o mercado interno colonial produz os seus próprios ritmos, que interagem de muitas maneiras com os ritmos ditados pelo mercado internacional, respondem ou resistem a eles. O mercado interno, portanto, é uma realidade efetiva, importante para a

[50] FRAGOSO, João. *Op.cit*. p.16-17.
[51] FRAGOSO, João. *Op.cit*. p.20.

compreensão da história econômica. Conforme as palavras de Fragoso, *"a economia colonial é um pouco mais complexa do que uma plantation escravista, submetida aos sabores das conjunturas internacionais"*[52]. É todo um antigo modelo interpretativo, demasiado simplificador, que aqui se questiona. Mais ainda, diante da verificação empírica de uma verdadeira flexibilidade da economia colonial que a permite confrontar-se à queda de preços internacionais e à retração da exportação, Fragoso identifica a possibilidade de realização de acumulações endógenas no espaço colonial, um dos objetivos centrais de seu estudo. Questiona-se, também, as postuladas relações de estrita dependência que, segundo antigos modelos explicativos, estariam necessariamente presentes nas relações da economia colonial com a Metrópole.

Vale ressaltar, por outro lado, que o trabalho de João Fragoso se refere mais especificamente à virada do século XVIII para o século XIX – um período de crise do antigo sistema colonial. Para os três séculos anteriores de colonização da América portuguesa, decerto, o modelo de análise econômica proposto por Caio Prado Júnior e seguido de perto por Celso Furtado e Fernando Novaes conserva considerável poder explicativo. De todo modo, as obras de João Fragoso e Kátia Mattoso foram aqui evocadas apenas como suporte exemplificativo. Elas constituem sintomas claros de uma historiografia brasileira em pleno desenvolvimento e renovação, que se liberta de modelos fechados e irredutíveis, que busca novas complexidades e que, sobretudo, empreende um trabalho sistemático sobre as fontes a partir do

[52] FRAGOSO, João. *Op.cit*. p.21.

uso de uma metodologia quantitativa e serial que mostra perfeita vitalidade. A História Econômica, particularmente no Brasil, está longe de estar em crise. Outras obras poderiam ser citadas, mas estas já podem dar uma idéia da fecundidade deste campo que, mesmo que tenha cedido espaço no conjunto de preferências dos historiadores em favor de outras modalidades em ascensão, permanece francamente atualizado e produtivo.

A História Econômica, será oportuno finalizar, tem se apresentado como um campo que se renova e atualiza. Desenvolve-se no sentido da complexidade, da superação das visões simplificadas que habitualmente isolam os fatos econômicos de outras dimensões importantes para a História das Sociedades como a Política ou a Cultura. De igual maneira, os historiadores econômicos mostram-se cada vez mais atentos à questão de que em cada período histórico, ou em cada sociedade historicamente localizada, deve-se buscar uma racionalidade econômica própria e específica do período examinado, e não simplesmente transplantar uma racionalidade capitalista para períodos anteriores nos quais esta racionalidade não existia. Avança-se também na superação dos antigos modelos explicativos nacionais monolíticos, à medida que se desenvolvem estudos regionais capazes de esclarecer a singularidade de cada região em um contexto mais amplo.

Referências Bibliográficas

AKERMAN, Johan. *Estructuras y ciclos económicos*. Madrid: Aguilar, 1962.

BEAUCLAIR, Geraldo. *Raízes da Indústria no Brasil*. Rio de Janeiro: Studio F & S Editora, 1992.

BEVERIDGE, William. Prices and Wages in England from the Twelfth to the Nineteenth Century. Londres: Longmans, 1939.

BRAUDEL, Fernando. "História e Ciências Sociais: a longa duração" in *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p.49-50.

CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

CARDOSO, Ciro Flamarion. "Observações sobre o dossier preparatório da discussão sobre o modo de produção colonial" in PARAIN, C (org). *Sobre o Feudalismo*. Lisboa: Estampa, 1973, p. 71-ss.

CARMAGNANI, Marcello. *La Historia Económica en America Latina. I : Situación y métodos*. México: Sep/Setentas, 1972. p.253-264.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao Sul da História*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHAUNU, Pierre. « L'Histoire Sérielle » in *Revue Historique*. Paris : PUF, 1970. abril-jun.

CHAUNU, Pierre. « Histoire quantitative et histoire sérielle » in *Cahiers Vilfredo Pareto*. Genebra: Droz, 1964. n°3. p.165-175.

CLAPHAM, J. H. *An Economic History of Modern Britain*. 3 vol. 1926-1938.

DOBB, Maurice. *Studies in the Development of Capitalism*. Londres: Intl Pub, 1964 [original: 1946]

DOBB, Maurice. "Uma Réplica", *Science and Society*. Londres: spring, 1950. republicada em HILTON, Rodney (org.). *A Transição do Feudalismo para o Capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p.57-66.

DOBB, Maurice. "Um Comentário Suplementar", *Science and Society*. Londres: spring, 1953. republicada em HILTON, Rodney (org.). *A Transição do Feudalismo para o Capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p.97-100. [original da coletânea: 1976].

DOSSE, François. *A História em Migalhas (dos Annales à Nova História)*. Campinas: UNICAMP. 1992.

FISHLOW, A. *American Railroads and the Transformation of the Ante-Bellum Economy*, *Harvard Economic Studies*. Vol.127. Cambridge, Mass: 1965.

FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João. *Arcaísmo como Projeto*. Rio de Janeiro: Diadorin, 1993..

FLOUD, Roderick. *An Introduction to Quantitative Methods for Historians*. Londres: Methuen, 1973.

FOGEL, R. W., *Railroads and American Economic Growth: Essays in Econometric History*. Baltimore and London: 1964.

FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Aventura – acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata* . São Paulo: UNESP, 1994. 4ª ed [original: 1969].

FRIEDMAN, Milton. *The quantity theory of money: A restatement (in: Studies in the quantity theory of money)*. Chicago: University of Chicago Press, 1956.

FURET, Pierre. "O Quantitativo em História" in *História – novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

GODELIER, Maurice. *Racionalidad e irracionalidad em la Economia*. México: Siglo XXI, 1967.

GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1978, 2ª ed.

HABERLER, G. *Prosperidad y depresión*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1953.

HAMILTON, Earl. *Money, Prices and Wages in Valencia, Aragon and Navarra*, 1351-1650. Cambridge: 1936.

HILTON, Rodney (org.). *A Transição do Feudalismo para o Capitalismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

JEVONS, Williams Stanley. *The Solar Period and the Prince of Corn*. London: 1875.

JEVONS, W. Stanley. *The Periodicity of Commercial Crises and Its Physical Explanation*. London: 1878.

JEVONS, W. Stanley. "Commercial Crises and Sun-Spots". *Nature*, XIX, nov 1878.

JEVONS, W. S., *Investigations in Currency and Finance*, London: Macmillan, 1884.

JEVONS, H. S., "Trade fluctuations and solar activities", *Contemporary review*, August, 1909.

JEVONS, H. S. *The Sun's heath and trade activity*. London: 1910.

JUGLAR, C. *Des crises comerciales*. Paris: 1889. 2ª edição.

KARASCH, Mary. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KONDRATIEFF, Nicolai. "Los grandes ciclos de la vida económica" in *Ensayos sobre el ciclo económico*. p.35-57.

KULA, Witold. *Théorie économique du systéme féodal* – Pour un modèle de l'économie polonaise, XVIe. Paris : Mouton, 1970.

KULA. Witold. "Da Tipologia dos Sistemas Econômicos" in FOURASTIÉ (org.). *Economia*. Rio de Janeiro: FGV, 1979.

KULA, Witold. *Problemas y Métodos de la Historia Econômica*. Barcelona: Ediciónes Península, 1973.

LABROUSSE, Ernst. *Histoire économique et sociale de la France*. Paris: Puf, 1979.

LABROUSSE, Ernest. *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France du XVIII siècle*. 2 vol. Paris: 1932.

LABROUSSE, Ernest. *La crise de l'économie française à la fin de l'ancien régime e au début de la Revolution*. Paris: 1944.

LARA, Silvia H. *Campos da violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LIBBY, Douglas. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista – Minas no século XIX* . São Paulo: Brasiliense, 1988.

MARCZEWSKI, Jean. "Buts et méthods de l'histoire quantitative" in *Cahiers Vilfredo Pareto*. Genebra : Droz, 1964. n°3. p.125-164.

MARCZEWSKI, Jean. "Les variables historiques" in *Revue Economique*. Janeiro de 1965. p.86-104.

MATOSO, Kátia de Q. Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1978.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. "Os preços na Bahia de 1750 a 1930" in *L'Histoire quantitative du Brésil de 1800 a 1930*, CIVRS 1973, p.167-182.

MEUVRET, Jean. *La Production De Céréales et la Société Rurale*. 2vols. Paris: Ecole Des Hautes Études en Sciences Sociales, 1987.

MITCHELL, W. C. *Business Cycles. The Problem and its Setting*. 1927.

NORTH, Douglass. *Empirical Studies in Institutional Change (Political Economy of Institutions and Decisions)*. New York: Lee J. Alston, 1996.

NORTH, Douglass. *Institutions, Institutional Change and Economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NORTH, Douglass. *Structure and Change in Economic History*. New York: Norton, 1981.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Hucitec, 1983..

PERROUX, François. *Capitalisme et communaute de travail*. Paris: Librairie du Recueil Sirey, 1937.

PERROUX, Francois; *A economia do seculo XX* . Lisboa: HERDER, 1967.

PIRENNE, Henri. *Historia de Europa, desde las invasiones al siglo XVI*. México: Fondo de Cultura, 1981.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SCHWARTZ, Stuart. "Padrões de propriedades de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil", *Estudos Econômicos*, XIII, n°1, 1983, p.259-287.

SIMIAND, François. *Les fluctuations économiques à longue periode et la crise mondiale*. Paris: Alcan, 1932.

SLENES, Robert. "Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX". *Cadernos ICHL/UNICAMP*, Campinas, n. 17, 1985.

SWEEZY, Paul. "Uma Tréplica", *Science and Society*. Londres: spring, 1953. republicada em HILTON, Rodney (org.). *A Transição do Feudalismo para o Capitalismo*. op.cit., 1989. p.101-107.

SIMIAND, François. Recherches anciennes et nouvelles sur le mouvement général des prix, du XVI au XX siècle. Paris : Do,at-Montchrestien, 1932.

SIMIAND, François. Le salaire, l'ecolution sociale et la monnaie. E vol. Paris : Alcan, 1932.

VILAR, Pierre. *Iniciação ao Vocabulário da História*. Lisboa: Sa da Costa, 1985. p.77.

VILAR, Pierre. *Desenvolvimento econômico e análise histórica*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

VILAR, Pierre. *Ouro e Moeda na História*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

Modernização Conservadora e os Diferentes Sistemas Agrários: Propriedade de terra e relações de produção na transição para o capitalismo na "Velha Província" (1850-1888)

Daniel de Pinho Barreiros[1]

1. A modernização conservadora no Brasil

O processo estrutural de dissolução do escravismo não teve como conseqüência a instauração de relações de trabalho capitalistas no campo, nem tampouco deu origem à uma economia agrícola formada hegemonicamente por proprietários rurais de pequeno e médio porte. A composição social do conjunto de atores envolvidos na luta política pela superação do escravismo foi fator importante para que os resultados do processo tenham sido muito distantes daqueles obtidos pela burguesia industrial norte-americana em sua luta contra o trabalho escravo. No Brasil, as condições de surgimento de uma classe burguesa fora da influência do capital comercial e da agroexportação, e com força suficiente para oferecer uma ameaça concreta à "velha sociedade", não se apresentaram. As camadas médias urbanas, entre devaneios liberais e adesões ao sistema, não ofereceram resistência efetiva. Mais ainda, o próprio capital industrial ficara subordinado ao comercial, fosse pela atuação direta do plantador-negociante na atividade industrial, ou pela ligação da fraca burguesia industrial imigrante ao funcionamento e interesses da agroexportação. O Estado tornara-se parceiro – e instrumento – das classes proprietárias

[1] Pós-Doutorando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFF; Doutor em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFF; Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFF; Especialista em História das Relações Internacionais pelo PPGH-UERJ; Bacharel em História pela UFF. Pesquisador Associado do Laboratório Idéias, Intelectuais e Instituições (CNPq-UFF).

rurais na transição para o capitalismo, preservando a grande propriedade e sua hegemonia.

Assim, o advento da modernidade no Brasil foi marcado pelo signo da "via prussiana" de transição para o capitalismo, tal como conceituou Barrington Moore Jr (BARREIROS, 2002). A "modernização conservadora" consistiu da construção de bases para uma sociedade urbano-industrial articulada à preservação da antiga estrutura de propriedade e trabalho no campo. Isto significa que a industrialização e a urbanização avançaram com base em uma economia agrícola comercial fundamentada em um "sistema repressivo de mão-de-obra", onde o trabalhador era submetido ao proprietário não através do mercado, mas por meio de coerção extra-econômica. O esgotamento do escravismo não teve como resultado a eliminação do latifúndio e o predomínio econômico do *farmer*, tal como nos Estados Unidos, e nem a formação de relações de trabalho capitalistas, com operários rurais plenamente expropriados. O latifúndio permaneceu, explorando mão-de-obra em regimes de trabalho não-capitalistas os mais diversos, e nas franjas do sistema formou-se uma economia agrária de posseiros integrados, ou não, aos mercados urbanos de gêneros alimentícios.

Mas a modernização conservadora não foi somente obra de um projeto classista hegemônico. As condições estruturais impuseram limites às opções dos atores históricos. As relações entre os diferentes sistemas agrários existentes à época da dissolução do escravismo foram fator crucial na preservação de relações de trabalho "repressivas" após a Abolição, em completa simbiose com o alvorecer do capitalismo industrial urbano, conformando a "via prussiana"

de transição para o capitalismo no Brasil.

Privilegiamos nesta análise trabalhos referentes à província do Rio de Janeiro por alguns fatores em especial. A abundância com que foram produzidos durante um determinado período de nossa história acadêmica, foi um primeiro fator. É possível observar uma verdadeira "divisão de trabalho" no que compete à análise de diferentes localidades na província, tendo os historiadores abraçado, com perspectivas convergentes, ainda que diversas, diferentes municípios em trabalhos monográficos, ricos em detalhes e perspectivas teóricas. Em segundo lugar, tendo sido o Rio de Janeiro palco de uma retração econômica ao fim do século XIX, nos interessa em especial saber de que forma as diferentes classes reagiram a este desafio. É, desta forma, uma região em crise que nos interessa para medirmos o limite das transformações sociais no campo decorrentes de 1888. Pretenderemos mostrar que, quando integrados, estes estudos monográficos podem oferecer um panorama detalhado dos rumos da modernização conservadora no Brasil

Buscamos caracterizar os sistemas agrários fluminenses a partir: a) da evolução dos tipos de cultura praticados; b) do direcionamento da produção e do grau de inserção mercantil da mesma (mercados internos, externos, subsistência); c) da relação entre condições técnicas, aplicação de capital e fronteira agrícola; d) da relação entre o capital comercial e o produtor direto; e) dos rumos tomados pela propriedade da terra e pelas relações de trabalho após 1888 (perda de autonomia de pequenos lavradores, "caipirização", colonato, meação, proletarização, etc.). A partir destes elementos, quatro modelos de sistemas agrários foram identificados: a)fronteira agrícola fechada e concentração fundiária;

b)fronteira agrícola aberta e concentração fundiária; c)fronteira agrícola e concentração variadas; d)fronteira agrícola aberta e desconcentração fundiária. Com base no mosaico formado pelas relações entre os sistemas agrários identificados, criticaremos a existência concreta do primeiro modelo (fronteira fechada e concentração fundiária), e a partir desta análise, verificamos a presença de condições estruturais para a modernização conservadora.

2. Alguns modelos de sistemas agrários

2.1. Fronteira agrícola fechada e concentração fundiária

Márcia M. Motta (MOTTA, 1989) dedicou-se ao estudo do processo de construção e remodelamento social de uma região considerada "de fronteira agrícola fechada", o antigo município de Niterói, entre 1808 e 1888. Partiremos deste ponto como exemplo inicial para a compreensão dos rumos da formação agrária pós-1888, considerando-o como caso atípico no conjunto dos demais estudos relativos ao universo rural fluminense, bem como de outras províncias. Ainda assim, pretendemos relativizar este mesmo caráter singular propondo alguns elementos que podem vir a contribuir para a reinterpretação de certas conclusões da autora, a partir da leitura do citado trabalho em conjunto com outros trabalhos na mesma área.

A proximidade de Niterói com o mercado urbano da cidade do Rio de Janeiro foi um elemento de importância na caracterização do sistema agrário da região, e principalmente, de seus rumos posteriores à ruptura do escravismo. A redefinição do papel deste núcleo urbano com o processo de "interiorização da metrópole", desde 1808, e

com a emancipação política, conduziram ao acirramento da urbanização e ao aumento demográfico. A transformação da cidade numa "região nodal" fez com que se tornasse um pólo de irradiação de transformações na área em seu entorno. Tal processo também engendrou um aumento de preços dos alimentícios, gerando uma situação de instabilidade no abastecimento deste centro, que é atribuída às decisões dos controladores dos meios de produção e do serviço de comercialização destes produtos (MOTTA, 1989: 36-38).

A atividade canavieira entrou em um processo de crise na região por volta de princípios do século XIX, ocasionada por uma perda de dinamismo em função do desgaste do solo e pela migração desta atividade para áreas mais novas. O cultivo de alimentos, presente pelo menos desde o fim do século XVIII, mesmo não tendo tido grande expressividade, criava uma primeira base de apoio para uma transformação nos objetivos da produção agrícola. A nova etapa de urbanização da cidade do Rio de Janeiro teria atuado em termos de demanda como um catalisador, engendrando uma resposta expressa na expansão da oferta de alimentos e na transformação de parte substancial das áreas dedicadas à cana-de-açúcar em policultura de gêneros para a sustentação do consumo urbano (MOTTA, 1989: 45).

A proximidade do mercado consumidor e a fronteira agrícola fechada, reduzindo a possibilidade de expansão através do modo "arcaico" levaram, segundo Motta, à definição da produção de frutas e legumes em Niterói a partir de um caráter intensivo. O papel do monopólio da terra na sociedade local ganhava importância, portanto, mesmo num momento anterior à absolutização da propriedade privada da terra, ou seja, da sua transformação em capital (MOTTA, 1989:

53-55).[2] Relacionando densidade demográfica e suprimento de terras, afirma a autora o papel da pressão do amplo contingente de homens livres na região em contraste com a quantidade de terras disponíveis, configurando uma situação de fronteira fechada típica: mão-de-obra abundante e monopólio fundiário. A existência de pântanos e terrenos inadequados para a agricultura em 50% de sua extensão, até meados do século XX, fez com que o quadro de concentração ainda fosse mais agravado. Os pedidos de sesmarias na região apontavam a preocupação dos proprietários em, antes de manter as fronteiras de suas fazendas aptas à expansão, confirmar a posse da terra diante da pressão exercida pela massa de homens livres sem-terras (MOTTA, 1989: 56-59).

Diante do exposto, podemos indicar quatro pontos fundamentais para a caracterização do primeiro modelo, a partir dos dados fornecidos por Motta: a) Niterói constitui-se em região de ocupação antiga; b) teve sua economia agrícola baseada, a partir de um determinado momento, na produção de alimentos para mercados urbanos; c) teve uma atividade agroexportadora inicial, mas desarticulada pelo desgaste do solo; d) teve na produção alimentos uma alternativa à decadência. O município de Niterói consistiria, portanto, num primeiro modelo teórico de estrutura sócio-produtiva agrária no Brasil do século XIX: fronteira agrícola fechada e densidade demográfica suficiente para configurar uma situação de submissão da mão-de-obra livre e produção

[2] A autora faz questão de lembrar que não se trata em nenhum momento da afirmação de que na região de Niterói, no século XIX, constituía-se uma estrutura agrária de fronteira fechada como no modo de produção capitalista, ou seja, com a concentração de terras no processo produtivo ou meramente como reserva de valor. É o caráter de ocupação antiga que determina a concentração fundiária, não a apropriação capitalista da mesma.

em caráter intensivo.[3]

2.2. Fronteira agrícola aberta e concentração fundiária

Em Paraíba do Sul, a relação entre quantidade de terras disponíveis para a agricultura, o nível técnico empregado no cultivo e as relações de trabalho apresentaram um caráter distinto daquele verificado por Motta no município de Niterói. João Fragoso (FRAGOSO, 1983) demonstrou como a baixa densidade demográfica e a existência de matas virgens disponíveis conduziram à configuração de um sistema de exploração do solo baseado em uma dinâmica extensiva, com técnicas, capitais e instrumentos desempenhando papel diminuto na reprodução do sistema, quase que baseada inteiramente na ocupação da terra e na exploração da mão-de-obra. Ao contrário da agricultura européia dos séculos XVIII e XIX, onde era comum o sistema de pousio associado à atividade pecuária (produzindo adubo e força motriz) e a revitalização do solo por meio de aplicação de trabalho, o sistema produtivo agrário em Paraíba do Sul (e facilmente generalizável para a maior parte da agricultura nacional no século XIX) não parece ter baseado a sua reprodução nestes expedientes.

A agricultura de alimentos – fosse ela por parte de pequenos lavradores independentes ou no interior das *plantations* "monocultoras" – fundava-se no uso predatório da terra e das matas virgens, fertilizando-se o solo por meio de queimadas e evitando-se o maior dispêndio de capital e

[3] Ao menos é desta maneira que apresenta Motta. Apresentaremos argumentos que pretendem relativizar a tese da "fronteira fechada" em Niterói, sugerindo que a impossibilidade de controle sobre a dispersão da mão-de-obra foi um importante fator para o emprego de coação extra-econômica sobre a força de trabalho na agricultura brasileira em diversas partes do País.

trabalho. A abundância de solos férteis e intocados permitia que se explorasse toda uma região até a sua exaustão e dali migrar para outra ainda na plenitude de sua fertilidade. É desnecessário dizer que tal prática eliminava impulsos para o uso e desenvolvimento de técnicas de recuperação e fertilização do solo. Portanto, uma fronteira agrícola aberta e matas virgens levavam os lavradores a perpetuarem suas culturas por meio de práticas com alto grau de devastação e desequilíbrio ambiental (FRAGOSO, 1983: 15-19).

As enxadas e as cavadeiras eram os instrumentos de trabalho habituais, sendo o uso do arado difícil pela irregularidade dos terrenos em Paraíba do Sul. A prática de queimadas criava também uma "topografia" acidentada, onde pedras e restos de árvores impediriam a passagem de arados para revolver a terra. Da mesma forma, gerava uma separação improfícua entre pecuária e agricultura, desestimulando ainda mais a prática da adubação natural.

> "Em outras palavras, o baixo nível das forças produtivas presente nesta forma de produção dá origem, de um lado, a uma agricultura extensiva e, de outro, a uma pecuária igualmente extensiva." (FRAGOSO, 1983: 21).

Ao contrário, a não-fertilização do solo no sistema praticado dá origem, posteriormente, a uma vegetação rasteira e a um solo impróprio para a produção agrícola, funcionando como pasto em uma atividade pecuária de baixa técnica. Neste caso, portanto, se há uma interação entre agricultura e gado, está no caráter sucedâneo do último em relação à primeira, e não na concomitância de sua presença.

Na produção de café – produto principal da região ao

longo do século XIX – verificamos a manifestação dos mesmos padrões com os quais funcionava a cultura de alimentos. O preparo do solo, os instrumentos e o uso da terra eram semelhantes, com a diferença de que na primeira dava-se a extração de sobretrabalho, dado o seu caráter eminentemente mercantil e escravista, não sendo necessariamente o mesmo aplicável na segunda. A divisão das terras entre matas virgens, plantações e capoeiras perpassa o século, e seria ainda uma realidade no seguinte.

Somente na escolha das terras a serem cultivadas com café evidenciava-se alguma preocupação técnica com a atividade, e mesmo assim, como mostra Fragoso, integralmente baseada na prática, sem incursões em conhecimentos de cunho científico de nenhuma espécie. A possibilidade de fazer com que persistissem tais métodos e técnicas advinha unicamente dos interesses da acumulação. Através de um menor gasto de trabalho com uma regular recuperação dos solos utilizados, as matas e sua derrubada permitiam a obtenção de um "sobretrabalho em larga escala", como diz o autor, dada a associação entre os preços internacionais e os custos da produção (FRAGOSO, 1983: 25-29)[4]. *"O que era poupado em termos de tempo por alqueire*

---

[4] Martins já havia demonstrado para o Oeste paulista que a maneira pela qual o capital se inseria no processo produtivo das fazendas escravistas de exportação era por intermédio do capital de custeio. Ou seja, a presença do capital constante, consubstanciado nas inversões em maquinaria e outros mecanismos poupadores de trabalho, era praticamente desconhecida; nem mesmo os escravos, dentro do raciocínio de Martins, assumido por Fragoso e demais autores, traduziam-se em bens de capital. Tratavam-se de renda capitalizada, como já indicamos. Da mesma forma, o capital variável, expresso em salários, também não se fazia substancial, dada a natureza da exploração do trabalho (mesmo depois de abolida a escravidão). Assim sendo, a principal componente do capital constante do fazendeiro estava voltada somente para o processo de circulação: "*A forma essencial de capital que subordinava a produção agrícola era, portanto, a do capital comercial, na estrita racionalidade do capital que opera fundamentalmente na movimentação da safra agrícola*" (...) "*De fato (...) a composição orgânica do capital era baixa, já que o peso da atividade da fazenda não estava no beneficiamento do café, mas no trato, e principalmente, na colheita. (...) Desse modo, a reprodução do capital teria que ocorrer, na*

se ganhava na possibilidade de se trabalhar extensivamente 'vários' alqueires" (FRAGOSO, 1983: 30).

Assim sendo, entre este segundo modelo e o primeiro, percebemos algumas diferenças fundamentais: a) Paraíba do Sul é uma região de fronteira agrícola aberta, com abundantes reservas de terras virgens até, pelo menos, o final do século XIX e início do século XX, enquanto o sistemas agrário analisado no primeiro modelo fundamenta-se em fronteira agrícola fechada e solos empobrecidos; b) Paraíba do Sul estruturou-se em região de latifúndios e de agroexportação, e em sua decadência, voltou-se para produção pecuária extensiva para o mercado interno (ver adiante), enquanto no mesmo período Niterói já havia direcionado sua economia agrícola para o abastecimento interno; c) a agricultura em Paraíba do Sul, até a sua completa decadência, baseou-se no uso predatório do solo para alimentos e café. A economia agrícola niteroiense já havia passado por esta situação, e neste período responderia ao desafio com o "caráter intensivo" de sua produção de abastecimento.

2.3. Fronteira agrícola e concentração variadas

A formação da economia agrária do município de Campos, estudada por Sheila Siqueira de Castro Faria, fornece o terceiro modelo analítico (FARIA, 1986). Observara a autora a existência de áreas em diferentes estágios de ocupação, fator este condicionador da estruturação dos sistemas agrários em cada localidade. Nas freguesias de ocupação mais tardia (Santo Antonio de Guarulhos e Santa Rita da Lagoa de Cima), situadas em terras de maiores altitudes, verificou-se, por

---

cafeicultura, predominantemente sob a forma de reprodução extensiva e territorial, baseada amplamente na exploração da mão-de-obra sob relações não-capitalistas de produção" (MARTINS, 1979: 77; 92).

intermédio dos Registros Paroquiais de Terras, que a especificação do modo pelo qual havia sido adquirido a terra era muito maior que naquelas freguesias de ocupação antiga (São Salvador, São Gonçalo e São Sebastião), nas quais os detalhes sobre o processo de apossamento já haviam sido diluídos pelas décadas de ocupação. Ainda, nas primeiras, a existência de uma porcentagem pequena, mas territorialmente representativa, de "primitivos posseiros", indicava a dinâmica ainda em curso no momento dos registros, de expansão agrícola na região, diferenciando-as de partes do município em que a paisagem agrícola já se encontrava definida (FARIA, 1986: 114-118).

Nas freguesias de ocupação recente, Sheila Faria indica uma preocupação, por parte dos maiores proprietários, com a legalização de grandes extensões de terras – de um modo análogo a Niterói, na análise de Motta –, como garantia para uma futura expansão das atividades econômicas. Dado que foi o café o principal produto a ser "tentado" nesta fronteira de expansão agrícola, e a extração de madeira outra importante atividade, a expansão extensiva ao longo de um vasto quinhão de terras, e a necessidade da existência de solos e matas virgens se faziam necessários. As declarações de menor vulto – menores que 50 ha – representavam um segundo movimento de apropriação territorial, de pequenos lavradores voltados para a produção de alimentos para o mercado local ou para a subsistência.

Delineado este dúplice panorama – apossamento e legalização de amplas extensões por parte de cafeicultores / madeireiros, por um lado, e ocupação por parte de pequenos lavradores para uma produção mercantil de subsistência – podemos auferir a situação da fronteira agrícola nesta fração

do município de Campos: disputa entre a afirmação do latifúndio[5] e de uma agricultura de alimentos de pequeno porte. Nas palavras da autora: "*Conclui-se, portanto, que havia terras efetivamente livres, não monopolizadas, nessas áreas, até, pelo menos, a década em questão.*" (FARIA, 1986: 121). A existência de terras livres nestas duas freguesias, correspondente a uma extensão de mais da metade do território do município, transformara-a num pólo de atração de trabalhadores em busca de espaço para estabelecimento autônomo de pequenas unidades produtivas. É possível apreender-se esta dualidade na apropriação territorial através da constatação de que, entre os anos de 1840 e 1880, a freguesia de Santo Antônio de Guarulhos, por exemplo, foi a que maior concentração de escravos manifestou em todo o município (dada a atividade cafeicultora em grandes unidades produtivas) e maior aumento de população livre (indicando a ocupação por pequenos posseiros) (FARIA, 1986: 175-180).

> "As maiores extensões encontradas em Santa Rita e Guarulhos evidenciavam a possibilidade física de anexação de terras contínuas, já que a existência de uma fronteira agrícola aberta, com áreas ainda não totalmente apropriadas, na primeira metade do século XIX, possibilitava a anexação, em contraste com a zona de planície." (FARIA, 1986: 135).

Em N. S. da Penha do Coco, freguesia desmembrada de Guarulhos em 1861, situada no norte do município, área de expansão e fronteira aberta por excelência, ficava configurado de que modo a expansão da cafeicultura caminhou de mãos dadas com o fornecimento de alimentos,

[5] Ainda que na região, como lembra a autora, não tenham existido latifúndios nas mesmas dimensões que os existentes em regiões agroexportadoras de grande dinamismo, como Paraíba do Sul.

principalmente após os anos 1870. Foi esta região a principal responsável pelo abastecimento da cidade de Campos. Através da Estrada de Ferro Carangola, as cerca de 200 pequenas unidades produtivas declaradas, produzindo café, milho, mandioca e feijão, atendiam a um mercado urbano em expansão. A pequena concentração de população escrava (menor do município) e os inventários estudados referentes às pequenas produções, demonstravam o caráter fundamental do trabalho familiar na garantia dos bens de subsistência para o mercado interno (FARIA, 1986: 186-187).

> "Essa configuração produtiva parece explicar o aumento demográfico progressivo, mesmo após a abolição da escravidão, já que a pequena produção e a existência de terras desocupadas comportavam-se como chamariz para o homem livre ou liberto." (FARIA, 1986: 186).

A agricultura cafeeira escravista ganhou maior espaço no resto da antiga freguesia de Guarulhos pelas facilidades de transporte fluvial. Apesar das semelhanças morfológicas entre esta localidade e Morro do Coco, esta última estava por demais afastada dos mercados para justificar investimentos pesados em escravaria e produção de café. Com a expansão ferroviária, após os anos 1870, os problemas de comunicação foram amenizados, mas este já era um momento em que o trabalho escravo encontrava-se em crise adiantada. A dinâmica cafeicultora escravista não ganha, portanto, a região outrora deslocada das rotas comerciais. Sua expansão – econômica e demográfica – ocorre através da afirmação da produção de alimentos, potencializada pelo estímulo da estrada de ferro. É evidente, entretanto, que os investimentos em ferrovias não se deram tendo como foco a produção de alimentos. Mas podemos afirmar com certeza que a

implantação desta facilidade de transportes contribuiu para confirmar na região sua vocação de "subsistência mercantil". A solidez desta atividade foi demonstrada com a crise de mão-de-obra decorrente da Abolição, quando Morro do Coco preservou os mesmos níveis demográficos e de atividade econômica, enquanto Guarulhos passou por problemas até posterior recuperação, entre o fim do século XIX e os anos 1920.

A propósito, o Censo de 1920 apontara quase três mil estabelecimentos rurais no municípios, sendo 598 deles reconhecidos como "produtores de café". Os demais diziam respeito, certamente, a produtores de gado das mais variadas espécies e cultivadores de milho, feijão e mandioca, entre outros. Uma alta média no número de animais de grande porte (gado bovino, eqüino) e de pequeno porte (aves, suínos, etc.) por unidade indicava orientação mercantil. Além disso, as unidades computadas como produtoras de alimentos somente o foram consideradas pelas dimensões comerciais do empreendimento, o que deixava de fora do cômputo as lavouras de subsistência no interior de unidades criadoras de animais ou de culturas de café e cana (FARIA, 1986: 207-209).

> "Ausência de escravos para implantação de lavouras de grande porte, terras livres que 'chamavam' população livre ou liberta do cativeiro e meios de escoar a produção, determinaram a produção de alimentos, inclusive açúcar e café, direcionada ao mercado municipal." (FARIA, 1986: 195).

Nas freguesias de planície, de ocupação antiga e produção canavieira, pouco se informou a respeito da origem das terras declaradas nos Registros Paroquiais. Pode-se encontrar uma relativa estabilidade na questão fundiária, o que não deve ser confundido com a inexistência de conflitos.

> "Todo o passado de luta pela terra, na planície, e a vitória dos que lá estavam, na década de 1850, mesmo com terras próprias, mas alugadas a outros, tornava inquestionável o direito a elas por parte dos não arrendatários." (FARIA, 1986: 186).

No que se refere à dimensão das unidades produtivas, a planície campista caracterizou-se pelas unidades de menor porte, principalmente se comparada ao nordeste brasileiro. Isso não significa, portanto, tratar-se de uma região de pequenos proprietários: a ocupação antiga através do sistema sesmarial vigente na Colônia, e os momentos posteriores ao fim deste regime entre 1822 e 1850 haviam consolidado o latifúndio. Após o estabelecimento deste monopólio, frações substanciais destas grandes fazendas foram submetidas ao arrendamento.

> "Havia, então, a grande propriedade (pelo menos consensual, já que, no período de 1822 a 1850, nenhuma lei regulamentava a legalização de terras), o que não havia era a generalização da grande produção" (FARIA, 1986: 124).

As razões para tal característica da paisagem rural da planície esbarram em elementos geográficos: a existência de pântanos e lagoas dificultariam a unidade territorial.

No entanto, considerando-os insuficientes, Sheila Faria sugere que, em função das condições de transporte e comunicações internas da Baixada Campista com os portos de Macaé e do Rio de Janeiro, problemáticas até a metade do século XIX, o impulso à expansão da produção deveria ser muito pequeno.

> "Daí decorre a aceitação, pelo grande proprietário legal da terra, (o sesmeiro), também ele produtor de açúcar (...) que existissem, em suas terras ou em suas

> vizinhanças, inúmeros pequenos senhores de engenho." (FARIA, 1986: 130)

Ou seja, até a implantação dos engenhos a vapor (por volta dos anos 20 do século XIX) e dos engenhos centrais (final do século) deu-se a existência não só de pequenas lavouras de cana, como também pequenos empreendimentos industriais para o processamento desta mesma matéria-prima, geralmente reunidos sob o poder de um mesmo ator social.

Outro importante fator reside na própria natureza da cultura da cana-de-açúcar. Diferentemente da produção de café, com alto poder de exaustão do solo, a cana traz pouco desgaste à terra, permitindo, portanto, sua criação em áreas de menor porte, sem a necessidade intrínseca, dentro de um sistema de exploração predatório, da existência de novas terras virgens.

As freguesias de ocupação mais recente, nas terras altas, tiveram uma concentração fundiária muito mais intensa, o que se explica pelo "projeto cafeicultor" na região, malogrado por fatores geográficos e pela crise decorrente do fim do tráfico negreiro. Na segunda metade do século XIX, tendo sido a cultura da cana a predominante no município, as regiões onde se tentou a implantação da cafeicultura acabaram por transitar entre diversas culturas, principalmente a de alimentos e também de açúcar para o mercado urbano de Campos, tornando-se, segundo Sheila Faria, o "celeiro" do município. Vale lembrar que mesmo o açúcar produzido nas regiões de planície tinha como mercado o Rio de Janeiro, não se configurando, portanto, como produção de exportação. Dadas as dificuldades de transporte e a baixa qualidade do produto, comparado ao similar nordestino, não se justificava a exportação, configurando a área, assim, como abastecedora

do mercado interno (FARIA, 1986: 139-140).

Vemos, portanto, como o terceiro modelo analisado situa-se a meio caminho entre uma região de fronteira fechada e concentração fundiária – teoricamente expressa através do primeiro modelo – e de fronteira aberta e desconcentração fundiária – caso do quarto modelo, a ser exposto adiante. A divisão do município entre áreas de ocupação antiga na Baixada Campista, com culturas mercantis de cana-de-açúcar, e de ocupação recente nas terras altas, com pequenos lavradores de alimentos disputando espaço com fazendeiros cafeicultores, assemelha-se, de certo modo, com o exemplo do município de Magé (SAMPAIO, 1994: 1-2) no que tange exclusivamente à existência numa mesma região de áreas de fronteira fechada e aberta (dada a dedicação quase que "monocultora" do município à cultura de alimentos). O que importa para os objetivos deste estudo é a possibilidade do estabelecimento, com relativa independência, de pequenos lavradores em áreas de expansão e os impactos desta situação sobre a formação do mercado de trabalho.

2.4. Fronteira agrícola aberta e desconcentração fundiária

O quarto e último modelo que pretendemos delinear fundamenta-se na análise empreendida por Hebe M. Gomes de Castro para os sistemas agrários no município fluminense de Capivary, na crise do modo de produção escravista e transição para o trabalho livre (CASTRO, 1985). Trata-se de um esforço intelectual fundamental para a afirmação dos lavradores livres pobres como objeto de estudo da história agrária brasileira ao longo de toda a sua trajetória, bem como

para a relativização da *plantation* como forma por excelência de atividade econômica no agro nacional. Tratou-se o município de uma área de fronteira agrícola aberta, sendo palco, no século XIX, de implantação de uma sociedade escravista e de um processo embrionário de expansão cafeeira; voltada, entretanto, para o consumo interno. Condições naturais desfavoráveis marcaram a região, no entanto, com o estigma da pobreza, dado que o café ali produzido fora incapaz de competir com produções mais eficientes e de melhor qualidade. As culturas de alimentos, realizadas em conjunto com os cafezais, acabaram por se sobressair. Mercados insuficientes e a baixa densidade populacional tornavam Capivary uma área de poucos atrativos ao grande empreendimento de exportação, e um farol para pequenos lavradores com objetivo de estabelecerem culturas de subsistência com alguma inserção mercantil.

O desfecho da crise do modo de produção escravista no quarto modelo é, portanto, diametralmente oposto ao equivalente no primeiro e segundo modelos: fronteira fechada *vs.* fronteira aberta, pequenas propriedades e trabalho independente *vs.* grandes propriedades e extração de sobretrabalho, respectivamente. Capivary foi uma região inteiramente de ocupação tardia. Enquanto, no século XVIII, as culturas de cana e produção de açúcar espalhavam-se pelo interior da Baixada Fluminense, a região era ainda coberta por florestas tropicais, sendo identificada somente ao final deste século, alguma ocupação humana baseada em quatro fazendas, provavelmente de produção canavieira. Somente na primeira metade do século XIX é que a ocupação efetiva iniciou-se em Capivary: as parcas

possibilidades da cultura cafeeira diante da riqueza oferecida pelas zonas serranas criava desde o início uma desvantagem comparativa. A exploração de madeira, por sua vez, mostrou-se negócio de grande lucratividade (CASTRO, 1985: 54-56).

A propriedade fundiária configurou-se no século XIX em função do surto cafeeiro fluminense, do qual o município também foi partícipe, ainda que seus impactos tenham sido limitados, como já indicamos. Em sua expansão pela província, no início dos oitocentos, a ocupação das terras dava-se de maneira análoga ao Vale do Paraíba, por meio da expulsão de populações indígenas, derrubada de matas e emprego de escravos. Somente ao amenizar-se o impulso expansionista, a concorrência entre regiões com melhores condições naturais (as terras serranas, de maiores altitudes) definiria o destino da cafeicultura, não só no município, como na Baixada Fluminense como um todo.

> "A produção de Capivary sobrevivente ao surto de curto fôlego do café nas encostas (...) localizando-se nas vertentes dos contrafortes da Serra, amplia-se, no entanto, em crescentes desvantagens, na retaguarda dos futuros barões do Vale." (CASTRO, 1985: 80)

Ainda que sua força de expansão tenha sido contida pelas circunstâncias em que se deu, a análise do conjunto dos Registros Paroquiais empreendida por Castro indicou uma situação de concentração fundiária bastante evidente, o que era de se esperar neste momento, tendo em vista o caráter de fronteira agrícola aberta, a ocupação recente da região e a atividade cafeeira. Em suma, de 201 registros com informações suficientes demonstraram, segundo a autora, que 19 terrenos (de mais de 400 ha) correspondiam a mais da metade da área recenseada, enquanto 65 outros (de menos

de 41 ha) representavam 3% do total (CASTRO, 1985: 66). [6]

Paralelamente a esta realidade, detectada por intermédio do registro legal de propriedade fundiária, defende Castro que os anos 1850 também foram marcados pela expansão de uma "outra fronteira", composta por pequenos lavradores, fator de contraponto à concentração fundiária identificada "oficialmente". Analisando a demografia da região nesta década, percebeu que a concentração de população escrava, comparada ao percentual de homens livres, era muito inferior ao restante da província do Rio de Janeiro, indicando que significativa parcela das terras – que não era ocupada pela cultura de café –, vinha sendo destinada à produções de subsistência. "*Numa região recém-desbravada, a fronteira agrícola encontra-se igualmente aberta para simples sitiantes ou ricos fazendeiros.*" (CASTRO, 1985: 80). A formalização de uma infra-estrutura (principalmente em termos de comunicação) adequada para as culturas comerciais de alto valor acabava por condicionar igualmente o ritmo de ocupação de áreas de fronteira com roças de mantimentos. O avanço das fazendas ou incorporava esta população como agregados – privando, portanto, o produtor de sua independência –, ou os expulsava para mais adiante. Os efeitos, portanto, da crise de mão-de-obra decorrente do fim do tráfico, somados à desvantagem de sua cafeicultura diante das áreas de maior eficiência, afetaram Capivary a ponto de levarem a uma diminuição da

[6] Ainda assim ressalta a autora que os 201 registros analisados faziam parte de um conjunto de 299. Os que não puderam ser tratados não indicavam todas as medidas, geralmente só trazendo informações sobre as dimensões da testada do terreno, não ficando registradas as dimensões de fundo e lados. Considerando que estes últimos costumavam ser maiores que a primeira, os níveis de concentração fundiária seriam maiores, ainda que, efetuada a inclusão dos registros imprecisos considerando os respectivos terrenos como quadrados perfeitos, o cálculo tenha demonstrado um crescimento no número de pequenos proprietários, sem prejuízo no entanto para os índices de concentração.

população escrava e aumento absoluto da população livre, com conseqüente estancamento da ocupação de áreas de fronteira e reservas florestais pela agricultura de café, liberando estas áreas para a incorporação de lavradores pobres subjugados a proprietários (CASTRO, 1985: 81-84).

Vemos, portanto, que no movimento de expansão econômica no município, formavam-se duas categorias de produtores diretos: aqueles que tinham vínculos estabelecidos com proprietários de terras – através, também, de práticas de coerção – e aqueles que, lançando mão das possibilidades da fronteira aberta, estabeleceram-se nela com relativo grau de independência. Entre estes, a produção era organizada com objetivos de subsistência, com ocasional inserção dos pequenos excedentes nos mercados locais a fim de obtenção de outros produtos que os lavradores não pudessem obter pelo próprio trabalho. Verifica-se uma incapacidade ou a falta de interesse na reprodução ampliada dos empreendimentos, para a obtenção de lucros maiores. "*Esses lavradores pobres encontravam-se alheios, portanto, a qualquer dinâmica regida pela lógica de reprodução do capital comercial socialmente preponderante.* " (CASTRO, 1985: 160-161).

3. Sistemas agrários e transição para o trabalho livre

3.1. Proletarização do pequeno agricultor

Tratemos agora de compreender os rumos tomados pelos diferentes sistemas agrários em função do processo de abolição do trabalho escravo. No caso de Niterói – região de fronteira agrícola fechada, segundo Motta – temos também de compreender quais foram os impactos da Lei de Terras

sobre uma importante parcela da população conformadora da paisagem socio-econômica da região, as famílias de sem-terras. Um elemento importante a ser ressaltado, e que funciona como ponto de partida das transformações pós-1850, é a existência de acesso à terra por parte de lavradores expropriados deste meio de produção. Ao contrário do que poder-se-ia inferir acerca das condições sociais de uma região supostamente com carência de terras livres, a dificuldade de obtenção de terras para o trabalho agrícola foi mediana, dado que desde a primeira década do século XIX a prática do arrendamento vigeu na localidade. Da mesma forma, a autonomia desfrutada pelo arrendatário até pelo menos os anos 1850 foi uma marca distintiva do sistema agrário erigido em Niterói (MOTTA, 1989: 65).

A acumulação a partir do arrendamento de terras parece ter sido, como nos indica Motta, um expediente comum em meio aos proprietários de terras. Ao menos tal situação permitira a instalação de pequenos lavradores expropriados da terra como produtores autônomos, tendo a oportunidade de edificarem moradia, culturas e outras benfeitorias. Poderiam utilizar-se na terra alugada do trabalho de um número limitado de escravos (situação que os fazia privados da terra somente, mas não da riqueza fundamental naquela sociedade, a propriedade integral do trabalho alheio) com os quais plantavam alimentos como mandioca, frutas e café, em sua maior parte destinado ao mercado da Corte. O pagamento de renda monetária pelo usufruto da parcela, expediente comum desde a primeira metade dos oitocentos, demonstrava que praticava-se na região, por meio da pequena unidade produtiva, uma agricultura comercial com lucratividade suficiente para sustentar o

pagamento de renda da terra (MOTTA, 1989: 68).

A autonomia no que tange a posse, portanto, parecia assegurada na medida em que a extração de renda não comprometia os negócios. Mesmo sem terras, é possível falar na existência de um pequeno produtor "independente" na região, por vezes até escravista. A possibilidade de acumular algum capital não levou os lavradores sem terras, neste primeiro momento, a se lançarem à aquisição de parcelas, pelo fato do cativo constituir-se em renda capitalizada mais lucrativa e pela segurança que a prática do arrendamento oferecia (MOTTA, 1989: 77).

A isso se somava o fato de que na região em questão alugar terras consistia em uma atividade rentável, ainda que não em termos de magnitude, mas em termos de segurança na aplicação. Motta não afirma textualmente, mas podemos sugerir que tal se dê pela proximidade com o mercado consumidor do Rio de Janeiro e pela ausência de terras livres (MOTTA, 1989: 78).

Apesar disto, a autonomia do pequeno lavrador sem terras não era plena, e isso fica claro por meio da análise de sua relação com o mercado a que atendia. Afirma Motta que as oportunidades proporcionadas pelas dimensões do mercado consumidor da Corte levaram à prática do monopólio dos portos locais por parte da classe dominante agrária e do capital mercantil. Os custos para a instalação destas benfeitorias transcenderiam a capacidade regular de financiamento do pequeno produtor, contribuindo tal fato para a concentração da propriedade dos mesmos. Assim sendo, seria comum verificar-se a relação entre grandes proprietários de terras e donos de portos, sendo freqüentemente as mesmas pessoas. Demonstra a autora,

portanto, que a proximidade com o centro de consumo, que deveria reduzir os custos de transporte, não consistia em um mecanismo de estímulo de preços para o produtor direto, já que as facilidades em termos de locomoção e distribuição das mercadorias em direção ao Rio de Janeiro beneficiavam diretamente os detentores dos monopólios sobre os portos. "*Os pequenos produtores, por não poderem comercializar livremente a produção, estavam submetidos àqueles que detinham controle dos portos locais.*" (MOTTA, 1989: 53).

Portanto, o empreendimento de promover a circulação da produção exigia montantes de capital além das possibilidades desta parcela social. Sendo assim, a dominação sobre o produtor comercial "autônomo" ocorria principalmente nesta esfera.

> "Sempre que a produção de pequenos lavradores se orienta para o mercado (pequena produção mercantil) a relação entre tais produtores e comerciantes é bastante desvantajosa para os primeiros." (MOTTA, 1989: 79).

Era portanto através da comercialização e financiamento da produção que diferentes parcelas da classe dominante – por meio do controle dos portos locais – interferia na sobrevivência do lavradores arrendatários. Nesta mesma linha atuavam os "vendeiros", pequeno capital comercial e parte da parentela de grandes famílias, que operavam nas terras de um proprietário com sua permissão, fornecendo gêneros diversos aos sem-terra e deles tornando-se credores.

> "Parece-nos, portanto, que apesar da precariedade dos dados, podemos afirmar que boa parte das dívidas passivas dos 'sem-terra' originava-se de suas relações com os proprietários de terras e/ou donos de portos. O restante da dívida se disseminava em produtos adquiridos por esses lavradores em razão de não poderem ser produzidos por eles." (MOTTA,

1989: 81).

As transformações advindas dos anos 1850 agravaram ainda mais os fatores de dependência do produtor para com o capital comercial, conduzindo a uma situação caracterizada por Motta como de "proletarização" do pequeno proprietário, fosse ele sem terra ou detentor de pequenas parcelas. O processo de absolutização da propriedade da terra e sua mercantilização levou a um incremento na renda da terra a ser extraída do lavrador, colocando-o em uma situação paradoxal de ter de corresponder à essa tributação "inflacionada" por meio da otimização da produção num contexto de recomposição do fator trabalho, consubstanciada no fim do tráfico negreiro e no encarecimento do valor dos cativos africanos, e portanto, na menor acessibilidade à força de trabalho (MOTTA, 1989: 152-153). Mesmo que se pudesse sugerir que o aumento da renda da terra indicasse um momento de prosperidade dos arrendatários – a ponto dos proprietários exigirem maiores quantias pelo acesso à sua terra, como diria Adam Smith –, o momento pouco propício para tal, acrescido de outros indícios, nos dizem exatamente o inverso.

Afirma a autora que nos primeiros anos após o fim do tráfico o aumento dos preços dos alimentícios pode ter vindo a ser favorável também aos lavradores sem terra, ao menos por um espaço de tempo determinado.[7] No entanto, a crise

[7] Tal opinião parece contraditória com uma idéia defendida pela autora e trabalhada por outros pesquisadores que é a dificuldade dos pequenos lavradores em terem no mecanismo de preços um dinamizador da produção. Dada a dominação do capital comercial sobre a produção mercantil em pequena escala, os ganhos que poderiam ser obtidos por meio do aumento de preços seriam em sua parte majoritária drenados pelo primeiro ator, contribuindo para a manutenção de baixos padrões de produtividade e uma relação capital/terra desfavorável. Os argumentos apontados por Motta para a defesa de sua hipótese não deixam claro que o crescimento da riqueza verificado em meio a esta fração da sociedade agrária brasileira tenha sido reflexo do aumento dos preços. Não

dos anos 1850 viria logo a impor um pesado fardo por meio da queda de produtividade dos escravos ainda possuídos, da dificuldade de renovação da mão-de-obra e, por sua vez, do decréscimo no valor dos bens produzidos. A utilização de cativos velhos e doentes até os últimos dias de vigência legal do trabalho escravo demonstraria a negação do pequeno lavrador sem terras em proletarizar-se, inserindo-se no mercado de trabalho através da venda de sua força de trabalho (MOTTA, 1989: 167).

A segunda metade do século XIX foi, assim, marcada pelo crescente endividamento para com os detentores do financiamento e dos meios de transporte.

> "Os dados parecem demonstrar que estava em curso um processo de empobrecimento desses lavradores: enquanto subia a renda a ser paga decaía o valor das culturas." (MOTTA, 1989: 157).

> "Havia, portanto, uma aparente contradição, ou seja, a crescente demanda de seus produtos correspondia ao seu crescente endividamento." (MOTTA, 1989: 161).

Tal fato demonstra que, apesar de ser indicado por Motta, seria bem pouco provável que o aumento dos preços dos alimentícios tivesse vindo, em qualquer momento, a beneficiar o produtor direto. A crise do escravismo e a dominação do capital comercial e dos senhores de terras teriam conduzido, assim, a uma situação de perda de autonomia por parte do lavrador de pequeno porte. O processo de "caipirização", ou seja, de formação de pequenas ocupações de subsistência, com inserção mercantil variada, não se verificaria no município de Niterói, em função

---

haveria razões para se supor uma concordância do capital comercial em ceder parte da super-renda obtida com os preços altos para os lavradores. E mesmo que isso tenha ocorrido, Motta não aponta os fatores para tal.

do fechamento da fronteira agrícola, tornando o arrendamento a única forma de acesso à terra (MOTTA, 1989: 157-158).

3.2. Coerção extra-econômica: parceiros, meeiros e colonos

Diferentemente da prática comum numa região de fronteira fechada como Niterói, de arrendamento de parcelas no interior das fazendas e do sustento dos proprietários por meio deste negócio, Paraíba do Sul, nosso segundo modelo, foi uma região típica de grandes unidades produtivas e grandes propriedades, onde se empregou trabalho escravo em larga escala e voltou-se a produção para o mercado de exportação. Num contexto desta natureza, podemos perceber claramente de que modo se efetuava a relação entre mercado interno e economia escravista. O objetivo é, evidentemente, indicarmos como este padrão de relacionamento persistiu nesta e em outras regiões após 1888. No caso de Niterói em particular, vimos como a perda de autonomia do lavrador sem-terra diminui suas possibilidades de acumulação, na maior parte das vezes fazendo com que fosse incorporado às fazendas como mão-de-obra, "proletarizando-se", como defendeu Motta. Ainda assim, com graus diferenciados, podemos dizer que o produtor direto manteve um elevado grau de autonomia em relação ao mercado na sua reprodução. Tal o foi para Niterói, e especialmente em Paraíba do Sul: através da descrição de fazendas, de seus equipamentos e das profissões dos escravos é possível sugerir que a *plantation* escravista também funcionava com uma pequena dependência de trocas externas (FRAGOSO, 1983: 65).

A investigação dos inventários levantados por Fragoso indicou a presença de maquinaria destinada ao beneficiamento de gêneros ligados à subsistência nas fazendas de café, sendo a mandioca e o milho os mais referenciados. O mesmo valia para unidades produtivas de menores dimensões. Através da discriminação das colheitas, verificamos igualmente a plantação de alimentos diversos. A capacidade produtiva das fazendas estudadas era significativa no cultivo de cereais.

> "E se a isso acrescentarmos que aqueles gêneros eram beneficiados no próprio interior da fazenda, em seus moinhos ou casas de farinha, podemos deduzir que os custos com a reprodução anual da fazenda eram muito reduzidos." (FRAGOSO, 1983: 56).

Outra boa medida de integração das grandes unidades produtivas de Paraíba do Sul no circuito do mercado interno foi buscada pelo autor a partir da análise das contas das fazendas. Os maiores gastos nas unidades pesquisadas diziam respeito às despesas com força de trabalho escrava, consistindo em dispêndio com serviços, aquisição de gêneros produzidos pelos cativos e, num outro pólo, a compra de bens no mercado regular. Atestando o fato de que a maior parte dos itens necessários para o funcionamento da unidade produtiva era fornecida pelos próprios escravos, Fragoso conclui que a reprodução da mão-de-obra ocorria com relativa independência em relação aos circuitos mercantis internos:

> "(...) o fato do escravo vender ele próprio gêneros à fazenda, nos leva a crer que este reproduzia parcialmente a sua vida material à margem do mercado. Isto é, estes mantimentos vendidos por ele seriam excedentes de sua própria produção."

(FRAGOSO, 1983: 67).[8]

Ou seja, sugere o autor que os cativos efetuariam uma produção de subsistência com ligeira inserção mercantil. Isso significa que a autonomia relativa da *plantation* seria uma suposição legítima, ainda que admitir este fato pressuponha que ponhamos abaixo a ênfase no aspecto "monocultor" da mesma. A produção interna de subsistência da unidade produtiva significava, neste contexto, uma grande vantagem em termos de rentabilidade da empresa, já que

> "(...) este tipo de despesa seria bem maior caso fosse computado como compra de mercadorias o que os escravos produzem mas não vendem, mas sim consomem. Isto é, caso não existisse aquela produção de alimentos feita pelos escravos e, portanto, a fazenda fosse obrigada a comprar o seu equivalente no mercado." (FRAGOSO, 1983: 69).

O fenômeno de distanciamento em relação aos pressupostos básicos do modo de produção capitalista evidenciava-se também no modo como efetuava-se o pagamento de trabalhadores contratados para tarefas especializadas ou temporárias (como feitores, carpinteiros, etc.). No caso dos trabalhadores permanentes, o pagamento de salários dava-se num espaço de tempo bastante esgarçado. Neste ínterim em que indispõem dos recursos monetários relativos à venda de sua força de trabalho, suas necessidades eram atendidas por meio do fornecimento direto de bens, por meio daquilo que chamou o autor de "pagamento não-monetário".

> "Nesta medida, nota-se que o tipo de relação estabelecida entre o fazendeiro e os empregados

[8] Martins também apontara que, no regime de colonato, vigente na agricultura paulista, os trabalhadores familiares forneciam alimentos para a fazenda, demonstrando o papel da produção de subsistência com inserção mercantil na estrutura socio-econômica rural (MARTINS, 1979: 83).

> não consiste propriamente em relação assalariada em strito-sensu e, por outro lado, observa-se a fragilidade do mercado e da circulação monetária presente na região neste período (anos de 1880)." (FRAGOSO, 1983: 70).

Como dissemos anteriormente, Paraíba do Sul consistia numa região de grandes fazendas escravistas voltadas para o mercado externo. Da mesma forma, enunciamos que, diferentemente da produção de alimentos na mesma localidade, o café era produzido por intermédio da extração de sobretrabalho por parte da classe proprietária. Tratando-se de uma região de fronteira agrícola aberta (o que se depreende através dos mecanismos de reprodução do sistema agrário), vejamos como Fragoso analisou a relação entre grande unidade produtiva, apropriação do trabalho alheio e formação de uma economia de camponeses autônomos.

Em uma situação como a apontada, seria imprescindível, segundo o autor, a criação de mecanismos econômicos e "extra-econômicos" que viessem a compelir o trabalhador ao labor em prol de outrem. A baixa relação população-terra criava uma situação de inadequação do emprego de mão-de-obra assalariada, levando a classe dominante agrária a lançar mão ou do escravismo (enquanto este foi presente e viável) ou de artifícios que viessem a privar o homem da terra, como a absolutização da propriedade, por exemplo. A possibilidade de reproduzir sua existência por meio da obtenção de alimentos com pequeno dispêndio de trabalho (extensivamente, portanto) ainda contribuiria para, em condições em que não apresentassem-se os proprietários de terras, o produtor furtasse-se ainda mais à prestação de trabalho a terceiros.

Além da configuração da necessidade de um "sistema repressivo de mão-de-obra" para extração de sobretrabalho – de forma semelhante àquela conceituada por Moore Jr. –, a dita associação do trabalhador aos meios de produção, ou seja, a elaboração por parte dele próprio, na agricultura, dos bens necessários à sua reprodução como força de trabalho, jogava papel importante dentro do cenário delineado. Como os alimentos eram produzidos num sistema de uso do solo que exigia pouco trabalho, garantia-se o fornecimento de "bens-salário" (usando a expressão de um modo mais livre, evidentemente) com baixos custos para o proprietário, já que teria preservada a continuidade da mão-de-obra que explorava sem ter de desviá-la por muito tempo da produção de bens de exportação, ampliando, portanto, a margem de sobretrabalho extorquido. Da mesma forma, pela subsistência não passar pelo mercado, não fazia com que tivessem de ser pagos salários minimamente compatíveis com a preservação do homem como força de trabalho e, principalmente, suscetíveis às flutuações de preços dos gêneros de primeira necessidade, podendo vir a comprimir ainda mais os índices de apropriação de trabalho excedente (FRAGOSO, 1983: 95-97).

> "Em outras palavras, por um lado, frente à possibilidade de desenvolvimento de uma agricultura extensiva de alimentos como base da vida autônoma do produtor direto (dada pela baixa relação trabalho-terra), a classe dominante agrária cria mecanismos de controle sobre a força de trabalho. Por outro lado, esta mesma forma de agricultura de alimentos é levada para dentro da fazenda, transformando-se aí em um elemento de extorsão de sobretrabalho." (FRAGOSO, 1983: 97).

Tal forma de reprodução da força de trabalho permite a ampliação da exploração sem a necessidade do recurso a

implementos tecnológicos nem de alteração das técnicas, dando vida à persistência da tradição e da repetição neste sistema agrário (FRAGOSO, 1983: 100).

É compreensível que uma forma de exploração agrícola com tão alto grau de degradação do solo, sem a recuperação por meio do dispêndio de trabalho e capital, tenha vindo, num determinado ponto, a esgotar-se. Assim sendo, o segundo modelo que aqui analisamos deu sinais de profunda ruptura nos anos 80 do século XIX. A expansão por meio da incorporação de terras virgens esbarrou na eliminação das mesmas. Os pastos, conseqüência do enfraquecimento das capacidades férteis da terra, tomaram conta do cenário agrícola nos primeiros anos do século XX, ao passo que as matas, fração mais representativa do valor estimado de uma fazenda, praticamente desapareceram. Os cafezais, em processo de envelhecimento entre os anos de 1850 e 1910, não foram renovados, demonstrando uma gradual perda de poder de acumulação por parte dos empreendimentos comerciais agrícolas. A ruptura ambiental ficava atestada com ampliação dos ataques de pragas e formigas; se não se investia recursos na recuperação da fertilidade das terras, fazia-se no uso de produtos químicos no combate aos males que tomavam a já cambaleante produção agrícola (FRAGOSO, 1983: 109-113).

O desaparecimento das matas na região seria conjugado à crise no abastecimento de mão-de-obra e à ruptura do escravismo, conduzindo, ao longo da segunda metade do século XIX, à consciência da necessidade de equilibrar os pratos da balança por meio da poupança de trabalho através de implementos técnicos no processamento de matéria-prima agrícola, transferindo trabalhadores destas

atividades para a lavoura. Foi na mesma medida importante o desenvolvimento e barateamento dos transportes, decorrentes da expansão ferroviária.

> "Mesmo após a abolição da escravidão, se percebe um certo desenvolvimento das técnicas de beneficiamento, através da presença de debulhadores americanos, máquinas de beneficiamento movidas a vapor, beneficiadores Lidgerwood, etc., nos inventários das fazendas de café" (FRAGOSO, 1983: 116).

Isso não significou, por sua vez, alguma alteração revolucionária no sistema agrário, dado que as técnicas de produção pouco alteraram-se.

> "Ao possibilitar a economia de mão-de-obra, a melhoria do beneficiamento permite a manutenção, não a mudança, das técnicas da lavoura, garantindo assim a reprodução do sistema agrário." (FRAGOSO, 1983: 116).

Ainda, cabe lembrar que, dados os altos custos envolvendo a compra de maquinarias, somente os proprietários com condições de reproduzirem suas unidades – ou seja, aqueles que ainda tivessem matas virgens nas suas terras – tinham capacidade de modernizar-se e poupar mão-de-obra (FRAGOSO, 1983: 112-117).

Assim sendo, definhara-se o sistema agrícola em Paraíba do Sul pelas condições técnicas em que foi construído, não sendo uma conseqüência direta do fim do tráfico de escravos nem da "crise" do café. A expansão da produção cafeeira buscará em novas terras virgens – portanto, numa nova região de solos férteis e de fronteira agrícola aberta – suas possibilidades de perpetuação. São Paulo foi palco deste movimento, com incorporação de mão-de-obra

qualitativamente distinta, mas dentro de marcos que a definem especialmente como uma região de fronteira aberta onde se almeja a extorsão de sobretrabalho. Os fluxos imigratórios de estrangeiros para São Paulo não seriam equiparados em nenhum momento às cifras de imigrantes recebidos em regiões esgotadas para o cultivo de café, como é o caso de partes importantes do estado do Rio de Janeiro após 1890 (FRAGOSO, 1983: 119-124).

Apesar da crise de seu produto principal, a agricultura da região sobreviveu, adaptando-se à novas formas de trabalho, mas dentro da mesma lógica de produção extensiva. O arrendamento toma parte como importante relação de acesso à terra, mas não nos marcos do arrendamento capitalista. O proprietário conferia aos contratantes o direito de cultivo de alimentos, e no caso do café, tinham a obrigação de deixar a metade do montante produzido ao proprietário, além de estarem incumbidos da colheita e de outras obrigações como conservação das benfeitorias, insetização, replantio, etc. A ação do arrendatário sobre a terra é limitada, verificável pela sua falta de acesso às matas virgens restantes. Evidentemente o termo "arrendamento" deve ser usado neste caso em sentido genérico, dado que descreve relações de meação, colonato e parceria sob uma mesma rubrica (FRAGOSO, 1983: 125).

Fragoso aponta a persistência do sistema de sustentação da mão-de-obra baseado na produção interna de subsistência nas fazendas. Conclui desta forma baseado na análise de inventários produzidos entre os anos de 1890 e 1920, constatando neles significativa presença de máquinas destinadas ao preparo e beneficiamento de alimentos, corroborando ainda com esta afirmação os dados fornecidos

pelo Censo de 1920. É possível perceber como a cultura do café permanecia associada à de alimentos, mesmo num momento de decadência do primeiro produto (dada a crescente incapacidade de reprodução das fazendas pelo esgotamento dos solos). Pode-se sugerir, inclusive, que a cultura de alimentos foi ganhando uma importância cada vez maior na medida em que a região passava a direcionar suas atividades para o mercado interno (FRAGOSO, 1983: 133).

> "É nas circunstâncias de persistência / definhamento do sistema agrário da economia de exportação que se dá a construção das relações de produção na agricultura da região pós-escravidão. Em outras palavras, o entendimento da forma como assume essas relações de produção deve ser procurado na manutenção das técnicas agrícolas, isto é, no sistema de uso da terra que continua a dominar a paisagem agrária da região. E ainda, na diminuição da capacidade de reprodução do sistema agrário representada pela gradativa extinção das matas (...) e na carência de mão-de-obra." (FRAGOSO, 1983: 134-135).

Dentre as mudanças apresentadas com o fim do modo de produção escravista, evidencia o autor como marca da região, a sujeição do trabalhador ao proprietário. Dado que, segundo Fragoso, a Lei de Terras teria logrado em fechar as áreas de expansão agrícola ao acesso por parte dos pequenos lavradores, em função da mercantilização, a terra continuaria a ser um privilégio que somente poderia ser concedido a partir da vontade do senhor rural, em troca das obrigações ou pagamentos que fossem-lhe mais convenientes. "*Este mecanismo de tornar cativa a terra, transformava a terra em um cativeiro para o trabalhador.*" (FRAGOSO, 1983: 135). Dada a baixa relação entre população e terras, e a possibilidade de formação de uma agricultura de subsistência autônoma, a classe dominante agrária

asseguraria justamente a dominação sobre o trabalhador liberto por intermédio da transformação da propriedade fundiária em capital. E os efeitos de tais implementos teriam sido tão veementes que, baseado em relatórios oficiais, afirmou o autor, assim como o fez Motta para o município de Niterói: "*Em 1898, não existiam terras devolutas em Paraíba do Sul.*" (FRAGOSO, 1983: 137).

O sistema de colonato-parceria, lançando mão do contingente de escravos emancipados e de suas famílias, basicamente fazia com que se trocasse a permissão de lavrar culturas de subsistência (com eventual venda de excedente, ponto este fundamental para os objetivos do presente estudo) e alguma soma em dinheiro ou em parte da cultura de grande valor comercial (como o café) pela entrega de sobretrabalho ao proprietário da terra.

"DESSE MODO, NESSA RELAÇÃO DE PRODUÇÃO O TRABALHADOR PRODUZIA E SE APROPRIAVA DE PARTE DE SEUS MEIOS DE SUBSISTÊNCIA, SEM A MEDIAÇÃO DO MERCADO, NÃO CONSISTINDO ASSIM PROPRIAMENTE EM RELAÇÕES CAPITALISTAS DE PRODUÇÃO. AO CONTRÁRIO DESTAS ÚLTIMAS, O COLONO APARECIA 'ASSOCIADO' AOS MEIOS DE PRODUÇÃO (DO FAZENDEIRO), ELE NÃO VENDIA CONTÍNUA E SISTEMATICAMENTE A SUA FORÇA DE TRABALHO RECEBENDO EM TROCA UM SALÁRIO COM O QUAL FOSSE RETIRAR TODOS OS SEUS MEIOS DE SUBSISTÊNCIA, ENQUANTO MERCADORIAS, DA CIRCULAÇÃO." (FRAGOSO, 1983: 138-139).

Por fim, o regime de exploração da terra teria feito com que, no período entre 1870 e 1920, as possibilidades de reprodução das formas de agricultura em Paraíba do Sul tenham tornado-se exíguas ao ponto da inviabilidade.

Alimentos ou café, as culturas cederam espaço ao avanço da pecuária, estruturada, dentro das condições sociais e da distribuição de propriedade, em métodos extensivos. A formação de pastos nas terras desgastadas pelo uso continuado e predatório fazia com que a pecuária, antes atividade acessória às plantações de exportação, se tornasse a atividade principal. Tratou-se de um processo gradual, que não chegou a configurar a localidade como uma área econômica de criação de gado. Formou-se como resposta ao definhamento das possibilidades de continuação do sistema agrário do século XIX. As necessidades de mão-de-obra decorrentes da atividade pecuária eram compatíveis com a oferta de braços, tornando-se portanto uma alternativa (FRAGOSO, 1983: 144-155).

> "Nesta medida a pecuária em Paraíba do Sul, se desenvolve sobre aquilo que 'sobrou' do sistema agrário da economia de exportação. E isso não só nos informa que não houve uma modificação nos métodos agrícolas de tal forma que permitisse a recuperação dos solos para a agricultura, mas como também nos indica o tipo de pecuária desenvolvida." (FRAGOSO, 1983: 152).

A perda de liberdade do produtor direto foi também a forma pela qual expressou-se a transição da escravidão para o trabalho livre em Campos. Dados os parcos fluxos imigratórios para a região, conduzido em maior parte para as áreas de fronteira aberta de São Paulo, a coação ao trabalhador foi um problema a ser enfrentado, a fim de resolver-se a questão do ingresso numa nova dinâmica produtiva. Nas áreas açucareiras da planície, foram reduzidos à relações de colonato e parceria os homens libertos do cativeiro e os antigos pequenos arrendatários. Estes últimos foram empobrecidos pela situação econômica pós-1850, que direcionou sua atividade ainda mais para o trabalho familiar,

auxiliado pelos poucos cativos que ainda restaram sob seu poder.

Assim como em Niterói, duvida-se da possibilidade destes produtores, outrora com relativo grau de independência, terem conseguido acumular riqueza. A "industrialização" no campo com a fundação de engenhos centrais retirava-lhes o papel no processamento do produto. Os pagamentos pelo aluguel da terra, outrora feitos em moeda, foram substituídos praticamente pela meação, dando-se por meio da entrega de parte da produção. Em suma, perdia o produtor o direito de cultivar o que mais vantagens lhe trouxesse.

> "Estabelecia-se, assim, o amplo domínio do proprietário sobre o lavrador e o resultado do seu trabalho, com a exclusividade que aquele passou a dar ao plantio de cana-de-açúcar necessária ao seu engenho." (FARIA, 1986: 280).

A existência de um amplo contingente de homens livres na região canavieira, resultado de fluxos migratórios, ainda no período escravista, garantia mão-de-obra para as atividades agrícolas diante da falta do trabalho escravo, e principalmente depois de sua extinção. A existência de trabalhadores livres sem terras fornecia contingente empregável, estabelecidos como força de trabalho eventual ou como "situados". Esta última categoria diz respeito a lavradores ocupantes de terras de algum proprietário, que obtém o direito de trabalharem pela sua subsistência em troca de prestação de serviços diversos, funcionando como mão-de-obra de baixo custo, de fácil arregimentação e fixada à terra.

A consciência da necessidade de coação sobre o trabalhador com o fim do escravismo ficou demonstrada na

opinião de Arrigo de Zettiny, em artigos publicados no ano de 1894 no Jornal do Commercio, onde sugeria aos lavradores o emprego de "coações que deram certo" para preservarem os níveis de atividade anteriores a 1888, reafirmando a importância do sistema de colonato-parceria na substituição ao cativeiro (FARIA, 1986: 282-285).

Ao contrário das condições socio-econômicas encontradas no Nordeste – abundância de mão-de-obra sazonal, territórios áridos expulsando trabalhadores, fronteiras agrícolas estabelecidas –, no município de Campos não encontramos uma situação que permitisse a exploração do trabalho agrícola sem o emprego de sistemas de repressão de mão-de-obra.

> "Ao contrário, existiam terras livres próximas a Campos, passíveis de ocupação, mesmo não legal, que se transformavam em chamariz para uma população liberta do domínio dos grandes produtores, onde o trabalhador, principalmente o ex-escravo, poderia produzir para si próprio, sem ter 'patrão' nem 'senhor'." (FARIA, 1986: 288).

Mais uma vez a fronteira agrícola aberta é identificada como um fator de entrave para a apropriação capitalista de sobretrabalho. E se num primeiro momento, os colonos, dada a necessidade premente de mão-de-obra, conseguem obter algumas regalias junto aos proprietários, a estabilização da situação, na primeira década do século XX, demonstrava como os contratos seriam cada vez mais vantajosos para os senhores. O colono passava a plantar com financiamento do proprietário, utilizando-se de ferramentas alugadas; o transporte ficava a cargo do senhor, e relações próximas ao sistema de "barracão" (monopólio do proprietário sobre a venda de mantimentos aos colonos) fracionavam a independência do produtor. Enfim, os senhores rurais de

Campos, assim como de outras localidades que viveram processo análogo, souberam preservar sua condição de classe lançando mão da extração de sobretrabalho do lavrador nacional, prescindindo, portanto, da imigração como condição de sua sobrevivência (FARIA, 1986: 302-303).

3.3. Dispersão de mão-de-obra para além da fronteira: caipirização

Por fim, também no exemplo enquadrado em nosso quarto modelo, a perda de autonomia do produtor direto consistiu em característica da transição do trabalho escravo para o livre. No entanto, pela natureza da estrutura agrária de Capivary, alguns dados devem agregar-se, relativizando seus efeitos sobre a formação de trabalhadores rurais aptos a serem explorados por proprietários de meios de produção. A relativa independência desfrutada através da propriedade de escravos – ainda que em pequeno número, e de cativos de menor valor –, da ocupação de terras devolutas ou de parcelas de terras alheias, onde eram erigidas "situações" [9], foi sendo progressivamente minada a partir dos anos 1870.

Os situados começaram a perder sua autonomia frente aos senhores de terras na medida em que estes últimos compravam as situações dos primeiros por preços que, podemos conjecturar, poderiam ser menores do que o valor das mesmas. Ou os antigos moradores eram mantidos nas "suas" terras, sob uma nova situação de submissão direta –

[9] Uma "situação" consiste em benfeitorias de toda espécie (como prédios, lavouras, etc.) estabelecidos em terras alheias, sendo garantidos os direitos de propriedade sobre as mesmas (como dispor das mesmas para transações de todo tipo, liberdade de escolha das culturas, etc.) sem o proprietário da terra dispor de quaisquer compensações. Tal prática foi sendo gradativamente combatida pelos senhores com a crise do escravismo, na tentativa de garantir o monopólio fundiário com intuito de assegurar-se mão-de-obra.

como agregados, camaradas ou parceiros – ou expulsos e substituídos por novos trabalhadores. Enfim, nos inventários de lavradores da década de 1880, já era bem perceptível o estabelecimento de um vínculo entre situados, situações e proprietários legais da terra. O caráter consensual que havia na ocupação de terrenos alheios dissolve-se diante da possibilidade de desagregação da economia escravista, e da necessidade de recriação das relações de trabalho no campo (CASTRO, 1985: 236-238).

> "Terras de antigas fazendas partilhadas e vendidas pelos herdeiros, praticamente abandonadas pelos proprietários, tornam-se agora objetos de litígio com prejuízo para os 'situados' instalados nas mesmas." (CASTRO, 1985: 239).

A dissociação entre o fruto do trabalho sobre a terra alheia e a própria terra começava a desvanecer, portanto, na medida em que os proprietários começavam a pressionar os antigos "situados" em seus terrenos a pagarem renda, transformando portanto as relações entre estes atores sociais no espaço rural.

É também ao longo dos anos 1880 que em Capivary veremos um processo de acirramento da diferenciação social entre homens livres no campo. A antiga fração da classe dominante representada pelos senhores rurais (que, pela pequena dimensão de suas posses não poderia ser comparada aos barões da cafeicultura fluminense, evidentemente), além de praticamente monopolizar o crédito e a mão-de-obra escrava após a abolição do tráfico negreiro, empreende uma estratégia deliberada, segundo Castro, para também monopolizar o acesso à terra a fim de preservar sua posição de classe diante de uma ruptura estrutural

representada pelo esgotamento do escravismo (ação esta empreendida, da mesma maneira, por outras frações regionais da classe em questão). Já os homens livres pobres – que tornavam-se cada vez mais o pólo de oposição diametral aos grandes proprietários – reagiram no município de maneira análoga a seus congêneres em outras partes: tentaram, contra todas as forças, se estabelecer como pequenos proprietários, manter-se nas terras outrora ocupadas e lavradas recorrendo à justiça, aceitaram a submissão à relações de parceria e arrendamento, ou – o que é mais importante – se deslocaram para além da atrativa fronteira agrícola estabelecida, almejando escaparem à extração de sobretrabalho e garantirem a liberdade e propriedade integral do fruto de seu labor (CASTRO, 1985: 241-243).

Analisando os reflexos desta situação nas primeiras décadas do século XX, Castro lança mão de entrevistas realizadas com habitantes rurais do município de Silva Jardim (nome atual de Capivary) e dos dados fornecidos pelo Censo de 1920. Vemos através dos dados arrolados que as unidades agrícolas – tendo passado por um acirrado processo de fracionamento ao fim do século XIX, configurando a região como uma área de pequenas propriedades –, fossem elas exploradas por meio de parceria, aforamento ou através de outras formas de posse – , continuavam a ser exploradas por meio de práticas agrícolas rudimentares, assinalando a mesma estagnação técnica verificada na maior parte dos municípios estudados. As relações de arrendamento foram raras em Capivary, não sendo analisado nos recenseamentos nenhum estabelecimento rural nesta situação. As culturas de alimentos continuavam sendo predominantes, principalmente a mandioca (com a produção de farinha), milho, arroz e

feijão, realizadas por meio de queimadas como meio de fertilização do solo e do uso de instrumentos como machados, foices e enxadas. O café ganhava espaço onde era possível seu cultivo, mas para resultados mais modestos que os anteriormente obtidos: um dos índices de empobrecimento da região, e em especial das produções cafeeiras reside na perda de importância do processamento do produto e da maior participação da venda de café em coco. Não se tratando de mera produção de subsistência, efetuava-se inserção mercantil estabelecida por meio da comercialização do excedente com atacadistas sediados na área urbana do município (CASTRO, 1985: 263-264).

O trabalho familiar, ao que tudo indica, foi a forma hegemônica de exploração das unidades produtivas em Capivary com o fim da escravidão, o que não excluiu o emprego de outras formas de trabalho adicional circunstanciais. Pôde-se concluir que o emprego de trabalhadores diaristas não foi excepcional, segundo a autora, principalmente nos primeiros anos após a Abolição. Segundo alguns relatos, a apropriação de sobretrabalho foi mantida, mesmo em propriedades de pequeno porte, com menos de 50 ha, por meio do trabalho de lavradores agregados (de fazendas vizinhas ou estabelecidos nas próprias terras do contratante) a partir do pagamento de salários, que deveriam girar em torno de $800 a 2$000 diários, logo após 1888. Ou ainda, segundo entrevista analisada, 30$000 mensais além das refeições, pagos a ex-escravos de um proprietário (CASTRO, 1985: 265).

Afirma a autora, no entanto, que a solução buscada no assalariamento foi momentânea, tendo poucas possibilidades de manutenção:

> "A condição de produtores voltados para subsistência dos trabalhadores a jornal, ainda sem qualquer vínculo legal com o proprietário da terra, faziam-los mão-de-obra instável para responder sozinha pela continuidade da produção comercial." (CASTRO, 1985: 266).

Isto porque "*Em todos os casos analisados (...) o dinheiro recebido a jornal era remuneração eventual e complementar às roças de subsistência cultivadas.*" (CASTRO, 1985: 267). Prova disso está na mudança efetuada pelos proprietários do emprego de trabalhadores diaristas para o estabelecimento de parcerias, de maior estabilidade: a necessidade de controle sobre a mão-de-obra (compreensível, dada a pressão exercida pelas terras livres) levava, inclusive, os proprietários a exigirem trabalho gratuito dos agregados com roças de subsistência em suas terras, tamanha a dificuldade em compelir-lhes ao trabalho para outrem.

Vale lembrar, no entanto, que somente nas áreas em que as produções agrícolas continuaram a ser empreendidas sob direção do proprietário é que a autonomia dos ditos "situados" foi demolida. A possibilidade de estabelecimento, por parte dos pequenos lavradores, em terrenos livres, dificultava a preservação da condição de classe dos grandes proprietários.

> "a clara estratégia detectada a partir do último quartel do século XIX de transformar a 'pobreza local' em força de trabalho (...) não representou a manutenção dos significados políticos e sociais da antiga hierarquização." (CASTRO, 1985: 270).

A migração de capitais para fora do município e o crescimento demográfico, entre as décadas de 1870 e 1890, basicamente proporcionado pelo afluxo de negros e mestiços, demonstrou como Capivary configurou-se, na crise do

escravismo, como " *pólo de atração de parte da população liberta da província, a partir da abundância de terras livres que caracterizava a organização fundiária local*" (CASTRO, 1985: 275), palco de um processo de "capirização", com a predominância do trabalho familiar, baixa capitalização, técnicas rudimentares, fragmentação da propriedade da terra, produção de subsistência e relativa estabilidade do produtor independente, contrastando com as condições impostas aos agregados nas "fazendas" restantes.

3.4. Contradições do Modelo "fronteira agrícola fechada e concentração fundiária"

Motta insistiu que uma das características mais marcantes dos sistemas agrários em Niterói consistia na formação de uma fronteira fechada em função da concentração da propriedade fundiária, da existência de terras não-agricultáveis em 50% da região e do incentivo às atividades mercantis proporcionado pelos mercados da cidade de Niterói e do Rio de Janeiro. Tal situação teria possibilitado o emprego de exploração intensiva na agricultura de alimentos e proporcionado abundância de mão-de-obra.

Até 1850 teria sido possível em Niterói o estabelecimento de pequenos proprietários por meio do arrendamento, o que lhes conferiria uma determinada estabilidade. No entanto, a crise decorrente do fim do tráfico negreiro e a absolutização da propriedade por meio da Lei de Terras teria abalado esta situação, elevando o valor das rendas e dificultando o acesso ao cativo por parte dos pequenos lavradores. Como o acesso se dava exclusivamente pelo arrendamento – visto o valor das terras em Niterói e a "fronteira fechada" – os agricultores

precisaram se tornar mais competitivos que seus concorrentes para conseguirem melhores mercados e recursos para pagarem maiores rendas. Neste cenário darwinista, a diferenciação social entre o campesinato niteroiense iria acirrar-se, conduzindo à perda de estabilidade e conseqüente proletarização de uma parcela substancial dos antigos arrendatários, enquanto os sobreviventes – proprietários mais abastados – passariam a explorar com tranqüilidade a mão-de-obra abundante, sem acesso à terra.

Este quadro de transição empalidece diante da seguinte pergunta: foi a fronteira agrícola no município de Niterói realmente fechada? Na medida em que Motta demonstra a acumulação de capital a partir do arrendamento como uma prática comum e segura de investimento no município – tendo oferecido dados convincentes – estamos diante de um indício da existência de uma oferta de terras sob efetivo controle da classe proprietária, o que limitaria as possibilidades de reprodução autônoma do trabalhador por meio da posse. Mesmo que admitamos que não existissem terras devolutas em Niterói, e que portanto, sua fronteira agrícola estivesse realmente fechada, em que medida o município estaria isolado da pressão exercida por áreas muito próximas, nas quais as terras disponíveis fossem um chamariz para a população liberta e imigrante que desejasse fugir da exploração do trabalho, cujos exemplos abundam dentre os analisados neste estudo?

Motta apresenta um quadro semelhante ao proposto por Ellen M. Wood (WOOD, 2001) para a origem do capitalismo inglês. A absolutização da propriedade da terra teria conduzido ao aumento de seu valor, e portanto, do valor dos arrendamentos. Tal fato colocaria os arrendatários diante

do dilema "modernizar ou abandonar a terra", gerando neste processo agricultores modernos (os que sobrevivem) e proletários (os que abandonam). A aceitação desta interpretação para o município de Niterói requer que subestimemos a capacidade dos lavradores de fugirem para áreas de fronteira ou para os centros urbanos em desenvolvimento. A proletarização do trabalhador deve estar ligada ao *imperativo* da sobrevivência – como nos lembra Wood –, à completa submissão da subsistência ao capital. Este não parece ser o caso, visto a existência de uma fronteira agrícola aberta, possivelmente não em Niterói, mas nos municípios circunvizinhos.

Motta alega que a perda de autonomia dos lavradores sem-terra teria criado inevitavelmente um exército de reserva satisfatório para os interesses das fazendas. Mesmo assim, é com certo espanto que aponta o fato de que, ainda em 1910, preservava-se o discurso, por parte dos fazendeiros, acerca da "falta de braços" para a lavoura. Mas ao mesmo tempo, estes fazendeiros desfrutariam de uma situação privilegiada que os assegurava o pagamento de salários baixíssimos:

> "O discurso da raridade de trabalhadores encobria uma realidade onde o trabalhador rural ganhava de dois mil e quinhentos réis 'a seco' ou de um mil e quinhentos a dois mil e quinhentos réis 'com comida' por diária. Não era muito, na verdade era perto do nada." (MOTTA, 1989: 169).

Em comparação com salários pagos na cidade do Rio de Janeiro a trabalhadores braçais do setor de construção civil, os jornais oferecidos aos lavradores na década de 1910 seriam muito inferiores (cerca de quatro a cinco vezes menores). Com isto, Motta afirma que a Capital Federal funcionou como um pólo de atração desta mão-de-obra. "*Se parte desta população optou pelo trabalho urbano foi porque*

este se constituía numa saída frente a opressão *representada pelos proprietários de terras.*" (MOTTA, 1989: 171).

Para compararmos salários urbanos e rurais, seria preciso que estivéssemos lidando com dois tipos de relações de produção semelhantes; caso contrário, as conclusões poderiam ser falseadas pelas aparências. Se assumirmos a proletarização do trabalhador rural em Niterói, fica compreensível a argumentação da autora: salários baixíssimos, comparados aos urbanos, levavam ao abandono das fazendas, e a reclamação dos fazendeiros a respeito da falta de mão-de-obra seria falsa, somente escondendo uma realidade dura vivida pelos operários rurais. Mas, tendo em vista que Motta não menciona que tipo de relações de trabalho se instauram no campo em Niterói pós-1888, limitando-se a falar do valor dos salários pagos, fica a dúvida acerca dos termos contrapostos. [10]

Em sua tese de doutorado, a autora criticaria a aceitação dos diagnósticos sobre as terras devolutas feitos no século XIX, demonstrando que as avaliações foram, via de regra, falseadas pelos responsáveis locais, sob influência dos latifundiários, com o objetivo de abrirem espaço para a apropriação ilegal de terras públicas, alegando ser a maior parte destas terras propriedade privada (MOTTA, 1998). Em sua dissertação de mestrado, no entanto, Motta aceitou o discurso oficial para comprovar a existência de uma "fronteira fechada" em Niterói:

> "Em primeiro lugar, inexiste qualquer referência a terras devolutas. Informações do tipo 'terras devolutas' ou 'em terras a que de direito pertencer' são simplesmente ausentes nos registros, contrastando com os referentes à regiões de

[10] Compreendemos que os marcos cronológicos que a autora propõe-se a analisar circunscrevem-se ao período de 1808 a 1888.

> fronteira aberta (como exemplo, Angra dos Reis) (...) Em segundo lugar, não existem terras tomadas por posse" (MOTTA, 1998: 111).

Além disso, mesmo que a fronteira fosse realmente fechada, não considera as migrações, como o fez Monteiro:

> "Geralmente os migrantes provém de regiões com problemas de ordem econômica, somados à seca no Nordeste, como foi o caso da crise da economia nordestina (...) Regiões conhecidas como aquelas que perdem população são o Nordeste, Minas Gerais e o interior do Estado do Rio de Janeiro. Como aquelas que recebem população encontramos a Amazônia, na época do surto da borracha, o Estado de São Paulo e a cidade do Rio de Janeiro, se bem que se observa estarem ocorrendo migrações em todos os sentidos e direções (...) De qualquer forma, destaca-se o fato de que as migrações internas, nesse período, foram mais no sentido rural-rural do que na direção rural-urbana, com uma única exceção, o caso do Rio de Janeiro" (MONTEIRO: 1990: 218).

O fenômeno de atração de mão-de-obra do campo pelas cidades foi uma marca do capitalismo inglês. No entanto, neste exemplo, ocorrera uma revolução agrícola que, com novas técnicas e relações de trabalho, dera sustentação ao desenvolvimento urbano através de uma agricultura capitalista. Esta não foi um das marcas do processo de eliminação do escravismo e de afirmação do trabalho livre no Brasil: a dispersão de mão-de-obra para a cidade do Rio de Janeiro, juntamente com a pressão exercida pela fronteira agrícola aberta, criaram um ambiente propício à repressão ou imobilização da mão-de-obra como condição de preservação da grande propriedade.

A construção de um suposto "mercado de trabalho abundante" para as fazendas em Niterói, acompanhada da reclamação a respeito da falta de braços e dos salários baixos poderia engendrar uma contradição se estivéssemos lidando

com uma agricultura baseada em relações de produção capitalistas. Não sendo o caso, podemos reavaliar os dados fornecidos por Motta: a) os baixos salários são indício de outras formas de provimento da subsistência por parte dos trabalhadores, que não dependem da remuneração monetária para reprodução enquanto mão-de-obra; b) a reclamação dos fazendeiros é demonstração real da pressão exercida pela cidade e pela fronteira aberta, não sendo, como alega a autora, "falsidade". c) a mencionada "opressão dos proprietários", responsável pela fuga dos lavradores para a cidade, é indício do uso de expedientes violentos na imobilização da mão-de-obra no campo, dada a pressão da fronteira aberta. Martins esclarece mais a este respeito:

> "Por outro lado, é claro também que o colono recebia pagamentos em dinheiro pelo café entregue ao fazendeiro. Mas esses pagamentos estavam muito aquém dos salários urbanos. O que um operário ganhava em um mês era geralmente o que o colono recebia em um ano para cuidar de mil pés de café. É certo, porém que havia outros rendimentos monetários para o colono, pois em geral podia cuidar de 2000 pés de café, além dos ganhos proporcionais à colheita." (MARTINS, 1979: 84).

3.5. Insuficiência da hipótese da "terra cativa"

Fragoso assume que o "cativeiro da terra", ou seja, o condicionamento do acesso à terra a compra, fora suficiente para criar um contingente de trabalho livre, privado do acesso aos meios de produção, ainda que não composto de "proletários", como afirma Motta. Isto porque foi através da reafirmação do caráter pré-capitalista das relações de trabalho que se efetuara a transição do escravismo. Nos casos em que o trabalhador obteve acesso à terra a partir da troca

por trabalho excedente (colonato, meação, etc.) realmente teríamos mão-de-obra pré-capitalista formada pelo controle do acesso à terra pelo proprietário, estando configurado um exemplo de como a propriedade fundiária dos senhores engendrara uma lógica de submissão do produtor direto. No entanto, temos visto até aqui que o suposto fechamento de fronteiras ocasionado pela Lei de Terras não fora suficiente para evitar a expansão – ilegal – dos pequenos posseiros nem conter a mobilização da mão-de-obra através do território, migrando para áreas abertas.

Tal fator nos leva a crer, portanto, que ao contrário do defendido pelo autor, o mero monopólio da terra e sua mercantilização não foram expedientes suficientes para a conformação de relações de produção livres, ainda que não baseadas no assalariamento. Motta estudou em sua tese de doutoramento (MOTTA, 1998) os conflitos entre posseiros e senhores pelo controle de regiões de fronteira, e dela inferimos que foi através da violência de classe que edificou-se a ordem rural após 1850 e 1888. Foi necessária sobretudo a ação direta dos proprietários, através dos mais variados meios, para a manutenção da mão-de-obra nas grandes propriedades e para a extração de sobretrabalho, ameaçada pela possibilidade de dispersão para áreas de fronteira. Dada a ineficácia da Lei de Terras no que tange impossibilitar a formação de uma economia camponesa livre periférica, o "cativeiro da terra" não foi um mecanismo suficiente para a preservação dos elementos básicos da estrutura agrária anterior a 1888.

Uma agricultura dependente de terras virgens e da ação predatória, tendência manifesta desde os tempos coloniais e que se reproduzira ao longo dos séculos XIX e XX,

engendrava uma dupla pressão: a) uma, para abandono dos postos de trabalho e formação de uma economia camponesa por parte dos trabalhadores; b) outra, para a apropriação destas regiões de fronteira pelo latifúndio, levando ao conflito social. A Lei de Terras foi apropriada de modo diferenciado pelos dois lados, e utilizada como arma de legitimação das posições de latifundiários e pequenos posseiros. Assim, a existência deste instrumento jurídico não possibilitou a cristalização da estrutura fundiária; ela foi resultado das décadas de violência entre proprietários e expropriados. A falta de condições sociais e estabilidade institucional para a regularização da propriedade de terras ocupadas por posseiros impossibilitou a formação de uma moderna agricultura camponesa independente. Era, portanto, o poder da aristocracia rural e do grande capital que conformava a "via prussiana" de manutenção da grande propriedade.

A exploração de sobretrabalho, numa situação de fronteira agrícola aberta e de atratividade das cidades necessitava da fixação do homem à terra em condições menos arriscadas que aquelas obtidas numa vida no *wilderness,* com a possibilidade de ser expulso pelos grandes "proprietários" de direito ou não, e de ser vítima da violência rural empreendida por bandos armados por latifundiários. Em outras palavras, explorar mão-de-obra sob estas condições exigiu expedientes como concessão de parcelas de terra, participação nos rendimentos da lavoura do proprietário, ou outros métodos de coerção sobre a mão-de-obra, tais como dívidas, ameaça física ou perda de "proteção".

De qualquer forma, fosse concedendo "vantagens" ao trabalhador – que não eram benefícios reais, mas a garantia

de ser não ser morto ou levado a tribunal por posse ilegal (MOTTA, 1998: 76) – ou ameaçando-o físico-psicologicamente, garantiu-se os braços para a lavoura. O emprego do proletário rural, que aceita submeter-se ao capital pela total falta de meios de sobrevivência a não ser a venda livre de sua força de trabalho seria muito difícil nestas condições.

Fragoso também se contradiz a este respeito: assume a eficácia da Lei de Terras como conformadora de uma fronteira fechada e aceita os diagnósticos oficiais sobre as terras devolutas, justificando o cativeiro "jurídico" da terra pela baixa relação entre homens e terras, única forma portanto de obtenção de mão-de-obra e sobretrabalho. Isso não explica, entretanto, as razões da permanência de modos de produção não-capitalistas, uma vez que a situação descrita faria crer existirem, abstraindo-nos de outros fatores, condições ideais para o surgimento do capitalismo rural (impossibilidade de formação de lavradores autônomos, monopólio real da terra, controle efetivo por parte do Estado classista para a preservação do direito de propriedade) (FRAGOSO, 1983: 135).

Afirma que a configuração de relações não-capitalistas ocorre num contexto de carência de mão-de-obra, demonstrado pela diminuição da população e pela ausência de fluxo migratório. Citando relatos de época, demonstra a percepção de uma situação semelhante àquela descrita por Motta para Niterói. Os proprietários queixavam-se das dificuldades de prosseguirem suas atividades em função de uma contínua falta de braços. Nestes termos, a inexistência de um mercado de trabalho ou de um "exército de reserva" apto a ser recrutado na região elevaria os salários: " *caso a mão-de-obra fosse assalariada strito-sensu isso acarretaria o*

encarecimento de seu custo." (FRAGOSO, 1983: 139). Fragoso é coerente aqui em reconhecer a especificidade das relações de trabalho livre em Paraíba do Sul.

Prossegue afirmando que, uma vez não tendo sido a abolição da escravatura acompanhada do desenvolvimento das forças produtivas, perpetuando-se as técnicas tradicionais, não criar-se-ia um ambiente favorável ao emprego do trabalhador assalariado: como a produtividade do trabalho e a relação entre trabalho necessário e trabalho excedente teriam se preservado, uma transformação rumo ao capitalismo implicaria o aumento do tempo de trabalho necessário, reduzindo assim a margem de sobretrabalho apropriado pelo proprietário.

> "Deste modo, a configuração das relações de produção pós-escravidão na agricultura de exportação de Paraíba do Sul, o seu caráter não capitalista, deve-se ao nível das forças produtivas presentes na região." (FRAGOSO, 1983: 140).

4. Dispersão de mão-de-obra x Coerção ao trabalho

Julgamos apressado atrelar a questão da não-implementação do capitalismo rural no período estudado à questão das forças produtivas simplesmente. A pressão sobre o trabalho exercida por uma fronteira agrícola aberta é um fator indiscutível para a persistência de regimes de exploração baseados em coação "extra-econômica". Se a terra é "cativada" por meio da Lei de Terras, impedindo seu acesso a não ser pela compra, atestado que ao fim do século XIX já não existiam terras devolutas na região[11] e comprovada a carência de braços, para onde teriam ido os trabalhadores, além da Capital Federal e outros centros urbanos? Mais ainda,

[11] "*Em 1898, não existiam terras devolutas em Paraíba do Sul*" (FRAGOSO, 1938: 137).

se havia a necessidade do emprego de coerção não-econômica para a fixação do trabalhador à terra, há de se convir que na mesma medida, a ameaça (corrente ou possível) de estabelecimento de uma agricultura camponesa na fronteira era real. Mas como, se as fronteiras agrícolas estavam juridicamente fechadas? A eficácia da Lei de Terras não fora suficiente para resolver, pela sua simples aplicação, os problemas de mão-de-obra. E mesmo que em Paraíba do Sul não mais existissem terras devolutas, o que dizer a respeito dos municípios e estados vizinhos, em outras condições?

O capitalismo rural no sudeste brasileiro e em muitas outras localidades não foi somente inviabilizado por uma questão técnica ou por um projeto hegemônico da classe proprietária, mas também pela pressão da fronteira agrícola em favor da dispersão da mão-de-obra. Elisa Reis e Eustáquio Reis sugeriram inclusive que estes mesmos projetos de hegemonia por parte das elites agrárias do Sul foram moldados a partir da fronteira agrícola aberta, assumida como um condicionante sobre o comportamento e expectativas deste grupo (REIS e REIS, 1988). A elite latifundiária, para a preservação da sua hegemonia enquanto classe proprietária na crise do escravismo, recusou-se a ceder espaço à transformação com base na *via farmer*, a sofrer a concorrência de pequenos produtores capitalistas modernos e a perder mão-de-obra. Preservou portanto sua condição de classe por meio de comportamentos que contribuíram para a associação entre uma economia urbano-industrial e sistemas repressivos de mão-de-obra no campo, que limitaram a mobilidade do trabalhador, preservaram a grande propriedade e coagiram ao trabalho expropriado. A existência de uma extensa fronteira agrícola aberta em

disputa – como em Paraíba do Sul e Campos – e as inúmeras possibilidades de estabelecimento de pequenas propriedades – como no caso de Capivary – conduziram a uma situação que torna discutível a existência de um sistema agrário com "fronteiras fechadas" e concentração de propriedade, tal como proposto por Motta para Niterói. As condições estruturais em favor da dispersão de mão-de-obra criaram o cabo-de-guerra entre a repressão ao trabalhador e o estabelecimento de posseiros em terras desocupadas, configurando um importante aspecto da modernização conservadora no Brasil.

Referências Bibliográficas

BARREIROS, Daniel de Pinho. *Modernização Conservadora no Brasil: Estado e classes sociais na construção da "via prussiana" de transição para o capitalismo (1880-1890)*. Niterói: UFF, 2002.

CASTRO, Hebe M. da Costa Gomes de. *À Margem da História: homens livres pobres e pequena produção na crise do trabalho escravo.* Niterói: UFF, 1985.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *Terra e Trabalho em Campos dos Goitacases (1850-1920)*. Niterói: UFF, 1986.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Sistemas Agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo de relações não-capitalistas de produção.* Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

MARTINS, José de Souza. *O Cativeiro da Terra.* São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MOORE Jr., Barrington. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno.* São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. "O Aprofundamento do Regionalismo e a Crise do Modelo Liberal". In: LINHARES, Maria Yedda (org). *História Geral do Brasil,* Rio de Janeiro: Campus, 1990, pp. 211-228.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Pelas "Bandas d'Além": fronteira fechada e arrendatários escravistas em uma região policultora*

(1808-1888). Niterói: UFF, 1989.

_____. *Nas Fronteiras do Poder: conflito e direito à Terra no Brasil do Século XIX.* Rio de Janeiro: Vício de Leitura / APERJ, 1998.

REIS, Eustáquio J. e REIS, Elisa P. "As Elites Agrárias e a Abolição da Escravidão no Brasil". Dados, vol. 31, n. 3, 1988, pp. 309-341.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Magé na Crise do Escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888)*. Niterói: UFF,1994.

WOOD, Ellen Meiksins. *A Origem do Capitalismo.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

Aspectos do crescimento recente dos Estados Unidos

Vitor Eduardo Schincariol[1]

1. Um único império

O fim do campo socialista mundial marcou o último desdobramento fundamental na caracterização da nova ordem econômica liderada pelos Estados Unidos. Ele representou a abertura de novos mercados para o capitalismo ocidental, centrados na Europa Oriental e na ex-União Soviética. O desaparecimento do socialismo representou a consolidação dos Estados Unidos como única potência hegemônica mundial, com ampliação de suas margens de atuação, do ponto de vista econômico, político e militar.

Porém, no início da década de 1990, a situação da economia norte-americana não era tranqüila. Após a grande quebra da Bolsa em 1987, a maior verificada desde 1929, sentiram-se os efeitos da queda da atividade econômica. Os impactos não tinham sido tão catástróficos como os de 1929, mas *"mesmo as vitórias americanas na Guerra do Golfo e contra a União Soviética não foram suficientes para desfazer o prejuízo causado à psique americana pela combinação letal de aumento dos impostos sobre a folha de pagamentos e salários defasados com relação à inflação."* (BATRA, 2006, p.147.)

A administração Reagan, em seu primeiro mandato no primeiro lustro dos anos (19)80, colocou em prática um projeto conservador com a instauração de uma política econômica de cunho monetarista, mediante a qual cortes de impostos sobre os fundos da classe capitalista supostamente propiciariam na rodada seguinte elevações dos investimentos e uma maior arrecadação

---

[1] Mestre e Doutorando em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Professor da Ufscar.

tributária, levando a superávits. Tal política do *"supply-side economics"*, ou "economia-vodu" – como diria o então vice-presidente, George Bush – eufemisticamente chamada de economia do "lado da oferta", implicou ao mesmo tempo uma grande elevação relativa do consumo em bens duráveis, particularmente o de automóveis. O resultado disto no plano expansivo foi um *"longo período de recuperação e expansão dos negócios"*, de acordo com Batra (BATRA, 2006, p.105), mas com paralelo crescimento da concentração da renda e das disparidades sociais. Ao mesmo tempo, os déficits orçamentários federais explodiram. Além do corte de impostos sobre corporações e setores mais ricos, para os déficits contribuíram também os gastos militares do governo, com projetos como o "Guerra nas Estrelas", que visava conter definitivamente a então União Soviética. [2]

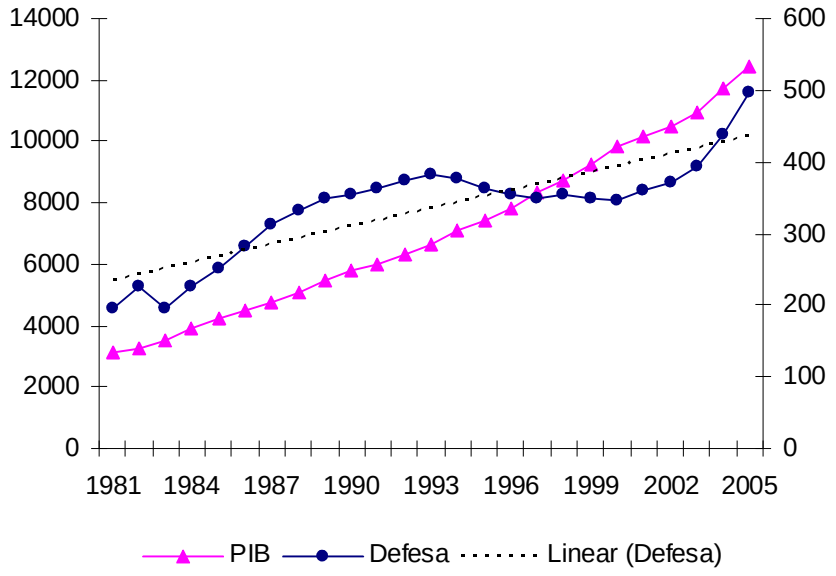

Gráfico 1. Estados Unidos. Produto interno bruto e gastos com defesa, em bilhões de dólares correntes. Fonte: Bureau of Economic Analysis (BEA). U.S. International Transactions Accounts Data. Disponível em http://www.bea.gov

[2] Ele consistia em novos projetos de defesa contra virtuais ataques soviéticos via mísseis balísticos inter-continentais, e se estruturava numa enorme elevação do endividamento do governo.

Ao mesmo tempo, durante a década de oitenta os Estados Unidos consolidaram a liderança na condução das finanças internacionais. Nova York passaria a ser a praça financeira dominante, assumindo lugares estratégicos na capitalização do mercado de ações, na gestão de ativos de investidores institucionais, além de importantes posições nas transações cambiais e no mercado de derivativos – mercado este dominado por Washington. Giravam em Nova York 11 trilhões e trezentos e oito bilhões em ações de empresas de todo o mundo em 1998; os investidores institucionais detinham um trilhão e quinhentos e cinqüenta bilhões em ação administradas ali. [3]

Portanto, o desaparecimento do campo socialista mundial gerou uma situação qualitativamente nova para as autoridades dos Estados Unidos. Disso seguiu-se o ataque ao Iraque, no início da década de 1990, onde os Estados Unidos afirmaram seu poder virtualmente ilimitado de manipulações militares. Porém, e ao mesmo tempo, a continuação da estagnação na administração de George Bush, a partir de 1989, provocava uma reação de rebaixamento de juros no *Fed* em 1991, provocando uma recolocação de capitais financeiros em outras praças, inclusive periféricas. Tal período, que marca mesmo uma recessão e 0,2% em 1991, caracterizou-se de fato por uma forte contenção dos gastos do governo com "defesa", após a vitória contra Saddam Hussein.

> Initially, recovery from the 1990–91 recession was hampered by several special factors including large household and business debt burdens, high vacancy rates in commercial real estate, tight credit practices by many lenders, stagnant growth in much of the rest of the world, and declining Federal purchases, especially of military goods and services. (ECONOMIC REPORT OF PRESIDENT, 1996, p. 47)

[3] Estes e outros dados estão disponíveis no Banco para Compensações Internacionais (Bank for International Settlements): http://www.bis.org.

A ascensão da atividade econômica no período do primeiro governo de Reagan, e a posterior desaceleração que se segue até meados da década de (19)90 podem ser vistas na figura abaixo, que ilustra as taxas reais de expansão do produto interno bruto norte-americano entre 1979 e 2006.

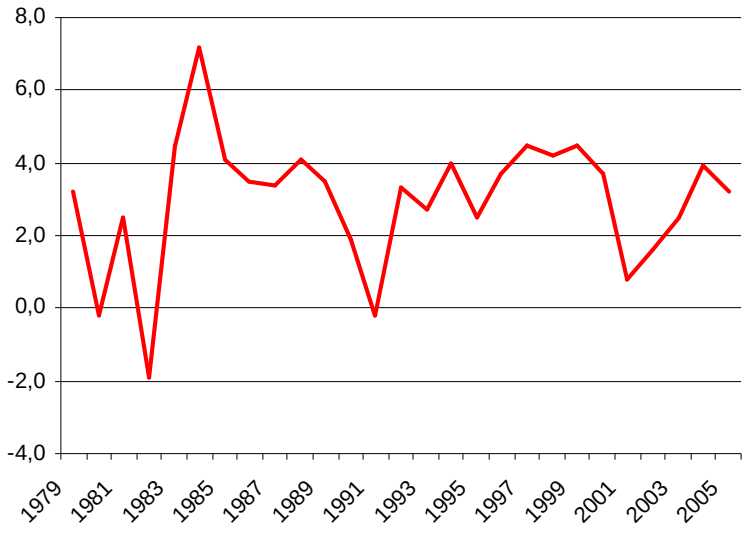

Gráfico 2. Estados Unidos. Taxas reais de expansão do produto interno bruto, em relação ao período anterior, em %. (Gross Domestic Product – Percent Change from preceding period.) Fonte: Bureau of Economic Analysis (BEA). U.S. International Transactions Accounts Data. Disponível em http://www.bea.gov

O fracasso de George Bush no trato da crise levou à eleição de um governo democrata, o de Bill Clinton, em 1992. A partir daí, os Estados Unidos conheceriam um novo surto expansivo, mergulhando no que Alan Greenspan, presidente do *Fed* desde 1987, classificaria como o melhor período para a economia norte-americana nos últimos cinqüenta anos. Após a posse de Clinton, que enfrentava maioria republicana no Congresso, as variáveis macroeconômicas começaram a apresentar cada vez mais modificações positivas: o desemprego começou a cair e os investimentos elevaram-se, mesmo que conjugados com uma grande diminuição dos déficits orçamentários federais e dos gastos com "defesa". Assim, os juros foram rebaixados. Os mercados de

ações agitaram-se, e as colocações de capital de estrangeiros nos Estados Unidos avolumaram-se rapidamente. Era o início da "*irrational exuberance*" de Greenspan, que ainda ocupava a presidência do Fed.

Ao mesmo tempo, no cenário externo continuava a existir um pano de fundo sem o qual não haveria um desempenho tão dinâmico. A conta corrente somava déficits crescentes, cobertos por uma maciça colocação de capital estrangeiro nos Estados Unidos, em forma de ativos fixos e títulos. Isto provocou uma certa discussão sobre uma suposta desnacionalização da economia. [4] Ao mesmo tempo, a balança comercial também somava déficits elevados; e isto diante de uma alta das exportações de média de 10% aproximadamente. Inegavelmente, a política da "globalização" ajudava a abrir mercados externos. O NAFTA entraria em vigor a partir de 1994.

Na verdade, do ponto de vista comercial, os Estados Unidos de fato desfrutaram do melhor dos mundos, que só a potência que impõe a moeda de livre curso internacional pode dispor: impressão de papel moeda para financiar importações e aumento da colocação de suas exportações pelos seus próprios déficits acumulados (já que cada dólar gasto no exterior é um dólar que poderá comprar depois uma mercadoria norte-americana). A situação do balanço de pagamentos dos Estados Unidos é assim qualitativamente distinta. Podem-se acumular déficits na conta corrente, e mesmo globais, por anos seguidos, desde que se mantenha o papel do dólar na economia internacional (ver gráfico 8). Garantido o poder de aceitação do dólar no exterior, os efeitos multiplicadores negativos dos déficits na balança comercial deixam de ser um problema para tornarem-se recursos nas mãos de agentes estrangeiros que tornarão a comprar mercadorias norte-americanas, ou títulos de sua dívida externa. Nestas condições não há restrição do balanço de pagamentos ao crescimento econômico.

---

[4] Conferir os *Economic Report of The President* a partir de 1994.

Em suma: "*o crescimento econômico [atingiria] níveis não vistos em toda uma geração*", diria Stiglitz. (STIGLITZ, 2003, p.33.) Era evidente um novo surto na atividade econômica; em seu auge, o *frenesi* seria tanto que se falaria do próprio fim dos ciclos e numa "nova economia".

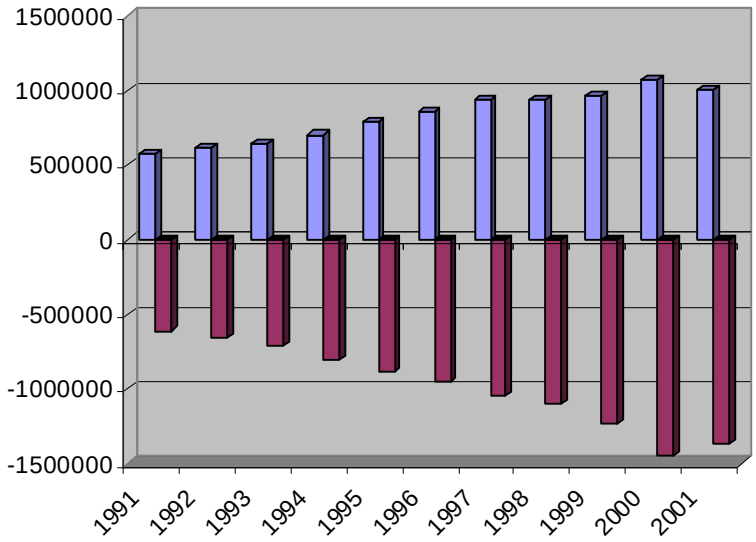

Gráfico 3. Estados Unidos. Resultados da balança comercial. Em milhões de US$. Fonte: Bureau of Economic Analysis (BEA). U.S. International Transactions Accounts Data. Disponível em: http://www.bea.gov

2. Benefícios da divisão internacional do trabalho

A forte expansão pela qual foi tomada a economia dos Estados Unidos no início dos anos noventa não é interessante apenas por contrastar com uma economia global deprimida – com exceção da China e talvez alguns "Tigres Asiáticos"; esta expansão se deu paralelamente a sucessivas quedas do déficit orçamentário federal, na administração de Clinton, e também a diminuições significativas dos gastos do orçamento federal com a economia militarista, após a Guerra do Golfo. Os "exuberantes anos noventa" não se ligam, aparentemente, a um suposto "keynesianismo bélico" [sic], portanto.

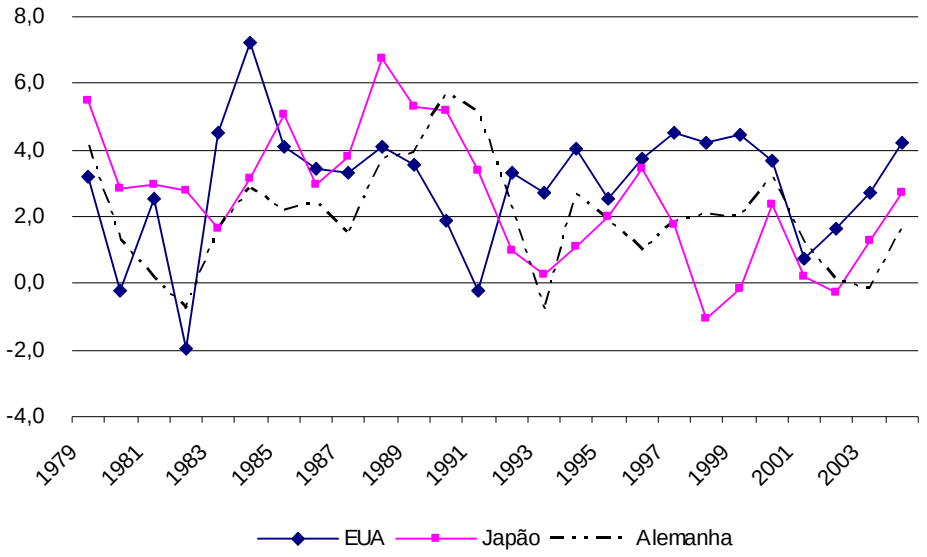

Gráfico 4. Japão, Alemanha e Estados Unidos. Taxas de crescimento real do Produto Interno Bruto. Fonte: *OCDE Fact Book 2006*. Disponível em http://www.ocde.org

Pelo contrário, o estopim da expansão relaciona-se com o surgimento de um novo setor dinâmico, centrado nos frutos da revolução microeletrônica, na qual os Estados Unidos foram pioneiros. Os investimentos deste crescimento de meados dos anos 19(90), deram-se mediante a exploração das novas oportunidades acumulativas derivadas da aplicação extensiva da microeletrônica. A difusão dos microcomputadores, dos aparelhos de celular, a produção em massa dos cabos de fibra óptica são a expressão acabada da generalização, para a economia como um todo, dos frutos do que se chamou algumas vezes de "Terceira Revolução Industrial". O estímulo destes novos setores gerou um massa enorme de investimentos, que elevaram a renda e a massa salarial como um todo; por sua vez, determinaram uma alta das ações que trouxe os índices para patamares nunca atingidos. O crescimento da produção permitiu baixas taxas de inflação e baixos juros. No fim da década, tudo isto se refletiu em índices mais altos de produtividade do trabalho (cf. tabela 2).

Porém, a posição dos Estados Unidos no cenário global não pode ser desconsiderada para se traçar uma análise do comportamento das variáveis econômicas. Na verdade, ela foi determinante. Senão, vejamos. O livre curso do dólar no mercado externo permitiu aos Estados Unidos continuar não enfrentando restrições na conta corrente do balanço de pagamentos, cujos déficits se avolumavam. Na verdade, o resultado global do B.P. tem sido negativo desde os anos setenta. Isto significava que, enquanto o comércio internacional crescia, os Estados Unidos financiavam parte de sua poupança com a impressão de papéis, sem perigo de desvalorizar sua divisa. E, de fato, os déficits, numa primeira rodada, produzem a liquidez que gerará as exportações na rodada seguinte.

Isso não significava, todavia, que os Estados Unidos estavam abandonando o comércio exterior. Na verdade, no período de confirmação de sua liderança mundial na última década de 19(90), as autoridades dos Estados Unidos encontraram um cenário benéfico para a colocação de suas mercadorias, que cresceram em média 10% ao ano. Se a importação de mercadorias era necessária para a reprodução do capital local, pelo contrário, as exportações foram incentivadas com sucessivas rodadas de liberalização do comércio internacional, via GATT, NAFTA etc..

Ao mesmo tempo, ampliava-se a atração de poupança externa, que auxiliava na sustentação de seus déficits externos globais, tal como a compra de bônus do Tesouro por investidores japoneses e chineses. Estes ainda exportavam para os Estados Unidos a preços cada vez mais baixos. O investimento em ativos fixos locais, ainda por agentes externos, completava esse círculo de relações benéficas com exterior.

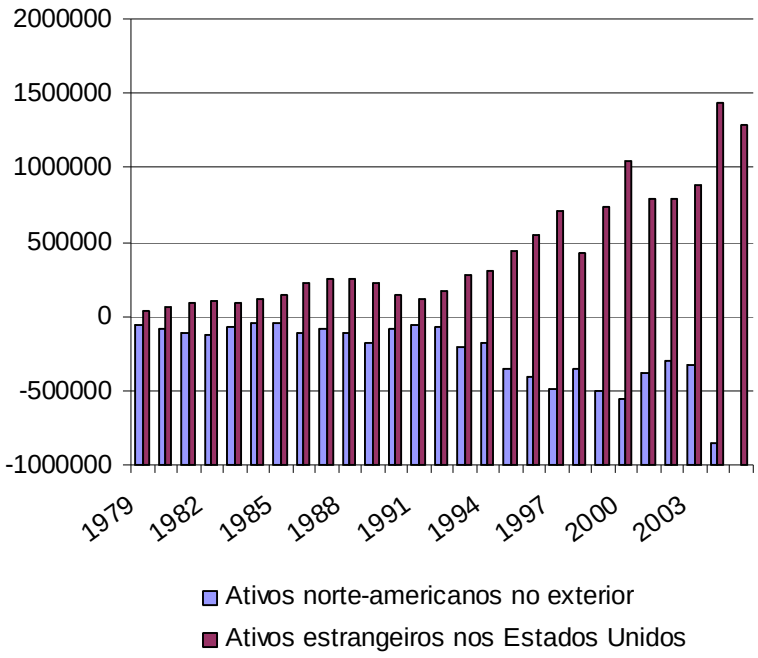

Gráfico 5. Estados Unidos. Conta de Capital (resultados líquidos). Em milhões de US$. Bureau of Economic Analysis. U.S. International Transactions Accounts Data. Disponível em: http://www.bea.gov/bea/international

Logo, nos anos 19(90) os Estados Unidos beneficiar-se-iam de sua condição de potência, num mundo de novas relações unipolares. Esta condição, construída paulatinamente a partir de fins da década de 19(70), permitiria a reprodução do capital com cada vez mais poupança externa, acumulando déficits fiscais e na conta corrente do balanço de pagamentos. Permitiria elevações sucessivas da renda agregada, e diminuição nas taxas de desemprego, paralelamente à estagnação nos países da OCDE. Tais colocações de capital – que não podem ser excluídas dos componentes que determinaram o ciclo expansivo da segunda década de 19(90) – estiveram condicionadas, no limite, ao poder do dólar como moeda de curso internacional assegurado pela consolidação do poderio militar e financeiro norte-americano.

Canadá	12,1	México	28,4
Itália	11,0	Japão	28,9
Áustria	14,9	Holanda	31,1
Alemanha	19,1	Hungria	32,1
Bélgica	19,4	Reino Unido	34,7
Dinamarca	21,5	EUA	35,8
Suécia	22,0	Coréia do Sul	36,1
França	22,5	Suíça	39,0
Finlândia	24,0	Irlanda	53,6

Tabela 1. Países da OCDE. Parcela das exportações com alta tecnologia (*high-tech)*, como porcentagem do total de manufaturas exportadas em 2003. Fonte: OCDE Factbook 2006. Disponível em: www.ocde.org

A assunção, para as economias periféricas asiáticas, das funções na divisão internacional do trabalho determinadas pela realocação dos oligopólios norte-americanos, tem levado a um barateamento crescente das importações realizadas pelos Estados Unidos. Tal conjunto de países asiáticos, dos quais se sobressaem a Coréia do Sul e a China, tem determinado o papel de receptores de capital industrial e barateadores de insumos primários que minoram os impactos, no plano doméstico norte-americano, do excesso de capacidade ociosa no parque manufatureiro, além de contribuírem para uma diminuição da "composição orgânica do capital". Exportam, por sua vez, a preços cada vez menores, sendo uma fonte de contenção dos preços na economia mundial. Além disso, não podem ser desprezadas as relações dos Estados Unidos com outras regiões periféricas a partir dos anos 19(90), onde se dá uma grande aumento de seus ativos e exportações, tal como no Leste Europeu e na América Latina. Isto contribuiu para um fluxo constante no recebimento de lucros e juros, refletido na conta de serviços do balanço de pagamentos, e para um controle das principais fontes de matérias-primas, de acordo com a perspectiva que Magdoff colocava já 1978 (MAGDOFF, 1978).

3. O mito do fim dos ciclos

Em todo caso, pode-se afirmar que se julgavam erronemante as potencialidades que as renovações de estoque baseadas nas novas tecnologias podiam imprimir àquele ciclo. Na verdade, em 2001 o PIB norte-americano caía, demonstrando cabalmente que não havia uma "nova economia" sem ciclos. Nesta "aterrisagem", as debilidades daquela década de expansão ficaram mais claras. Como mostrou Brenner (BRENNER, 2003), a aceleração desordenada dos investimentos resultara numa grande capacidade ociosa, hipertrofiada pela onda de "desregulamentação", que atingia as políticas públicas nos próprios Estados Unidos.

Ano	Taxa	1997	100
1990	85	1998	103
1991	86	1999	111
1992	95	2000	111
1993	96	2001	109
1994	98	2002	113
1995	102	2003	116
1996	101	2004	107

Tabela 2. Estados Unidos. Taxa de produtividade - % de mudança em relação ao ano anterior. Produção por hora nos setores não-agrícolas. 1997 = 100. Fonte: Fonte: Bureau of Labor Statistics. Disponível em: http://www.bls.gov

No mercado acionário, onde as empresas ".com" atingiam níveis de capitalização enormes, ocorreu o estouro inevitável da "bolha", evidenciando a disparidade entre lucros esperados e o que as empresas podiam fornecer aos acionistas. Predominou no período uma financeirização cada vez maior das empresas, no sentido de serem administradas como ativos que devem render lucratividade máxima, para satisfazer seus acionistas. Isso favoreceu a onda de balanços administrativos fraudulentos descobertos depois das falências de corporações como a Enron, Dynegy, Adelphia e WorldCom.

Esta financeirização, como explicado por Chesnais e outros (CHESNAIS *et alii*, 2005) assumiu papel determinante na administração das firmas, explicando a lógica prevalescente do *corporate governance/bench marking.* A contradição entre tais demandas por valorização e as taxas de lucro na economia real bem abaixo do que se considerava "satisfatório", levou assim à "maquiagem" das contabilidades e a uma posterior crise acionária, expressão dos *"problemas sistemáticos que assolavam a economia real [...] num quadro de lucros corporativos cada vez mais irrecuperáveis"*, segundo Brenner (BRENNER, 2003, p.33). Pode-se mesmo ir além e afirmar que a liberalização dos mecanismos de fiscalização do balanço aliada ao desinteresse dos auditores em não entravar os processos de acumulação desenfreada de seus clientes milionários colocoram em xeque a própria racionalidade da organização capitalista de produção nos Estados Unidos.

Logo, o estouro da "bolha", já na administração de George W. Bush, demonstrava que não havia uma "nova economia" sem ciclos. Os velhos componentes de aquecimento da demanda, por parte da administração pública, continuavam tão necessários quanto antes, agora que a produtividade acenava com uma nova estagnação, que a troca de capital fixo desacelerava e que o mercado acionário colhia os frutos dos "escândalos" que levaram gigantes à falência. Os administradores perceberam que – como colocou Krugman em outubro de 2002 – agora *"tratava-se da estagnação clássica, do tipo que era normal antes da Segunda Guerra Mundial, e que não se consegue eliminar simplesmente com reduções de taxas de juros"*. Formou-se, portanto, a conhecida "armadilha da liquidez" (KRUGMAN, 2006, p.131) [5], um estágio típico de uma economia industrial desenvolvida.

[5] Onde as manipulações da taxa de juro não induzem a economia a uma nova expansão.

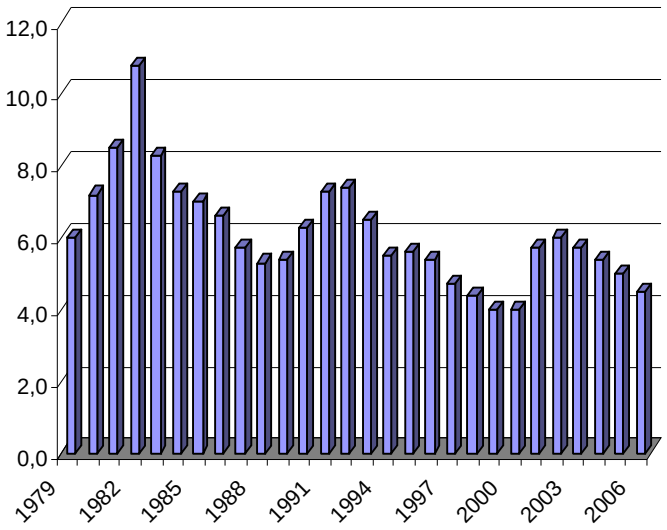

Gráfico 6. Estados Unidos. Taxa de desemprego, a partir de 16 anos. Fonte: Bureau of Labor Statistics. Disponível em: http://www.bls.gov

Tal foi sucedido por uma aceleração dos aumentos de gastos militares, que iriam minorar a desaceleração e desviar as atenções do público para o *front* externo. A eleição de George W. Bush representava a volta ao poder do *complexo industrial-militar*, ofuscado durante os anos do governo Clinton, e desgostoso depois do desaparecimento de sua razão de existir (a ex-URSS). Novos orçamentos para a defesa foram liberados pelo Congresso, e os gastos ultrapassaram os níveis do período da guerra-fria (ver gráfico 1). O PIB (ver gráfico 2), alcançaria de novo 4% de crescimento em 2003. Com isto, o tipo de crescimento dos "exuberantes anos noventa", tal como descritos acima, estava sepultado.

À guisa de resumo, podemos resumir alguns pontos importantes do crescimento norte-americano no período assinalado. Elas se referem às causas determinantes da expansão e às fragilidades que a conferiram um aspecto cíclico (de ascensão e queda):

Ascensão

A redução dos déficits orçamentários federais, a elevação da renda agregada e a queda do desemprego, a partir de 1993,

foram permitidos por uma conjugação positiva de fatores internos e externos: (1) pelo surgimento de um novo setor dinâmico, centrado na microeletrônica, que alterou a estrutura industrial e atraiu investimentos; (2) pelo favorecimento dos investimentos devido à política de desregulamentação da economia (como a abolição do *Glass-Steagall Act*); (3) pela elevação da colocação de capital estrangeiro no mercado norte-americano; (4) por um aumento das exportações; (5) por uma parceria comercial benéfica com o sudeste asiático.

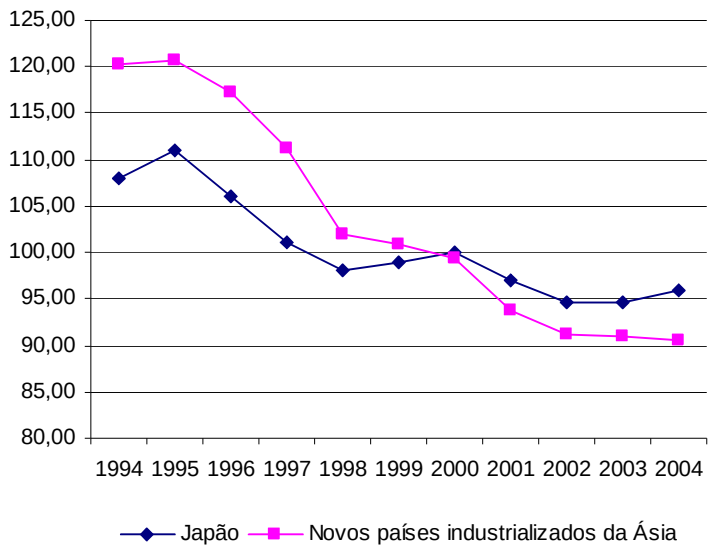

Gráfico 7. Estados Unidos. Preços das importações totais do Japão e dos Novos Países Industrializados da Ásia ("Asian Newly Industrialized Countries"). 2003 = 100. Fonte: Bureau of Labor Statistics. (BLS). Disponível em: www.bls.gov

Queda

A queda deste surto expansivo é explicada pelas próprias contradições em que se baseou. (1) esgotamento da possibilidade de novos investimentos, traduzido em alta da capacidade ociosa; (2) criação de uma bolha acionária, refletindo a disparidade entre lucros esperados e reais; (3) uma elevação das fraudes contabilísticas; (4) uma bolha imobiliária. À elevação do

desemprego, as políticas do governo republicano de George W. Bush responderam com novas rodadas mais gastos militares e cortes de impostos sobre os setores mais ricos da sociedade norte-americana, revivendo o *"supply-side economics"*.

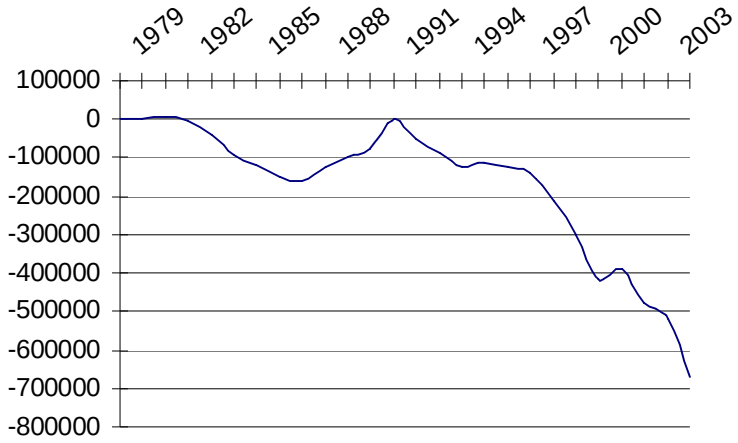

Gráfico 8. Estados Unidos. Resultados da conta corrente do balanço de pagamentos. Em milhões de US$. Fonte: Bureau of Economic Analysis (BEA). U.S. International Transactions Accounts Data. Disponível em: http://www.bea.gov

4. Questões

O comportamento unilateral dos Estados Unidos no plano externo, paralelamente à crescente desordem ambiental de que são em grande parte responsáveis – em relação à qual os relatórios das Nações Unidas são alarmantes – e a disparidade entre seu desempenho econômico e o de seus parceiros mais próximos (o Japão e Alemanha) no período referido, levam a indagar sobre seu modelo específico da acumulação. As flutuações em seu produto parecem não poder ser abordadas sem que as relações externas e as ligações entre o Estado e o "complexo industrial-militar" sejam também consideradas, opostamente ao que aparece na maior parte das abordagens atuais.

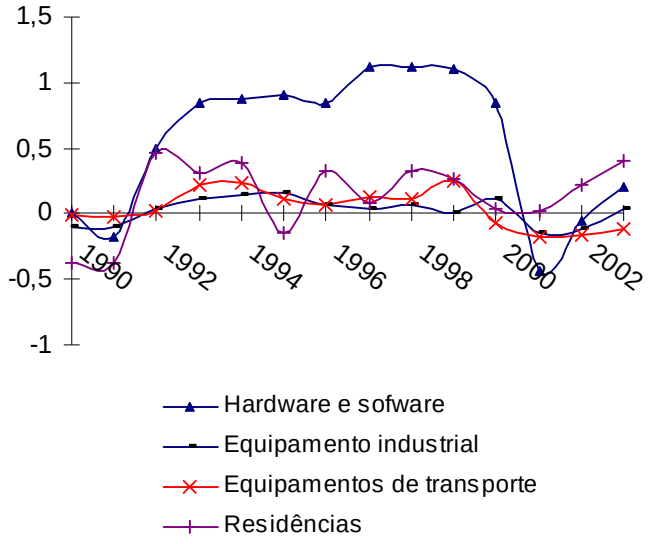

Gráfico 9. Estados Unidos. Contribuição percentual para o crescimento do PIB. Vários setores. Fonte: Bureau of Economic Analysis (BEA). U.S. International Transactions Accounts Data. Disponível em: http://www.bea.gov

Assim, indagar sobre o crescimento econômico contemporâneo norte-americano, enfatizando as contrapartidas para os agregados domésticos não só da política econômica local mas também das relações comerciais e financeiras com o resto do mundo, pode esclarecer aspectos até então obscurecidos por análises parciais. O estudo histórico-econômico dos agregados pode levar a perspectivas mais abrangentes e objetivas do que o discurso e a análise do curto-prazo podem trazer.

Já se demonstrou *urbi et orbi* como as políticas patrocinadas pelos Estados Unidos na América Latina e outras regiões nos anos 1990, sob a roupagem da globalização, repercutiram em conseqüências sócio-econômicas bastante negativas, com perda do controle das variáveis macroeconômicas, colocação de capital no exterior, desnacionalizações, e um crescimento sem precedentes do desemprego, que chega a levar à ruptura do tecido social em muitas localidades. Abordar o modelo acumulativo norte-americano é de interesse à análise social e ao debate

contemporâneo, podendo contribuir para questões-chave sobre a política econômica atual e sobre o modo pelo qual o Brasil tem se inserido na economia mundial, dado que as políticas liberalizantes que os EUA patrocinaram na América Latina *não* são seguidas por este país. Quer dizer, os EUA não praticam o superávit da balança comercial; não praticam superávits de contas públicas; o Estado investe maciçamente no fomento de novas tecnologias; os serviços públicos são encarados como de natureza distinta das empresas privadas; [6] *et cetera*.

Como escreveu Joseph Stiglitz sobre sua participação na administração dos Estados Unidos nos anos (19)90, durante o governo Clinton:

> Especialmente estranho era o contraste entre os paliativos do governo Clinton para o exterior e as batalhas travadas internamente. Em nosso próprio país, defendíamos nossa Seguridade Social pública contra a privatização, enaltecendo seus baixos custos de transação, a renda segura que propiciava, como ela havia praticamente eliminado a pobreza entre os idosos. No exterior, incentivávamos a privatização. Internamente, argumentávamos energicamente que o Fed deveria dirigir sua atenção para o crescimento e o desemprego, bem como para a inflação – com um presidente eleito cuja plataforma se apoiava na criação de empregos, era o mínimo que podíamos fazer. No exterior, instávamos os bancos centrais a se concentrarem exclusivamente na inflação. (STIGLITZ, 2003, p.51)

Além disso, a análise do desempenho recente da economia dos Estados Unidos permite indicar alguns pontos relevantes sobre outros aspectos histórico-econômicos específicos de interesse. A discussão que Schumpeter faz sobre as potencialidades da abertura de novos surtos expansivos calcados num determinado tipo de

---

[6] Citando mais uma vez o *Economic Report* de 1996, no ápice da época neoliberal: "Public sector organizations, on the other hand, often lack a clear and indisputable bottom line for their performance and are not subject to the same remorseless pressures that force private firms to function efficiently." (p.34)

nova tecnologia é ponto de partida para uma série de perguntas fecundas. A problemática da tendência para a queda da taxa de lucro nas economias capitalistas desenvolvidas, que atravessa toda a economia clássica e encontra em Marx, seu maior expoente, ou, contrariamente, a problemática do crescimento do excedente, desenvolvida por Sweezy e Baran, podem ser vistas melhor hoje à luz do exame do desempenho recente da economia norte-americana. Identificar melhor como os "exuberantes anos noventa" ocorreram num período de contração dos gastos com economia militar, redução dos déficits orçamentários e estagnação na economia internacional pode jogar luz a algumas questões importantes para a história e teoria econômicas, fortalecendo um determinado campo teórico (o que prega a "solidez das políticas financeiras"). Porém, o caráter fortuito, passageiro, deste rápido crescimento econômico numa economia industrial madura como a dos Estados Unidos pode sugerir, por sua vez, a necessidade perene de medidas contra-cíclicas, dentre as quais as mais funcionais são a agressão externa – conclusões que neste caso fortalecem outras escolas teóricas.

De qualquer modo, nesta interpretação evitamos o desvencilhamento analítico entre o setor doméstico e externo da economia norte-americana, ressaltando sua interconexão explicativa. Particularmente, adota-se o ponto de vista que une a análise estrutural da economia doméstica norte-americana aos benefícios advindos da posição específica no sistema econômico mundial, argumentando, no limite, que são inseparáveis.

Referências Bibliográficas

Livros

AGLIETTA, Michel. *Macroeconomia financeira. Crises financeiras e regulação monetária.* São Paulo: Edições Loyola, 2004.

AMIN, Samir. *Unequal development: an essay on the social formations of peripheral capitalism*. Hassocks: Harvester. 1976.

ARRIGHI, Giovani. *The geometry of imperialism.* Londres: NLB. 1978.

_____ . *O longo século XX : dinheiro, poder e as origens de nosso tempo.* São Paulo: Contraponto/ Unesp, 1996.

_____ . *A ilusão do desenvolvimento.* Petrópolis: Vozes, 1997.

BAIROCH, P. *The economic development of the Third World since 1900*. Berkeley: University of California Press. 1977.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Formação do Império Americano – da Guerra contra a Espanha à Guerra no Iraque.* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 2006.

BARAN, Paul. *A economia política do desenvolvimento.* São Paulo: Abril Cultural. 1983.

BARAN, Paul e SWEEZY, Paul. *El capital monopolista.* Buenos Aires: Siglo Veintuno, 1972.

BATRA, Ravi. *Greenspan, a fraude.* Ribeirão Preto: Editora Novo Conceito, 2006.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *Ensaios sobre o capitalismo no século XX.* Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

BLOCK, Fred L. *Los Orígenes del desorden económico internacional*. Cidade do México: Fondo de Cultura Econômica, 1989.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1999.

_____ e OUTHWAITE, William. *Dicionário do Pensamento Social do século XX.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1996.

BRENNER, Robert. *O boom e a bolha – Os Estados Unidos na economia mundial.* Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____ . *The Economics of Global Turbulence*. A special report on the world economy, 1950-98. Londres: New Left Review, 1998.

BUKHARIN, Nikolai I. *Economia mundial e imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural. 1983.

CHESNAIS, François. *A finança mundializada.* São Paulo: Editora Boitempo. 2005.

_____. *A mundialização do capital.* São Paulo: Xamã. 1996.

EINCHENGREEN, Barry. *A globalização do capital.* São Paulo: Editora 34. 2002.

ELLMAN, Michael. *Planejamento Socialista.* Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar. 1979.

_____ e KONTOROVICH, Vladimir (ed.). *The Disintegration of the Soviet Economic System.* Londres: Routledge. 1993.

EMMANUEL, Arghiri. *Unequal exchange: a study of the imperialism of trade.* New York: Monthly Review Press. 1972

FIORI, José Luis TAVARES e Maria da Conceição (orgs). *Poder e Dinheiro. Uma economia política da globalização.* Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

FIORI, José Luis (org). *O poder americano.* Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

_____ . *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações.* Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

FRENCH, Michael. *Us Economic History Since 1945*. Manchester University Press. 1998.

FURTADO, Celso. *A hegemonia dos Estados Unidos e osubdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.

GALBRAITH, John Kenneth. *A Economia das Fraudes Inocentes.* São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____ . *O Novo Estado Industrial.* São Paulo: Editora Abril Cultural. 1981.

GLASSMAN, James K. e HASSETT, Kevin. *Dow 36.000*. New York: Times Books. 1999.

HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro.* São Paulo: Abril Cultural. 1983.

HIRST, Paul. *Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. 3 ed. Petrópolis: Vozes. 2001. 364 p.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos. O breve século XX. 1914-1991.* 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2000. 598 p.

HOBSON, John Atkinson. *Estudio del imperialismo*. Madrid: Alianza. 1981.

HUTCHINSON, William K. *American economic history: A guide to information sources (Economics information guide series).* New York: Gale Research Co (1980).

JALEÉ, Pierre. *Le pillage du tiers monde.* Paris: F. Maspero. 1966.

KALECKI, Michal. *Ensayos escogidos sobre dinamica de la economia capitalista, 1933-1970.* Cidade do México: Fondo de Cultura Econômica, 1984.

_____ . *Economia socialista e mixta.* Madrid: Fondo de Cultura Econômica, 1986.

_____ . *Teoria de la dinamica capitalista. Ensayo sobre los movimientos cíclicos y a largo prazo da la economia capitalista.* Cidade do México: Fondo de Cultura Econômica, 1985.

KAUTSKY, Karl. Imperialism and the war. In: *Internacional Socialist Review*. Novembro de 1914.

_____ . Preparations for Peace. In: *Justice*. Outubro de 1914, p.2.

_____ . Ultra-imperialism. In: *Die Neue Zeit*. Setembro de 1914.

KEYNES, John Maynard. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.* São Paulo: Editora Nova Cultural. 1985. 384 p.

KRUGMAN, Paul. *A desintegração americana. Os Estados Unidos perdem o rumo no século XXI.* Rio de Janeiro: Editora Record. 2006.

KUZNETS, Simon. *Crescimento Econômico Moderno. Ritmo, estrutura e difusão.* São Paulo: Editora Nova Cultural. 1986. 336 p.

LANGE, OSKAR. *Ensaios sobre planificação econômica.* Coleção Os economistas. São Paulo: Editora Nova Cultural. 1988.

LACOSTE, Yves. *Géographie du sous-développement*. Paris: Presses universitaires de France. 1965.

LENIN, Vladimir I. *Obras escolhidas.* São Paulo: Editora Alfa-Ômega. 1986.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação de capital.* São Paulo: Abril Cultural. 1983.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio.* São Paulo: Abril Cultural. 1983.

MAGDOFF, H. *Era do imperialismo: a economia da política externa dos Estados Unidos.* São Paulo: Hucitec. 1978

MAZOWER, Mark. *Continente Sombrio. A Europa no Século XX.* São

Paulo: Cia. das Letras. 2001.

MILLS, Wright. *The Power Elite*. New York: Oxford University Press. 1956.

_____ . *White collar: the American middle classes*.New York: Oxford University Press, 1953.

NAU, Henry. *O Mito da Decadência dos Estados Unidos. A liderança americana na economia mundial na década de 1990.* Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar. 1992.

NORTH, Douglas. *Growth & welfare in the American past: a new economic history.* New Jersey: Prentice-Hall. 1974.

NUSSBAUM, Arthur. *Uma história do dólar.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 1967.

POMERANZ, Lenina *et alii* (org.). *Dinâmica econômica do capitalismo contemporâneo – Homenagem a M. Kalecki*. São Paulo: Edusp, 1999.

ROBERTS, Richard. *Por dentro das finanças internacionais.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ROBERTSON, William S. *América Contemporânea.* In: *História das Américas.* (V.XII.) Org. Pedro Calmon. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Brasileira. 1954.

ROSEMBERG, Samuel. *American Economic Development Since 1945: Growth, Decline and Rejuvenation*. Palgrave Macmillan. 2003.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Imperialism and social classes*. New York: A.M.Kelly. 1951.

_____ . *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, credito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Abril Cultural. 1985.

SEAVOY, Ronald E. *An Economic History of the United States: From 1607 to the Present*. New York: Routledge. 2006.

SHILLER, Robert J. *Irrational Exuberance*. New Jersey: Princeton University Press. 2000.

STIGLITZ, Joseph E. *Os exuberantes anos 90.* São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

STEINDL, Joseph. *Maturidade e Estagnação no capitalismo americano.* São Paulo: Abril Cultural, 1984.

SWEEZY, Paul. *Teoria do desenvolvimento capitalista.* São Paulo: Abril Cultural. 1983.

_____ . *Capitalismo moderno*. Rio de Janeiro: Editora Graal. 1977.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *Capitalist world-economy.* Cambridge: Cambridge Univ Press. 1979.

Periódicos

Business Week

Financial Times

Monthly Review

New Left Review

New Political Economy

Science and Society

Sunday Times

The New York Times

The Wall Street Journal

The Economist

Revista Fortune

Dados Quantitativos

(1.) Séries Numéricas

Governo norte-americano:

BEA – Bureau of Economic Analysis: http://bea.gov

BLS – Bureau of Labor Statistics: http://bls.gov

Bureau of the Census: http://censu.gov

Energy Information Administration (EIA): http://www.eia.doe.gov

Fed – http://www.federalreserve.gov e http://www.fedstats.gov

U.S. Department of Treasure: http://www.ustreas.gov

Instituições multilaterais

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento: http://iadb.org

BIRD – Banco Mundial: http://worldbank.org

BUNDESBANK – Banco Central da Alemanha: http://bundesbank.de

FMI – Fundo Monetário Internacional: http://www.imf.org

GATT – General Agreements of Trade and Tariffs: http://gatt.org

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico: http://stats.oecd.org

OMC – Organização Mundial do Comércio: http://wto.org

ONU – Organização das Nações Unidas: http://un.org

(2.) Documentos oficiais

Casa Branca: http://www.whitehouse.gov/cea/pubs.html

GPO Acess - Service of the U.S. Government Printing Office: http://www.gpoaccess.gov

Federal Reserve: http://www.federalreserve.gov

Zizek y Althusser. Vida ou morte da leitura sintomática.

Mariana Cecilia de Gainza[1]

Tentarei neste texto problematizar certa afirmação que Slavoj Zizek realiza ao analisar as possibilidades de uma revitalização da teoria da ideologia. Partindo do diagnóstico de que se o pensamento crítico quer estar à altura dos desafios que lhe colocam as formas da sujeição ideológica das sociedades contemporâneas deve necessariamente reconsiderar as modalidades clássicas da crítica da ideologia, Zizek declara que *"já não podemos submeter o texto ideológico à leitura sintomática, confrontá-lo com seus pontos em branco, com o que tem que reprimir para organizar-se, para preservar sua consistência -a razão cínica toma em conta esta distância de antemão."*[2]

Embora o diagnóstico seja certeiro, e em geral, as linhas básicas da indagação zizekiana muito sugestivas, queria, entretanto, pôr em questão tal afirmação de que a "leitura sintomática" como modalidade efetiva da crítica teria caducado, pois a atitude cínica - marca fundamental da subjetivação no contexto do capitalismo tardio – a faria impotente.

Mesmo que esta postulação seja compreensível no contexto da argumentação de Zizek, parece-me que tal decreto de caducidade, usando um giro retórico zizekiano, "procede muito rápido", quer dizer, a leitura sintomática é abandonada antes de que suas potencialidades sejam efetivamente consideradas e esgotadas. De outra maneira, seria produtivo confrontar a apresentação da "leitura sintomática" que faz Zizek, com a "leitura sintomática" tal como foi pensada por Althusser,

---

[1] Doutoranda em Filosofia pela Universidade de São Paulo.
[2] S. Zizek, *El sublime objeto de la ideología,* Mexico, Siglo Veintiuno, 1992, p.58.

para logo disso voltar a formular a pergunta sobre seu esgotamento. Essa comparação é legítima dentro do mesmo contexto de enunciação zizekiano, pois Althusser é reconhecidamente uma de suas influências teóricas fundamentais; mas, além disso, é quem tem aberto as possibilidades do uso filosófico de uma estratégia de leitura de sintomas de origem psicanalítica.

Da falsa consciência à fantasia ideológica

Vejamos primeiro qual é o contexto do tratamento que Zizek faz da leitura sintomática. A concepção clássica da ideologia gira em redor de sua definição como uma "falsa consciência", cuja fórmula sintética seria aquela de Marx: "eles não sabem, mas o fazem". A consciência que os indivíduos podem ter das condições da própria atividade é necessariamente errônea, inadequada, distorcedora, pois a mesma reprodução do conjunto social exige esse desconhecimento. O modelo desta associação necessária entre efetividade social e não-consciência é, como se sabe, a análise marxista do funcionamento da sociedade mercantil: os produtores individuais de mercadorias, formalmente independentes, ignoram que seus trabalhos estão materialmente relacionados pela divisão social do trabalho em uma unidade econômica total; a ilusão de independência oculta a realidade de sua interdependência recíproca, e entretanto, esse não-saber é necessário para a efetividade mesma do processo global de produção e circulação de mercadorias. Em palavras de Zizek: "*a efetividade social do processo de intercâmbio é um tipo de realidade que só é possível a condição de que os indivíduos que participam dele não sejam conscientes de sua própria lógica; quer dizer, um tipo de realidade cuja mesma consistência ontológica implica um certo não-conhecimento de seus*

participantes; se chegássemos a ´saber muito', a perfurar o verdadeiro funcionamento da realidade social, esta realidade se dissolveria.

Para compreender a afirmação de Lacan de que foi Marx quem inventou o sintoma, tem que ser levado em conta o emergente daquele processo de intercâmbio, emergente que também é sua condição: o fetichismo da mercadoria. O caráter social do trabalho, mesmo não sendo evidente para os indivíduos que o realizam, se manifesta indiretamente no momento em que os produtos são intercambiados no mercado; em sua relação de equivalência recíproca, em sua igualação em tanto "valores" de troca, todos eles expressam sua "substância" comum de ser produtos do trabalho humano social e abstrato.

O valor, então, constitui a forma social que os produtos do trabalho adquirem como vínculo, como mediadores das relações sociais entre produtores de mercadorias isolados. Assim, as relações sociais se apresentam como se fossem relações entre as coisas (pois são estas as que estabelecem uma mediação efetiva das relações entre os homens), e ao mesmo tempo, as coisas se apresentam como relacionando-se socialmente entre si, em virtude de seus próprios atributos, em virtude do "valor essencial" de cada uma delas.

A esta lógica de mistificação genérica que oculta aos homens a verdade de suas próprias atividades, tem que ser acrescentado o elemento fundamental que aparece com a expansão das relações mercantis e a constituição da sociedade capitalista. Um novo tipo de mercadoria, a força de trabalho, passa a ser vendida livremente no mercado. Só que esta mercadoria possui uma qualidade que a faz diferente de todas as outras: é a única capaz de produzir valor. A força de trabalho remunerada no mercado produz um valor adicional, que é apropriado por quem usufrui do valor de uso de tal mercadoria

paradoxal. Assim, no intercâmbio livre pode ser localizado o próprio fundamento do novo tipo de escravidão moderna, e na igualdade formal dos livre-concorrentes o fundamento da desigualdade social.

Se a consideração da ideologia como falsa consciência necessária aponta a certa dimensão do sintoma (quer dizer, "uma formação cuja consistência implica um certo não conhecimento por parte do sujeito"), a análise marxista da mais-valia determina com mais precisão a noção de sintoma. Como diz Zizek: *"Marx inventou o sintoma (Lacan) detectando uma fissura, uma assimetria, um certo desequilíbrio 'patológico' que desmente o universalismo dos 'direitos e deveres' burgueses."*[3] Este elemento particular que subverte a universalidade de uma certa lógica é necessário para a mesma existência e efetividade dessa lógica, e nesse sentido é estritamente constitutivo e interno a ela. Assim, é a falha, o ponto de ruptura, que explica a possibilidade da clausura ideológica de uma totalidade. E também é o alvo que a crítica deve atingir para demonstrar o interesse particular que está por trás dessa universalidade abstrata e formal; essa denúncia tornaria conscientes os pressupostos implícitos e sistematicamente desconhecidos da prática social, e dessa forma fissuraria a coerência da mistificação ideológica dominante.

Porém, diz Zizek, o funcionamento cínico da ideologia contemporânea faz que essa estratégia de desmascaramento da verdade de certa articulação de relações se torne ineficaz. Pois o cínico *sabe muito bem o que faz, e ainda assim o faz*. Nesse caso, não haveria nenhuma verdade oculta da sua atividade com a qual confrontá-lo. O distanciamento irônico do cínico com respeito a seu próprio posicionamento prático contempla de antemão a particularidade dos interesses que orientam as condutas, e a falsidade das construções

[3] *Ibid*, p.47.

universalistas que pretendem legitimar tais condutas ocultando seus reais pressupostos. Quer dizer que quando se efetiva o domínio de uma racionalidade cínica, as "regras do jogo" se tornaram evidentes para todos; simplesmente se atuam os papéis, sem pretender que alguma verdade essencial os justifique, e sem que nenhuma ilusão socialmente determinada ou auto-engano pretenda dissimular o que frente à autoridade de uma moral universalista apareceria como distorção aberrante.

Zizek responde à conhecida opinião pós-moderna de que esse esclarecimento coletivo estaria demonstrando o fim das ideologias, trocando o eixo de articulação da problemática ideológica. A razão cínica, na verdade, deixa sem tocar o nível fundamental da ideologia: isto é, o nível da *fantasia ideológica*, que atuando na mesma realidade social, e não no "saber" sobre ela, explica a possibilidade de conceber a própria existência factual como ideológica. A ilusão, diz Zizek, não tem que ser procurada no *saber* mas no *fazer*; por isso, embora *eles saibam* o que fazem, ignoram que esse fazer está orientado e suportado por uma ilusão. Em tanto a fantasia ideológica estrutura a própria realidade social, o suposto *saber* cínico sobre os fundamentos de sua atividade pode ser compreendido, pelo contrário, como um duplo *desconhecimento*: o que se vive como um saber é na verdade um não saber sobre outro não-saber fundamental que organiza a mesma relação do sujeito com a realidade. Em sua prática "esclarecida", o cínico não faz mais que obedecer cegamente a uma lei, que encontra seu suporte na mesma economia inconsciente do indivíduo, ou seja, na canalização funcional dos fantasmas e no gozo resultante de tal desdobramento. Então, a sujeição ignorada pelo cínico não é aquela da posição de uma particularidade frente a uma universalidade abstrata que se revelou fictícia, mas a sujeição inconsciente, através de seu próprio gozo, a uma totalidade

impossível que faz desaparecer os rastros de sua impossibilidade precisamente mediante esse recurso à fantasia social, e ao gozo subjetivo que a suporta.

A resposta que esboça Zizek em relação com as condições para, frente a tal situação, realizar uma crítica da ideologia efetiva seria, brevemente, a seguinte: a crítica tem que *atravessar a fantasia* social, isto é, tem que chegar ao núcleo duro do gozo que sustenta sua consistência. Distintamente do sintoma, que reclama uma interpretação, quer dizer, uma integração simbólica, a fantasia deve ser *atravessada*, pois por trás dela não há nada: o nada do puro gozo, e a pura cisão, o antagonismo radical em torno do qual se articula toda sociedade: o conjunto das relações sociais se organiza em torno do Real de uma não-relação fundamental. "Dar a cara" a essa impossibilidade nuclear, chegar a uma negociação com ela, é então o gesto essencial de uma atitude crítica capaz de escapar às redes da fantasia ideológica.

A leitura sintomática como prática

Passemos agora a Althusser, para considerar as possibilidades de uma releitura da leitura sintomática. Althusser pensa também que as chaves para o exercício da leitura sintomática, a leitura que encontra nos espaços vazios de um enunciado a presença de uma falta, uma carência produzida pelo mesmo "cheio" discursivo, encontram-se na prática teórica marxiana.[4] No *fazer* de Marx, em sua prática como leitor dos textos clássicos, realiza-se um crítica efetiva da ideologia que articula esses textos. Assim, Marx inventou a prática da leitura sintomática.

Frente à primeira sensação de que esta compreensão da leitura sintomática seria idêntica àquela apresentada por Zizek,

[4] L. Althusser y E. Balibar, *Para leer el Capital,* México, Siglo veintiuno, 1990.

vale a pena acentuar alguns matizes. Como ponto de partida, a leitura é colocada sem ambigüidades no terreno do "fazer": a leitura não é a visão de uma consciência, mas uma prática que se confronta com outra prática, a "atividade de escritura" que é o objeto da crítica. Isto nos colocaria já em outro terreno que evitaria o obstáculo fundamental que, segundo Zizek, a posição cínica colocaria à leitura sintomática: se a mistificação do cínico localiza-se em seu *fazer* e não em seu *saber*, é claro que uma simples reiteração do que o cínico já sabe resultaria inócua. Pelo contrário, uma prática só pode ser confrontada com efetividade por outra prática; a prática do cínico tem que ser confrontada então pela prática crítica, sem garantia *a priori* de sucesso, mas com uma noção já mais clara respeito das suas possibilidades e da real complexidade do desafio.

Em relação com isto, tal vez seja necessário precisar qual, segundo eu acho, seria a origem do mal-entendido. Zizek localiza o espaço próprio da leitura sintomática no "em- si" da ideologia.[5] Vejamos isso melhor. Procurando apresentar a problemática da ideologia de uma maneira que incorpore os diferentes níveis nos quais se articula, Zizek propõe tratá-los segundo a tríada hegeliana "em si", "para si", e "em si-para si". Desta maneira, o *em si* ideológico estaria constituído pela ideologia como complexo de idéias (teorias, convicções, opiniões, procedimentos de argumentação); o *para si*, como a ideologia em sua existência externa (isto é, a materialidade da ideologia, e mais concretamente, os Aparelhos Ideológicos do Estado tal como os apresentou Althusser); e o *em si-para si*, como o terreno ideológico mais esquivo, a ideologia "espontânea" que opera no centro da mesma "realidade" social. Então, ao apresentar o *em si* da ideologia, Zizek diz o seguinte: *"O modo da crítica da ideologia que corresponde a esta noção é a leitura sintomática:*

[5] S. Zizek, "The Spectre of ideology", em *Mapping ideology,* Londres, Verso, 1994, p. 10.

o objetivo da crítica é descobrir a tendência não confessada do texto oficial através de suas rupturas, seus espaços em branco e seus deslizes".[6]

A noção de leitura sintomática de Althusser já tem em conta o conjunto da problemática ideológica, ou nos termos de Zizek, tem em conta tanto seu *em si*, como seu *para si*, e seu *em si- para si*. A dimensão *prática* fundamental da leitura que ressaltávamos, justamente, alude a sua pertença a um complexo teórico que inclui e desenvolve as múltiplas dimensões ideológicas comentadas por Zizek: as formas de sua articulação discursiva; sua existência material como conjunto de aparelhos ideológicos; sua efetividade em quanto articulação de práticas sustentadas por crenças estritamente exteriores ao sujeito que as atua; sua espontaneidade, pois a ideologia é imediatamente vivida, quer dizer, constitui a mesma a *relação imaginária* que os homens mantêm com suas condições de existência; a necessidade de sua relação com a economia inconsciente dos indivíduos, através do mecanismo concreto da interpelação, e de modo mais general, das afinidades entre o "discurso do inconsciente" e as diferentes modalidades da discursividade social. A "leitura sintomática" que pratica uma leitura da realidade social segundo esta multiplicidade de dimensões, não pode já, então, ser tão rapidamente descartada.

Leitura e estruturação social

Para comprovar que o horizonte da leitura sintomática althusseriana (e também marxista) não é o campo discursivo entendido em um sentido estreito, podemos ver o modo em que Althusser começa a pensá-la, no prefácio de *Lire o capital*. As *grandes* descobertas associadas ao surgimento do pensamento crítico ocidental se relacionam, lemos lá, com a indagação do

---

[6] *Ibid*.

sentido dos mais *pequenos* gestos da existência: ver, ouvir, falar, ler... Por trás da aparente inocência do imediatamente dito, escutado, escrito, lido ou atuado, foi necessário reconhecer então a presença do dito sem ser dito, de vozes silenciosas que pediam outra escuta, de pressupostos desconhecidos nos atos. Entre os grandes descobridores dos pequenos fatos, Althusser coloca a Marx, Nietszche e Freud. Marx, precisamente, indagou o sentido das práticas do ler e o escrever, mas -e isto é fundamental- conseguiu efetivar um novo tipo de leitura graças a uma perspectiva obtida desde uma teoria da história que, segundo Althusser, encontra suas raízes em Espinosa e que se sustenta sobre uma filosofia da "opacidade do imediato".

Se para indagar o superficial "mistério" das mais "inocentes" formas de conduta social, foi necessária uma teoria da leitura em conexão fundamental com uma teoria da história, podemos compreender o uso relativamente metafórico que faz Althusser dos termos da teoria dos discursos: a história, as práticas sociais "se lêem" em um sentido não estritamente identificável com a forma em que se lê um texto, ou seja, procurando os processos de enunciação que operam nele. Contra certo "imperialismo" da teoria dos discursos, poderia reivindicar-se tal referência iniludível à totalidade social e à história. A leitura das práticas sociais, então, além da consideração de suas instâncias discursivas constitutivas, requer a referência histórica à estruturação da que são efeitos necessários. Por outra parte, diz Althusser, a concepção imanente da totalidade espinosana contempla privilegiadamente a instância imaginária da constituição da realidade, e a necessária opacidade das relações mais espontâneas e imediatas com ela. Poderíamos dizer então que o "saber imediato" do cínico em relação com suas práticas deveria considerar-se desde o começo como um não-saber imaginário; e o "mistério" da constituição desse imediato não-saber imaginariamente articulado, apresentando-

se com relativa consistência como um mero "saber", deveria ser reenviado às conexões estruturais que o explicam. Agora, nesse ponto talvez poderiam-se relacionar as dificuldades para a análise que apresenta a razão cínica contemporânea, com a fundamental questão de que não existe uma teoria da totalidade social concreta, da atual estruturação capitalista e dos modos específicos de sua efetividade que esteja à altura do que foi a leitura de Marx para seu momento histórico.

Entretanto, certa complexidade da estruturação social é tematizada por Althusser através de sua noção de totalidade sobredeterminada. Althusser elabora essa noção a partir da idéia de causalidade imanente de Espinosa, e pretende realizar com ela uma crítica à idéia de contradição simples hegeliana. A partir desta diferença, poderiam-se pensar algumas implicações para a questão que tratamos.

Sobredeterminação e contradição simples

Vejamos primeiro qual é a idéia de totalidade social presente na filosofia da história hegeliana. Toda sociedade histórica está, segundo Hegel, constituída por uma infinidade de determinações concretas; nenhuma de tais determinações é, em sua essência, externa às outras, porque em seu conjunto formam uma totalidade orgânica original, que se reflete em um princípio interno único, a verdade de todas a determinações concretas. Frente a esta noção de uma totalidade organizada em torno de um princípio interno único, uma contradição simples que se desenvolve ao longo da vida histórica de uma sociedade determinada, Althusser assinala que, pelo contrário, o todo marxista é um todo cuja unidade está constituída por certo tipo de complexidade. Sua "verdade" é uma articulação complexa entre diferentes níveis ou instâncias externas as umas das outras, e relativamente autônomas, cada uma delas articulando

atividades e relações segundo lógicas diferenciais e modos específicos de determinação. Embora a especificidade dessa articulação complexa tem que remeter-se em última instância à trama material das relações de produção, tais relações tampouco respondem a um princípio de desenvolvimento simples que possa resultar na linearidade de um desenvolvimento. Também a produção é irredutivelmente complexa, e sua efetividade é a de uma multiplicidade de esferas de atividades, com tempos e ritmos próprios e diferentes entre si. A postulação de uma identidade de princípio que constitua uma "essência comum" seria uma simples mistificação pois, em palavras de Althusser, "o presente de um nível é, por dizê-lo assim, a ausência do outro, e essa coexistência de uma "presença" e de ausências é o efeito da estrutura do todo em seu descentramento articulado."[7]

É então com tal noção de totalidade social histórica que deve relacionar-se a teoria da leitura sintomática althusseriana. Uma leitura que procura nas presenças e ausências de um "texto", em uma relação específica e necessária entre visibilidades e invisibilidades, a lógica complexa de sua articulação.

Althusser crítico de Zizek

A partir do dito, poderíamos ensaiar os contornos da que poderia ser uma volta crítica de Althusser sobre Zizek. Basicamente, seria possível confrontar seus respectivos conceitos ontológicos organizadores, e remetendo-os aos dois modelos filosóficos que os inspiram, explorar suas implicações. Se, por um lado, localizamos a "pedra fundamental" da ontologia zizekiana na noção de *núcleo traumático real*, pelo outro, identificaríamos

[7] L.Althusser, "Bosquejo del concepto de tiempo histórico", em Althusser, *op.cit.*, p.115.

a *sobredeterminação estrutural* como o conceito central da ontologia althusseriana. Além disso, se tivermos que considerar sua "adscrição" teórica, a idéia de Zizek de um *antagonismo radical,* única e verdadeira consistência da realidade social, núcleo Real não simbolizável que explica o necessário fracasso de qualquer tentativa de totalização efetiva, encontra sua base na noção hegeliana de contradição, em seu aspecto mais "negativista", quer dizer, a contradição como princípio dissolutivo de toda e qualquer consistência. Contrariamente, a idéia de Althusser de *sobredeterminação estrutural*, toma por modelo a concepção da casualidade imanente de Espinosa, ou seja, do *Deus sive Natura* como causa ausente que só existe em seus efeitos.

A maneira em que Zizek retoma Lacan nos lembra, então, a presença daquele "princípio simples" hegeliano criticado por Althusser. Em sua introdução a *O sublime objeto da ideologia,* por exemplo, ao defender a radicalidade do "anti-essencialismo lacaniano", Zizek afirma que tal radicalidade se deve a que Lacan consegue dar um passo decisivo tanto frente ao marxismo tradicional, como frente ao anti-essencialismo pos-marxista. Se o marxismo, no seu modelo de análise das sociedades, considerava que certo antagonismo fundamental tinha prioridade ontológica, e fundava a possibilidade objetiva de uma sociedade transparente em sua dissolução; e se o pos-marxismo passou a considerar uma pluralidade de antagonismos sociais, e a possibilidade de que qualquer antagonismo "secundário" ocupasse conjuntural e contingentemente o lugar principal; a perspectiva lacaniana, pela sua parte, permite ter em conta *"a irredutível pluralidade de lutas particulares como respostas ao mesmo núcleo impossível real."*[8] Porém, poderia dizer-se que nesta leitura hegeliana de Lacan, as que resultam desubstancializadas são justamente as "lutas em sua

8 S.Zizek, op.cit., p. 27.

pluralidade", enquanto que se produz uma essencialização desse "núcleo idêntico", o mesmo princípio real traumático que explica a pluralidade inesencial, compreendida como a pluralidade de suas expressões.

A idéia althusseriana de "sobredeterminação" é traduzida por Zizek como "sobredeterminação simbólica". Mas na verdade o estatuto de tal sobredeterminação é estritamente real: é o estatuto de uma casualidade efetiva imanente. O real não é então um núcleo localizado (por mais negativamente que o conceba), mas uma casualidade complexa que só existe na multiplicidade de seus efeitos. Talvez esta diferença possa ser remetida ao contraste entre o idealismo hegeliano e o materialismo espinosano. A conhecida a crítica de Hegel a Epinosa, segundo a qual a substância espinosana não permitiria pensar a existência efetiva da multiplicidade real, pode ser vista como um falso reconhecimento de sua própria impossibilidade de pensá-la. Possivelmente, de modo similar, uma crítica muito rápida à leitura sintomática, denuncie a persistência não reconhecida de uma "tentativa clássica" por acessar ao *núcleo oculto,* verdadeira realidade de todas as realidades.

O mito religioso da leitura

Mas se tivermos conseguido discernir as linhas gerais da possível oposição entre uma perspectiva zizekiano-hegeliana e outra perspectiva althusseriano-espinosana, poderíamos especificar um pouco mais tal confrontação no âmbito da teoria da leitura que desenvolve Althusser?

Para adentrarmos em esse campo, podemos usar novamente como desculpa outro mal-entendido entre Zizek e Althusser. Voltemos para "O sublime objeto...". Lá, num dos momentos em que retoma a análise do fetichismo da mercadoria, para mostrar sua relevância para a compreensão

do tipo específico de efetividade relativo ao fenômeno da ideologia, Zizek incorpora o tratamento que da questão realiza Alfred Sohn-Rethel. Na forma mercadoria se encontra a chave para entender a constituição do pensamento racional abstrato, as categorias do pensamento transcendental kantiano como marco configurador da objetividade científica. Pois tais categorias estariam já funcionando na efetividade do intercâmbio mercantil; quer dizer, na mesma "realidade", antes de ser elaboradas como abstrações do pensamento (daí, a pertinência de considerá-las como "abstrações reais"). "Realidade" de tais abstrações que não se relaciona, é obvio, com propriedades tangíveis, concretas, mas sim com seu caráter de ser efetivas socialmente: seu status seria o de um *postulado implícito* nas práticas sociais (nos atos de intercâmbio mercantil), um *como se* cuja forma de ser real ou cuja materialidade encontra-se precisamente nestas práticas. De modo que, sem pertencer à ordem da realidade visível e evidente, tampouco pode ser associado ao sujeito que pensa, à consciência subjetiva, da que é irredutivelmente exterior. Trataria-se, então, de uma *terceira ordem* de fatos que colocaria em questão o dualismo objetividade/subjetividade, exterioridade/interioridade.

A partir desta análise, Zizek então diz: *"A 'abstração real' é impensável no marco da distinção epistemológica fundamental althusseriana entre o 'objeto real' e o 'objeto de conhecimento' na medida em que introduz um terceiro elemento que subverte o campo mesmo da distinção: a forma do pensamento prévia e externa ao pensamento, ou seja, a ordem simbólica."*[9] E entretanto, como já assinalamos, é inegável que Althusser foi um investigador pertinaz desse tipo de realidade a que a "abstração real" refere. Além de certas rigidezes terminológicas 'tipicamente althusserianas' (como catalogar como uma confusão, epistemologicamente sem fundamento, a pretensão de reunir

9 Ibid., p.45.

em um mesmo conceito "abstração" e "real"), é muito difícil afirmar que não soube captar o status paradoxal de uma realidade que não é nem puramente "objetiva" nem puramente "subjetiva".[10]

Quando Althusser relaciona as possibilidades do desenvolvimento de uma leitura crítica, com a adoção de uma perspectiva filosófica que considere a *opacidade do imediato*, assinala, precisamente, que entre a imediatice do objetivo e sua leitura subjetiva direta deve ser reconhecido um escuro território de mediações ao que o olhar adestrado tem que dirigir-se para empreender a reconstrução daquela "terceira ordem" da que Zizek fala. O estatuto de essa terceira ordem seria, em palavras de Althusser, aquele de *"uma distância, um deslocamento interior do real, os dois inscritos em sua estrutura, e de tal maneira de tornar ilegíveis seus próprios efeitos e fazer da ilusão de sua leitura imediata o último e o cúmulo de seus efeitos: o fetichismo."*[11]

Acompanhemos rapidamente a argumentação de Althusser, só para situar com mais um pouco de precisão nosso problema. Dessa ilusão de uma leitura imediata (o "mito religioso da leitura") teria estado cativo o jovem Marx, cujo pensamento era tributário de uma concepção hegeliana do Todo como totalidade expressiva. Se o modo em que se concebe a relação parte-todo é fundamental para compreender o funcionamento dos mecanismos da ideologia, a abordagem filosófica dominante na Alemanha do século XIX reforçava determinada compreensão de tal relação entre o particular e o universal; a idéia hegeliana de uma totalidade que se expressa de forma imediata em cada uma de suas partes delimitava, assim, o horizonte teórico da comunidade intelectual dentro da qual

---

10 Zizek se permitiu excluir-se da crítica de Althusser quando chamou à sua posição ética de "heroísmo da alienação subjetiva", ainda que este tivesse chamado de "ideológico" o conceito de alienação.
11 Althusser, op.cit., p.22.

Marx começou a desenvolver seu pensamento. A ilusão que afeta uma leitura que permaneça dentro dos termos que essa relação parte/todo traça faz dela uma leitura religiosa, pois seu exercício se orienta pela pretensão de encontrar a expressão direta da essência na existência, a Verdade última do Ser em cada manifestação fenomênica, em cada ente ou acontecimento, pois toda parcialidade está "cheia" da presença da Totalidade que a habita (como "Deus está em todas as coisas").

Tal presença da totalidade em cada parte pode compreender-se como a voz transcendente de um Sujeito cuja identidade compacta é discernível nas distintas formas de seu discurso, e tal homologação é útil para analisar o funcionamento das modalidades dominantes do conhecer. Quando se aborda a realidade como se esta se organizasse ao redor de um princípio expressivo único, opera-se uma identificação direta entre o *discurso do conhecimento* do mundo e o *mundo* em seu próprio ser: se a "verdade" (objetiva) da essência está em cada instância da existência, o olhar (subjetivo) que focaliza corretamente, o olhar que "olha bem", pode ver o mundo "tal como é", a verdade do mundo na transparência de suas manifestações.

A tomada de distância de Marx da ideologia alemã se produz, segundo Althusser, a partir da mudança de perspectiva que já mencionamos: *"É desde a história, desde a teoria da história, desde onde podia pedir-se as contas à religião histórica da leitura: descobrindo que a história dos homens, que está em livros, não é, entretanto, um texto escrito sobre as páginas de um livro; descobrindo que a verdade da história não se lê em seu discurso manifesto, porque o texto da história não é um texto*

onde fale uma voz (o Logos), mas sim a inaudível e ilegível anotação dos efeitos de uma estrutura de estruturas."[12]

Novamente podemos explicitar os termos de tal confrontação de enfoques. Contra as evidências e a transparência de uma história compreendida como o relato de um Sujeito, a necessária opacidade de uma realidade cujo "texto" não se constitui senão como o *inaudível e ilegível* entrelaçamento dos efeitos de uma *causa ausente*. Frente à substancialidade plena e auto-referencial da Essência hegeliana, anterior e superior à existência que a expressa, a inessencialidade de uma *estrutura de estruturas* que só existe em seus efeitos; ou a substância espinosana, que tão somente *é* na infinidade de modos em que *existem* uma infinidade de coisas, quer dizer, como causa imanente do conjunto infinito e sempre aberto do existente, multiplicidade de singularidades que encontra sua unidade na universal determinação, isto é, em derivar-se da necessidade da Substância ou Natureza de existir e produzir efeitos. E frente às ilusões relativas à possibilidade de uma leitura direta da verdade do ser, a necessária distância entre o *logos* e o *ser*, entre o real (o objeto real, o processo do real) e o discurso de seu conhecimento (o processo de pensamento, o objeto de conhecimento).

Tal distância que é estritamente interior ao real pode, sem dúvidas, ser relacionada tanto com a separação lacaniana entre o real e sua simbolização, como com a espinosana diferenciação qualitativa entre os atributos "extensão" e "pensamento" da Substância, duas ordens essenciais que não podem ser nem confundidas nem sobrepostas, e das que participa também *distintamente* a infinidade da existência modal que se deriva de cada uma delas. A concepção simultânea tanto da unidade como da diferença de tais instâncias da realidade é a que torna possível a compreensão

---

[12] *Ibid.*

da relação/separação das ordens em que insiste Althusser quando diferencia o objeto real do objeto de conhecimento. Vemos, então, que esta diferenciação althusseriana não é incompatível com a compreensão do estatuto paradoxal daquela realidade, nem objetiva nem subjetiva, que Zizek considerava fundamental para a compreensão dos diversos fenômenos da ideologia. Para acentuar ainda mais a proximidade das perspectivas, possivelmente até poderíamos dizer que tal separação althusseriano/espinosana, precisamente, contempla o espaço do Real lacaniano, já não entendido como *núcleo traumático,* mas sim como distância interna do existente respeito de si.

A fé empirista

Mas situemos então com exatidão a crítica de Althusser à abstração real. O que Althusser entende por *abstração real* se enquadra no que considera a tradução profana da epistemologia implícita na leitura religiosa da que já falamos: a concepção empirista do conhecimento. Tal concepção entende o processo de conhecimento como certa relação que se dá entre um sujeito e um objeto preconstituidos, dados como entes objetivos antes de que o processo de conhecimento tenha lugar. Assim, o movimento ou a operação posta em marcha pela motivação do sujeito de apreender a objetividade a que se enfrenta, seria um processo de abstração da essência real do objeto, oculta atrás do inessencial que a recobre; ou seja, o sujeito realiza, como diz Althusser, uma operação de limpeza: separa o núcleo profundo, a rica plenitude essencial do objeto, expurgando seu aspecto exterior e superficial. Mediante esse isolamento do essencial em relação ao inessencial, o sujeito pode então aceder ao conhecimento objetivo; e o que torna possível, justamente, tal concepção do conhecimento como o

acesso a uma verdade oculta, é a implícita aceitação da existência *a priori* tanto do objeto que deve ser conhecido, como do exato espaço de seu conhecimento. É neste sentido que a abstração operada é "real", pois pretende ser a reprodução da realidade do objeto em seus aspectos essenciais: assume-se assim que o conhecimento que resulta dessa abstração é simplesmente uma parte do objeto real (seu núcleo abstraído).

Tal concepção empirista do conhecimento é, por outra parte, a que Althusser encontra em *A ideologia alemã* de Marx, onde se desenvolve uma concepção negativa da ideologia: a ideologia como *reflexo* das condições reais de existência, ilusão negadora -cujo estatuto teórico, diz Althusser, seria o mesmo do sonho antes de Freud-, ou falsa consciência da qual é necessário desprender-se para captar a realidade plena e objetiva, a materialidade das relações sociais de produção; pois estas só podem ser focalizadas a condição de abandonar os "óculos" distorcedores da ideologia. Mas dentro da mesma teoria marxista se realiza uma crítica de tal concepção da ideologia como falsa consciência. A análise do fetichismo da mercadoria, precisamente, assume a materialidade efetiva dos mecanismos ideológicos. E é a partir dessa matriz teórica que se constitui, no campo da análise social, uma via consistente de indagação das *formas* sociais e os "substanciais" mecanismos estruturais que atuam em plena superfície. Já não se trata de procurar a verdade nos conteúdos ocultos, mas sim de indagar o *segredo* das formas, considerando às aparências, ao imediato em sua necessária opacidade.

Ficaria claro, então, que Althusser e Sohn-Rethel não se referem à mesma "abstração real". E porém, suas teorias são claramente confluentes, pois a partir da mesma valorização teórica do fenômeno do fetichismo, efetuam um reconhecimento da modulação interna ao real, uma crítica das

pretensões objetivistas da racionalidade dominante, e uma simultânea crítica da concepção da ideologia como simples falsa consciência.

Qual "distância", qual "leitura"?

Se, como assinalamos, existe uma fundamental diferencia entre as perspectivas ontológicas de Althusser e de Zizek, temos que encontrar também lá a explicação de suas divergentes visões da leitura sintomática, pois não poderiam considerar-se como assuntos indiferentes entre si a assunção de determinada concepção sobre o real, e a compreensão das estratégias de sua apropriação cognitiva. Não poderíamos dizer que, associada ao pressuposto de que existe um "núcleo antagônico" fundamental que explica qualquer constituição de uma realidade, é possível discernir uma atitude epistemológica que assume a possibilidade de identificar tal "essência do real"? Que tão longe está a posição ontológica de Zizek do "empirismo religioso" que critica Althusser?

Então, se houver um tipo de leitura sintomática que poderia corresponder a um esforço de descobrir um conteúdo verdadeiro oculto por trás de uma aparência cuja falsidade haveria que denunciar, existe um outro tipo de leitura que consegue evitar os problemas que tal esforço necessariamente leva consigo. Se o que a leitura sintomática tradicional considerava era a distância entre uma particularidade concreta e uma universalidade abstrata, ou entre uma essência verdadeira (a realidade do antagonismo) e uma aparência falsa (a organização harmoniosa do todo social), a leitura sintomática que Althusser teorizou desautoriza esse tipo de distinções, pois recoloca a noção de *distância* com a que a crítica trabalha. A torção fundamental já não se encontra dividindo o campo do verdadeiro em si (embora esta verdade só postule a

"impossibilidade de toda consistência") do campo do integralmente falso (embora esta falsidade seja a de toda realidade identificável como tal); a torção, a distância é a do conjunto do existente respeito de si mesmo: já não há uma hierarquia de realidades - algumas mais reais que as outras -, mas sim a realidade é descoberta em sua fundamental diferenciação interna; e precisamente, porque as diferenças entre seus diversos aspectos são reais e efetivas, é impossível o cancelamento de tal distância irredutível em uma unidade de princípio.

Agora, se a postura cínica, em palavras do Zizek, converteria à leitura sintomática em uma estratégia crítica ineficaz, por considerar de antemão a distância existente entre o particular e o universal, fica claro entretanto que não pode, de maneira nenhuma, levar em conta esta outra distância que estamos referindo. A crítica pode, pelo contrário, "identificar-se" com essa distância, situar sua perspectiva exatamente nos lugares de desajuste entre as diversas instâncias da realidade social (o que implicaria, de alguma maneira, um certo reconhecimento da estrutura de tal realidade em sua complexidade). Como diz Zizek em *Mapping ideology*, *"embora nenhuma linha nítida de demarcação separe à ideologia da realidade, embora a ideologia esteja trabalhando em tudo o que experimentamos como realidade, devemos manter a tensão que faz que a crítica da ideologia permaneça viva. Não tudo é ideologia; é possível assumir um lugar que nos permita manter uma distância."* A leitura sintomática de Althusser, segundo achamos, pode ser compatibilizada com esta recomendação.

Resenha: PAOLERA, G. e TAYLOR, A (eds.). *A New Economic History of Argentina.* Nova Iorque: Cambridge University Press, 2003.

O livro se apresenta como uma "homenagem" ao trabalho de Carlos Díaz Alejandro, autor de obras clássicas na historiografia econômica argentina, como... O livro o homenageia na medida em que busca "atualizar" e "expandir" a análise originalmente feita por Alejandro. Foi reunido, no livro de Paolera e Taylor, um grupo de pesquisadores de universidades argentinas, estadunidenses e européias, para a tarefa.

O resultado, como é de praxe numa obra coletiva, revela-se heterogêneo, tanto em sua forma, quanto em seus resultados. A questão da "regressão secular" da economia argentina é revisitada, a nosso ver, de uma maneira ligeiramente inferior à apresentada por Alejandro. Por outro lado, o capítulo sobre os ciclos econômicos argentinos é instigante e quase tão provocativo quanto o trabalho original de Guido di Tella sobre os ciclos decenais argentinos, publicado no final da década de 1960.

As questões das mudanças estruturais e setoriais da economia argentina recebem um tratamento predominantemente neoclássico, do ponto de vista da teoria econômica. Isso faz com que, em certas ocasiões, a análise fique a desejar, sobretudo em comparação com os trabalhos de Raúl Prebisch e da fase progressista da CEPAL (1948 – 1970). Ainda assim, A New Economic History of Argentina vale a leitura, pelo arrolamento de opiniões sobre o tema.

A solução proposta para o "enigma argentino" é um pouco anticlimática, para quem procura alguma heterodoxia ou independência de pensamento no livro: segundo os autores, a Argentina deveria reforçar a agenda de liberalização econômica, para impedir a trajetória de "regressão econômica secular" a que vem sendo submetida desde o início do século XX. Nesse sentido, não deixa de ser sintomático que o livro se abstenha justamente de abordar o período no qual, mais do que em qualquer outro, e mais do que qualquer outra política, adotou-se a política de "Ajuste e Reforma", qual seja a última década do século passado. Nela, e em seus resultados, parecem residir as respostas mais honestas sobre o que se deveria fazer – e, sobretudo, o que não se deveria fazer – com a Argentina. A crise de 2001, com uma verdadeira retração do

produto, índices de desemprego estratosféricos, recessão e destruição da capacidade produtiva interna foram os resultados do movimento de liberalização da economia argentina feita entre 1989 e 2001. Há uma estratégica elipse desse período no livro, em nome de um alegado "distanciamento cronológico" da história econômica.

Essa conclusão, contudo, ainda que coloque *A New Economic History of Argentina* atrás de obras realmente monumentais sobre a economia portenha – como a de Aldo Ferrer, por exemplo – não retira o mérito e o caráter da obra de Paolera e Taylor de fonte de hipóteses a serem testadas e discutidas e base de dados a ser consultada. Até porque a obra é fechada com um generoso CD-ROM com vários dados seculares econômicos e demográficos da Argentina.

Luiz Eduardo Simões de Souza

Mestre e Doutorando em História Econômica pela USP/Professor da UFRGS/UERGS

Normas de Publicação:

A REPHE publica textos inéditos referentes às áreas de História Econômica e Economia Política. Os textos podem ser:

- Artigos: mínimo de dez páginas em times new roman tamanho 12, em espaço 1,5.
- Resenhas: entre duas a sete páginas em times new roman tamanho12, em espaço 1,5.
- Entrevistas: entre duas a sete páginas em times new roman tamanho 12, em espaço 1,5.

Os textos devem ser enviados ao e-mail rephe01@hotmail.com .
Juntamente com o texto, devem ser enviados um resumo de dez linhas (no caso dos artigos), uma versão em inglês do resumo, e um breve registro da qualificação acadêmica e profissional do(s) autor(es).
As normas de citações, referências, gráficos e tabelas seguem os padrões da norma técnica da ABNT.
Pede-se que a bibliografia seja incorporada às notas de fim, quando relevante.
Os conceitos emitidos nos textos publicados pela revista são de responsabilidade de seus autores.

PRÓXIMA CHAMADA DE TEXTOS: 10 de maio de 2008
© NEPHE 2007

© NEPHE 2008
http://rephe01.googlepages.com
e-mail: rephe01@hotmail.com